CIA. DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS

AUTORIDADE PORTUÁRIA

ASSEMBLEIA GERAL

ORDINÁRIA

15 de abril de 2016

CNPJ 44.837.524/0001-07
CAPITAL SOCIAL: R$ 1.414.100.154,80

M I N U T A

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 10 horas do dia 15 de abril de 2016, em sua sede social, à Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, em Santos, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

I - Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos respectivos Pareceres do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Auditoria Externa, bem como, da Nota Técnica da Auditoria Interna, relativos ao exercício de 2015;

II - Orçamento de Capital Plurianual para os anos de 2016 a 2019;

III - Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

IV - Fixação da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

Santos, (*) de abril de 2016.

Luiz Otavio Oliveira Campos
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO
DA
ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO
2015

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgãos Colegiados

Diretoria Executiva

Identidade Empresarial

Palavra da Diretoria

Perfil da Empresa

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Governança

Gestão de Pessoas

Planejamento &Infraestrutura

Sustentabilidade

Relações com o Mercado e Movimentação de Cargas

Operações Logísticas

Desempenho Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

GRUPO DE TRABALHO

Relatório de Administração 2015

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho de Administração

Presidente:

Guilherme Penin Santos de Lima

01/01/2015 a 28/10/2015

Luiz Otávio Oliveira Campos

28/10/2015 a 31/12/2015.

Secretaria de Portos

Conselheiros:

Angelino Caputo e Oliveira

01/01/2015 a 30/03/2015

Codesp

Noel Dorival Giacomitti

01/01/2015 a 31/12/2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Egéferson dos Santos Craveiro

01/01/2015 a 31/12/2015

Ministério dos Transportes

Júlio Alvarez Boada

01/01/2015 a 31/12/2015

Acionistas Minoritários

João de Andrade Marques

01/01/2015 a 31/12/2015

Classe Trabalhadora

Marcio Luiz Bernardes Calves

01/01/2015 a 31/12/2015

Classe Empresarial

Mario Novelino Alonso Soler

30/03/2015 a 09/11/2015

Rodrigo Mendes de Mendes

09/11/2015 a 31/12/2015

Secretaria de Portos

Conselho Fiscal

Presidente:

Herbert MarcuseMegeredo Leal

01/01/2015 a 23/10/2015

Eduardo de Castro

23/10/2015 a 31/12/2015.

Ministério dos Transportes

Conselheiros:

Fabiana Vieira Lima

01/01/2015 a 31/12/2015

Tesouro Nacional

Valter Casimiro Silveira

01/01/2015 a 16/04/2015

Ministério dos Transportes

Marcello Eduardo Ratton Ferreira

01/01/2015 a 31/12/2015

Acionistas Minoritários (ações ordinárias)

Martin Alexandre Aron

01/01/2015 a 31/12/2015

Acionistas Minoritários (ações preferenciais)

Eduardo de Castro

16/04/2015 a 31/12/2015

Ministério dos Transportes

Esly Eduardo Luz

24/10/2015 a 19/11/2015

Secretaria de Portos

Diogo Peres Neto

27/11/2015 a 31/12/2015

Secretaria de Portos

Diretoria Executiva

José Alex Botêlho de Oliva

Diretor Presidente

De: 09/11/2015 à 31/12/2015

Angelino Caputo e Oliveira

Ex-Diretor Presidente

De: 01/01/2015 a 08/11/2015

Celino Ferreira da Fonseca

Diretor Administrativo e Financeiro

09/11/2015 à 31/12/2015

Alencar S. da Costa

Ex-Diretor de Administração e Finanças

De: 01/01/2015 a 08/11/2015

Francisco José Adriano

Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade

De 18/09/2015 à 31/12/2015

José Manoel Gatto dos Santos

Ex-Diretor de Desenvolvimento Comercial

De: 01/01/2015 a 18/09/2015

Antonio de Pádua de Deus Andrade

Diretor de Engenharia

09/11/2015 à 31/12/2015

Paulino Moreira da Silva Vicente

Ex-Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras

De: 01/01/2015 a 08/11/2015

Cleveland Sampaio Lofrano

Diretor de Operações Logísticas

21/09/2015 à 31/12/2015

Luis Claudio Santana Montenegro

Ex-Diretor de Planejamento Estratégico e Controle

De: 01/01/2015 a 18/09/2015

Identidade Empresarial

Companhia Docas do Estado de São Paulo

Missão

Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos armadores, arrendatários e operadores portuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

Visão

Ser o Hub Port do Atlântico Sul, tornando-se referência socioeconômica, ambiental e na qualidade dos serviços prestados.

Valores

Inovação

Evolução técnica contínua, antevendo tendências, promovendo a eficiência dos serviços portuários e a sustentabilidade.

Ética

Promoção da ética e transparência nas relações interpessoais com todos os públicos com os quais nos relacionamos – colaboradores, clientes, autoridades, fornecedores, sociedade;

Valorização do capital humano

Valorização dos talentos individuais e do trabalho em equipe, baseada na meritocracia, na execução de nossa missão com paixão e orgulho de ser portuário.

Negócio

Integração logística.

Palavra da Diretoria

O ano de 2015 apresentou resultados muito positivos para o Porto de Santos. Entre eles, a movimentação de cargas que surpreende pela excelente *performance*, apontando para um total anual superior a 119,0 milhões de toneladas, mesmo em um cenário econômico desafiador. Esse resultado significa um crescimento de 4,3% sobre o recorde histórico registrado em 2013 (114,0 milhões de toneladas) e de 7,1% sobre 2014 (111,1 milhões de toneladas).

O Porto de Santos demonstrou, mais uma vez, o seu desempenho diante de situações adversas, sustentado por seu histórico vínculo com o agronegócio brasileiro e na maturação dos significativos investimentos públicos e privados viabilizados nos últimos anos.

A atuação da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) foi centrada na viabilizaçãode infraestrutura necessária para atender o crescimento na movimentação de cargas e na modernização de sua gestão, que envolveu, inclusive, sua transformação organizacional. A meta desta diretoria para o próximo ano é dar continuidade a esse trabalho, investindo na infraestrutura de acesso, tanto terrestre quanto aquaviário, no reforço dos cais e no aprimoramento da gestão, a fim de estabelecer as condições adequadas para atrair os investimentos privados nos terminais portuários.

Quanto à implantação de infraestrutura, destacamos os serviços de dragagem, obras no sistema viário e construção e reforma de cais que permitiram, ao longo de 2015, a manutenção do calado operacional do canal de navegação do porto em 13,2 metros nos trechos 1, 2, 3 e 4 (até as instalações da Brasil Terminal Portuário), atingindo uma profundidade média de 15 metros e a normalidade na acessibilidade terrestre ao porto. Cabe ressaltarmos, também, que em 09 de dezembro deste ano a Secretaria de Portos (SEP) realizou o primeiro leilão do Programa de Arrendamentos de Áreas Portuárias que garantiu investimentos no Porto de Santos de R$ 2,066 bilhões.

Seguirão para os cofres públicos R$ 430,6 milhões referentes ao valor da outorga a ser pago pelos futuros arrendatários. Para a Codesp será repassado um aporte de R$ 1,027 bilhão pelo arrendamento ao longo de 25 anos de cada uma das três áreas leiloadas.

Além disso, os arrendatários deverão realizar investimentos de R$ 608 milhões nas instalações arrematadas.

A primeira área leiloada, localizada na região de Ponta da Praia, movimentará granéis sólidos de origem vegetal. O consórcio vencedor foi o LDC Brasil, formado pelas tradings Louis Dreyfus Commodities e Cargill. O grupo pagará R$ 303,069 milhões a título de outorga. A área localizada na região do Paquetá, destinada à movimentação de papel e celulose, foi arrematada pela empresa Marimex Despachos Ltda., que ofertou outorga de R$ 12,5 milhões. A terceira área leiloada está na região do Macuco e teve como lance vencedor R$ 115,047 milhões, oferecido pela Fibria Celulose.

Destacamos, também, os estudos para identificação do perfil de navios que frequentarão o complexo portuário santista, visando futuras dragagens. A Codesp assinou contrato com a Universidade de São Paulo (USP), no dia 21 de dezembro, para viabilizar os estudos sobre a atual configuração do canal de navegação do Porto de Santos e dragagem de aprofundamento, visando adequá-lo para receber navios de maior porte sem que haja transtornos à região.

Os trabalhos visam à avaliação da configuração atual do canal de acesso, do comportamento do canal com 15 metros de profundidade e a possibilidade geométrica para navegação de embarcações com 360 e 400 metros de comprimento. Apontará, ainda, quais as obras de proteção necessárias para evitar processos erosivos e deposição de sedimentos, objetivando otimizar o volume a ser dragado, verificar quais as restrições que devem ser superadas para uma profundidade de 17 metros, bem como qual a capacidade máxima do canal em termos de atracações.

Para realização dos estudos, que envolverão recursos da ordem de R$ 10 milhões, serão viabilizados modelos matemático e físico. Este último envolve a construção de um modelo reduzido do canal e do estuário, para avaliar, inclusive, os efeitos da dragagem nas praias.

Dentro da negociação que estabelecemos com a USP foi acordado que o modelo reduzido do estuário de Santos será construído em uma oficina desativada da Codesp. Os cientistas poderão realizar experiências em escala reduzida neste modelo físico. Esta estrutura estará muito próxima do porto, permitindo uma interação entre o

modelo reduzido e a realidade. Faremos convênios com todas as outras universidades da Baixada Santista, para que haja aqui um grande laboratório, embrião de um centro de pesquisa para o Porto de Santos e para a região. O laboratório estará à disposição da cidade de Santos como um centro permanente de pesquisas.

Com este acordo de cooperação, nós vamos poder dar respostas aos nossos questionamentos. Alguns acham que o porto é o único responsável pelo assoreamento da Ponta da Praia. Isso não é verdade, mas o que vai dar resposta com muito mais embasamento é o estudo que será feito. A Codesp tem 45 dias para apresentar um primeiro relatório ao Ministério Público (MP). Dentro do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o MP, nós temos um acordo em duas etapas. A primeira era contratar o estudo. Acabamos de fazê-lo. A segunda é entregar o relatório que ainda não será conclusivo, mas que já vai trazer luz ao problema do assoreamento na Ponta da Praia.

Além da disponibilização da infraestrutura necessária ao bom funcionamento do porto, outro fator a ser destacado é a modernização da gestão portuária. A empresa está se estruturando para atuar com um novo modelo de gestão, objetivando aumentar os padrões de segurança, sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados, gerando benefícios sociais, retorno financeiro para seu custeio e investimentos. Através da implementação desse projeto da Secretaria de Portos, previsto para todas as companhias docas, a CODESP passou a atuar em 2015 com uma nova estrutura organizacional e sob novo estatuto. Foram aprovados, ainda, pelo Conselho de Administração o Regimento Interno, contendo as atribuições de todas as áreas da empresa, e a proposta de novo Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança (PCCFC), bem como seu encaminhamento ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). O PCCFC define as regras para a ocupação dos cargos comissionados e funções de confiança e assegura um plano adequado às necessidades da empresa. Além disso, foi aprovado o Regimento da Unidade de Segurança da Codesp, que consiste em um detalhamento maior da Superintendência da Guarda Portuária.

Vamos trabalhar com dedicação e empenho para que a Codesp e o Porto de Santos continuem sua jornada de crescimento contínuo, contribuindo para o

desenvolvimento econômico e social da Baixada Santista e do Brasil e atendendo, com eficiência, todos aqueles que buscam no complexo portuário santista a excelência em operações portuárias.

Agradecemos ao Governo Federal, em especial à Secretaria de Portos e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), à Marinha do Brasil, na figura da Capitania dos Portos de São Paulo, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aos órgãos anuentes - Receita Federal do Brasil, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), aos nossos órgãos colegiados, parceiros na atividade portuária, clientes, fornecedores pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Perfil da Empresa

A Codesp, vinculada à Secretaria de Portos, é uma sociedade de economia mista, com capital autorizado, regendo-se pela legislação das sociedades por ações, no que lhe for aplicável, e pelo seu Estatuto, tendo por objeto social realizar a administração e a exploração comercial do Porto de Santos e dos demais Portos ou instalações portuárias que estejam ou venham a ser incorporados à sua administração.

Por conta do Convênio de Descentralização nº 001/2015, celebrado com a SEP/PR, a Codesp continuou a ser responsável pela administração, exploração, operação e manutenção do Porto de Laguna (APL/SC) por mais 5 (cinco) anos a partir de29 de dezembro de 2015.

O capital social da Codesp é de R$ 1.414.100.154,80, correspondentes a 273.765.717.017 ações sem valor nominal, sendo 136.882.858.511 ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única, autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19/06/2015 e homologado na AGE de 27/11/2015, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 99,97% das ações.

O Porto de Santos tem uma extensão de cais de aproximadamente16 quilômetros e área útil total de 7,8 milhões de metros quadrados. Conta com 55 terminais marítimos e retroportuários e 66 berços de atracação, dos quais 11 são de terminais privados (Cutrale, Dow Química, Usiminas, Valefértil, Saipem e Embraport). Ao longo das duas margens do estuário, podemos verificar a seguinte disponibilização de berços: 1 para veículos; 17 para contêineres; 5 para fertilizantes/adubos; 6 para produtos químicos; 2 para cítricos; 8 para sólidos de origem vegetal; 1 para sal; 2 para passageiros; 1 para produtos de origem florestal; 1 para derivados de petróleo; 4 para trigo; 5 para produtos siderúrgicos; 10 para carga geral e 2 de multiuso (suco cítrico a granel, roll-on/roll-off, veículos e contêiner); 1 movimentação de carga offshore. O canal de navegação foi aprofundado para -15 metros, e alargado, em seu trecho mais estreito, para 220 metros.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Governança Corporativa

A diretoria aprovou, em 2015, por meio da Resolução DP nº. 19/2015, a Norma Anual de Capacitação dos colaboradores da Codesp. O documento dá as diretrizes para as capacitações e treinamentos que deverão ser realizados pelos empregados no ano de 2016. O objetivo da empresa é contribuir para a modernização da gestão. A norma prevê, inclusive, a multiplicação do conhecimento adquirido por meios diversos, tais como relatórios, resenhas, entrevistas, artigos ou socialização por meio de treinamento.

Outra medida introduzida em 2015 foi a Nota Técnica. Todos os processos da Codesp para deliberação pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração passaram, a partir de 16 de março, acompanhar Nota Técnica elaborada de acordo com modelo disponível no Portal Intranet. A nova medida foi estabelecida através da Resolução DP nº 15/2015, de 27/02/2015, que contém a norma para sua confecção.

Trata-se de um documento de enfoque administrativo, utilizado pelas unidades para expor ou relatar um assunto e propor solução ou encaminhamento à instância decisória ou órgão competente. Tem por finalidade auxiliar à gestão e apoio à tomada de decisão, mediante contextualização e análise técnica objetiva sobre determinado assunto, bem como apresentação de proposta para solução dos problemas relatados.

No dia 19 de novembro, a empresa realizou a Primeira Oficina de Normas da Supervisão de Processos e Indicadores (SEPRI). O objetivo foi reforçar os conceitos definidos pelo Programa de Modernização da Gestão Portuária e esclarecer eventuais dúvidas dos gestores sobre a elaboração dos instrumentos normativos.

O evento contemplou dois módulos. O primeiro trouxe uma explanação da SEPRI acerca do conteúdo teórico que envolve o novo modelo de normatização e o segundo enfocou a elaboração dos instrumentos normativos pelos gestores da empresa.

Outro ato a se destacar é o processo de acompanhamento de avaliação de desempenho individual do quadro funcional da empresa, agora normatizado através das Resoluções DP nº 14/2015 e DP nº 18/2015. A iniciativa atende ao disposto no Plano de Empregos, Carreira e Salários (PECS) e os resultados servirão como instrumento de gestão para que o desempenho do avaliado possa ser melhorado através de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, além de compor os procedimentos para as promoções de nível por merecimento.

A avaliação considerará aspectos de assiduidade, pontualidade, compromisso com o resultado, cooperação com o grupo, iniciativa, conhecimento técnico e disciplina, através de questionário aplicado pelo responsável da unidade de lotação onde o funcionário permaneceu por mais tempo no período avaliado.

A implantação da nova estrutura organizacional é outro aspecto a ressaltar. Na reunião do Conselho de Administração (CONSAD), no dia 13 de julho, foi aprovado o novo Organograma até o nível de gerência. O organograma aprovado inclui 5 diretorias, 15 superintendências e 37 gerências. O CONSAD aprovou, também, o novo Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança (PCCFC). O PCCFC foi encaminhado à SEP e ao DEST e somente entrará em vigor após a aprovação por esses órgãos.

O novo Regulamento Interno também foi aprovado pelo Conselho. Nesse documento, o qual pode ser considerado a versão escrita do novo organograma, estão relacionadas as atribuições de todas as áreas funcionais, facilitando o entendimento da estrutura da empresa.

Outra importante ferramenta aprovada neste ano foi o novo Regimento da Unidade de Segurança da Companhia. Essa unidade tem como finalidade, nas áreas de domínio da Codesp, gerir, supervisionar, planejar, coordenar, implementar, executar e controlar as ações e os procedimentos, com a finalidade de cumprir e fazer cumprir as disposições do Plano de Segurança Pública Portuária do Porto de Santos, as normas estabelecidas pela Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONPORTOS) e as deliberações da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis do Estado de São Paulo (CESPORTOS) visando à manutenção da Certificação da Segurança do Porto de Santos.

Com relação às questões judiciais, no fechamento de 2015, encontravam-se em andamento 4.054 processos, sendo 3.233 trabalhistas e 821 cíveis. No que diz respeito às causas cíveis, a Companhia tornou-se parte em 79 ações judiciais no ano de 2015, constando no polo passivo em 61 processos e no, polo ativo, em 18 casos.

Apesar de representar a maior parte das ações enfrentadas pela CODESP, resultados positivos puderam ser observados na área trabalhista. Em 2015, a CODESP verificou diminuição de 61,02% de ações ajuizadas contra a empresa em relação ao ano de 2014. Da mesma forma, constatou-se aumento de 15,93% de êxito/ganho da Codesp nos julgamentos proferidos, o que demonstra que, cada vez mais a Companhia encontra-se em linha com as exigências e normativos legais.

Julgamentos Trabalhistas 2015	
Improcedente	623
Procedente em parte	156
Procedente	0
Acordo	5
Total	784
Percentual de Ganho Total	79,5%
Percentual de Ganho Parcial	19,9%
Percentual de Acordos	0,6%
Percentual Perda Total	-

Fonte: GECOT

Comissão de Ética

Ao longo do ano de 2015, as atividades da Comissão de Ética foram voltadas ao seu desenvolvimento estrutural e funcional.

Quanto ao aspecto estrutural, foi estabelecido o espaço físico (sala), com todos os componentes necessários ao regular funcionamento do órgão (mobiliário, rede de comunicação e publicidade – telefones, e-mails, site, etc.). A criação da página da Comissão de Ética (internet e intranet) foi uma conquista, representativa do avanço na comunicação com os funcionários e cidadãos em geral, dando publicidade às atividades e demais matérias pertinentes, bem como viabilizando meios facilitadores para consultas e denúncias em geral.

Funcionalmente, foram estabelecidos e consolidados alguns parâmetros para garantir o adensamento das atividades técnicas desenvolvidas. Inicialmente, a visita técnica à Comissão de Ética da CODEBA (em pleno funcionamento há mais tempo que a da CODESP) permitiu que se vislumbrassem metodologias a serem seguidas, o que orientou os procedimentos e favoreceu o desenvolvimento das atividades internas da Comissão de Ética.

A elaboração de fluxos de trabalhos relativos à Ética e ao Conflito de Interesses foi uma atividade desenvolvida ao longo dos primeiros meses de 2015, importante para nortear o andamento dos processos de consultas e apurações, com base nas legislações vigentes e demais orientações sobre o assunto.

Com o andamento das atividades e os constantes treinamentos realizados pelos integrantes ("Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública", "Fórum das Empresas Estatais" e "Seminário Internacional Ética na Gestão" – em Brasília), foi possível obter subsídios para a análise de processos de conflito de interesses e aqueles relativos a possíveis desvios éticos.

Os esforços empreendidos pela Comissão de Ética ao longo do ano foram reconhecidos pela CGU (Controladoria Geral da União), que ressaltou o alto desempenho nos indicadores relacionados à análise das consultas sobre conflito de interesses, elevando a CODESP à posição de órgão de referência entre as empresas estatais.

Além disso, os treinamentos feitos ao longo de todo ano contribuíram para a formação técnica dos membros da Comissão e Secretário Executivo. Por meio dos elementos teóricos e práticos aprendidos, foi possível a elaboração de instrumentos normativos, como a elaboração de novo Código de Ética e do Regimento Interno, ainda pendentes de aprovação superior.

Com o fechamento do ano de 2015, firmaram-se algumas metas a serem realizadas pela Comissão de Ética em 2016, como o aperfeiçoamento da divulgação, preparação de treinamentos para empregados da Companhia e terceirizados, o ingresso no Fórum das Estatais, além de ampla publicidade quanto às atividades desenvolvidas e formas de acesso às consultas e denúncias em geral.

Gestão de Pessoas

Ao longo do ano de 2015, a CODESP continuou realizando melhorias na área de Recursos Humanos, com vistas ao desenvolvimento de seu corpo técnico. O quadro de pessoal não sofreu alterações significativas, encerrando o ano com 1.489 funcionários. No total, tivemos 14 admissões e 40 desligamentos, sendo 7 por falecimento, 4 devido à aposentadoria por invalidez, 8 por aposentadoria por tempo de contribuição, 1 aposentadoria especial pelo INSS, 2 por abandono de emprego, 13 exonerações e 5 desligamentos a pedido do funcionário.

No que diz respeito à capacitação dos recursos humanos, a CODESP investiu, em 2015,o equivalente a R$ 560,2 mil, o que representa um aumento significativo em relação aos R$ 397,4 mil investidos no ano anterior. Foram realizados 295 cursos, totalizando 47.015 horas de treinamento. Estes números indicam uma média de 31,47 horas de treinamento por empregado, considerando a existência, em 31 de dezembro de 1.489 funcionários, superior, portanto à média de 2014, de 20,66 horas.

Dentre os treinamentos que merecem destaque, podemos citar os cursos “Segurança Pública Portuária”, que capacitou 1078 portuários, “Prático e Teórico de Tiro”, que contou com a presença de 346 participantes, bem como, dentro do programa de Socialização do Conhecimento, a Palestra sobre Processo de Avaliação de Desempenho Individual, que além de tirar dúvidas dos gestores sobre o citado processo, alertou sobre a importância do *feedback* aos funcionários. Cumpre ainda citar os variados treinamentos da área de informática, que vão desde o tradicional pacote Office até as ferramentas tecnológicas mais específicas, passando pelas capacitações relacionadas à utilização da plataforma SAP.

O setor de Recursos Humanos, por meio de sua área Medicina do Trabalho, promoveu também ações de conscientização e capacitação, visando à preservação da saúde física e mental do funcionário, bem como a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Neste sentido, podemos citar iniciativas como o Clube da Alimentação, a Oficina de Comunicação, a Arrastão da Pressão, entre outros, atingindo 2.120 participantes. Além das mencionadas atividades, o setor realizou os seguintes procedimentos:

FINALIDADES	2014	2015
Admissionais	10	9
Demissionais	10	20
Reversões Acidente de Trabalho	10	12
Reversões de Licença Médica	74	92
Processos	47	38
Periódicos	1017	1056
Semestrais	76	94
Retornos	1363	1846
EXAMES REALIZADOS		
Clínicos	1245	1396
Provas Bio-Dinamo	1160	1304
Audiometrias	1011	1286
Ortho-rater (prova de acuidade visual)	-	1248
Exames laboratoriais	-	13430
RX (coluna e tórax)	-	933
ATENDIMENTOS ENFERMAGEM		
Orientações de Enfermagem	1058	1170
Primeiros Socorros	7	23

Um novo Acordo Coletivo de Trabalho, referente à data base de 1º de junho de 2015, foi implantado com diretrizes únicas para as 7 (sete) Companhias Docas federais. O Acordo, válido para os anos de 2015 a 2017, conferiu um reajuste equivalente ao percentual do IPCA acumulado em 12 meses, ou seja, 8,47%.

Para 2016, será concedido, a partir de 1º de janeiro, reajuste de 2% em todas as cláusulas econômicas a título de antecipação. Em junho, as partes deverão negociar eventual recomposição referente à inflação acumulada no período. As demais cláusulas dos acordos anteriormente assinados permaneceram vigentes.

Não houve pagamento de PLR em 2015, referente ao exercício de 2014, tendo em vista que não foi atingida a pontuação mínima exigida pelo Programa, conforme acordado com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Conforme demonstrado nos quadros a seguir, a Companhia somou 14,8 de um total de 24 pontos possíveis nos indicadores estabelecidos, destacando as metas de Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Acidentes de Trabalho cuja pontuação foi zero. Assim, como o resultado final mínimo para haver distribuição de participação nos lucros aos empregados era de 19,19, o mencionado pagamento não ocorreu.

Indicador	Meta	Realizado	Pontuação
Receita Operacional Líquida por Empregado	487,0	492,0	4,0
Comprometimento de Despesas Operacionais	73,2	84,4	3,2
Comprometimento de Despesas de Pessoal	33,6	33,5	4,0
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	8,0	2,7	0,0
Média Movimentada por empregado	6.679,0	6.135,0	3,6
Acidentes de Trabalho	3,0	7,0	0,0
Pontuação Total			14,8

Pontuação Total		% do Lucro Líquido a ser distribuído
Limite Inferior	Limite Superior	
24,00		6,25
23,76	23,99	6,19
23,52	23,75	6,13
23,28	23,51	6,06
23,04	23,27	6,00
22,80	23,03	5,94
21,60	22,79	4,69
19,20	21,59	3,13
	19,19	0,00
% DO LL APURADO		**0,00**

Conforme descrito no capítulo dedicado à Governança Corporativa, os estatutos das Companhias Docas foram atualizados em 2015 para adequá-los ao novo marco regulatório do setor, a Lei nº 12.815. Todas as regras das sete estatais que comandam portos no País serviram como base para o novo material, que é o mesmo para todas as Autoridades Portuárias.

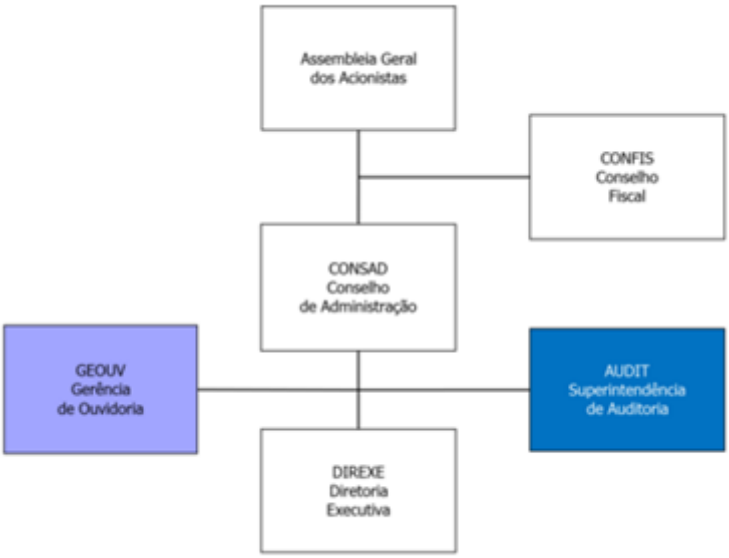
O novo modelo prevê que seja firmado com a Secretaria de Portos o cumprimento de metas de desempenho empresarial e de gestão pela diretoria, que será composta, obrigatoriamente, por pelo menos um gestor da casa, objetivando cada vez mais a profissionalização da gestão e a valorização dos profissionais da CODESP.

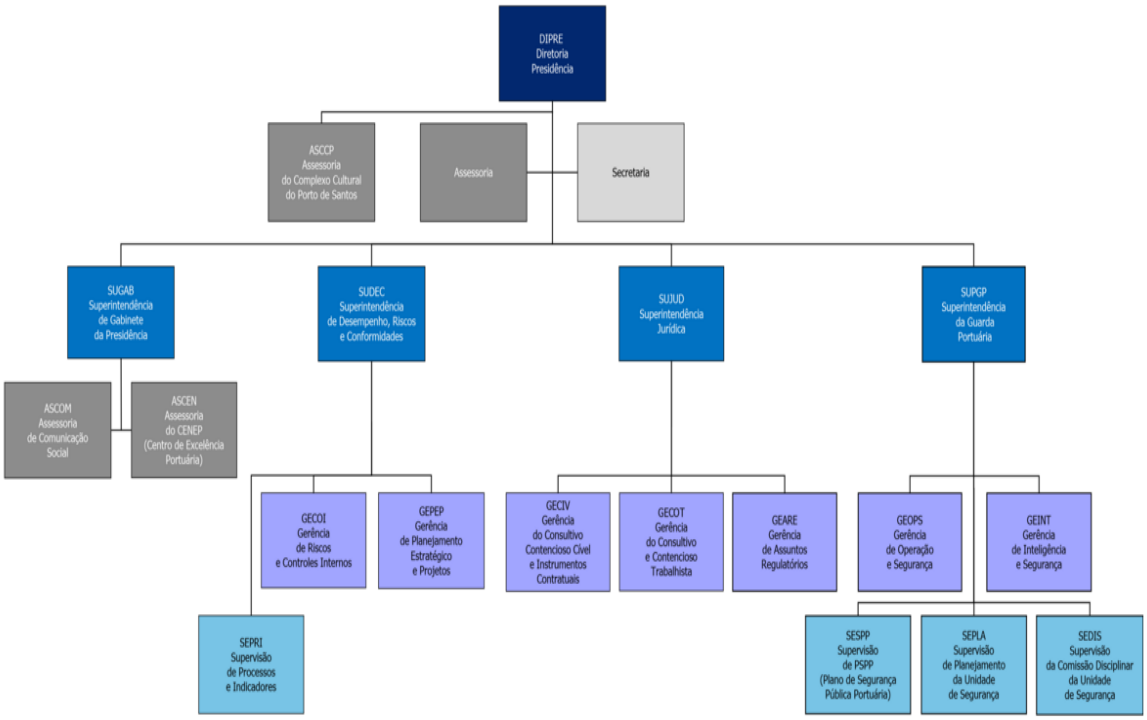
O novo Regulamento Interno de Pessoal foi implantado em 14 de dezembro de 2015 e tem como principal mudança, novas jornadas de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento de 6 horas para os serviços de fiscalização, atracação, amarração e elétrica, considerando que devem operar durante 24 horas por dia. A medida visa adequar os horários de trabalho às necessidades do Porto de Santos, impactando diretamente na redução do número de horas extras realizadas, que estão limitadas a 8,3% da folha salarial, por determinação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

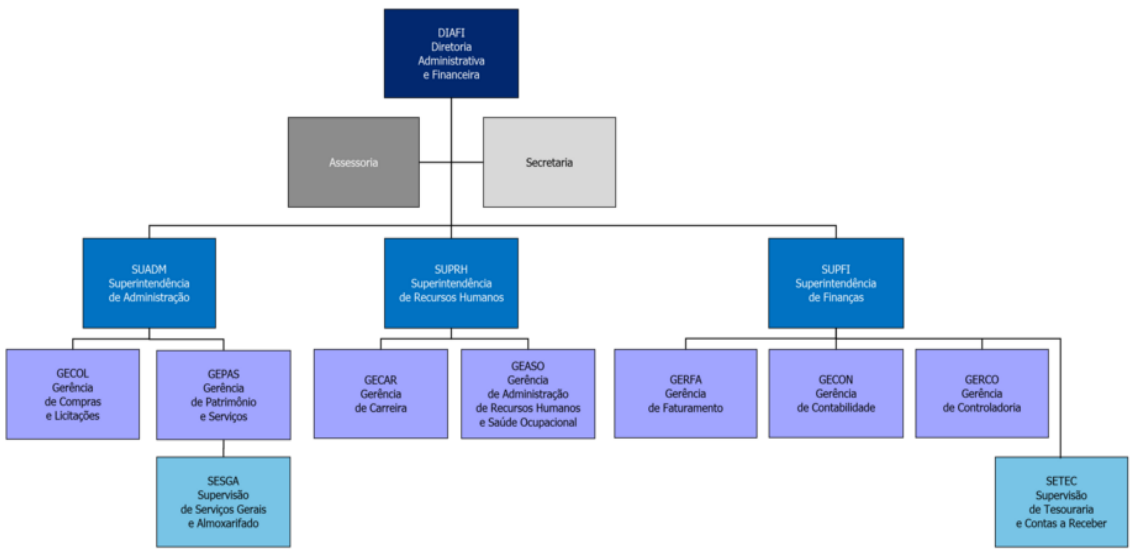
Além dos novos regimes de trabalho, o RIP revisado trouxe uma atualização nos limites para a concessão de licenças e dispensas, além de uma flexibilização no horário destinado ao almoço para as jornadas de 8 horas diárias, podendo ser de no mínimo 1 hora e máximo de 2 horas, com o intuito de adequar o horário de trabalho à demanda da Companhia.

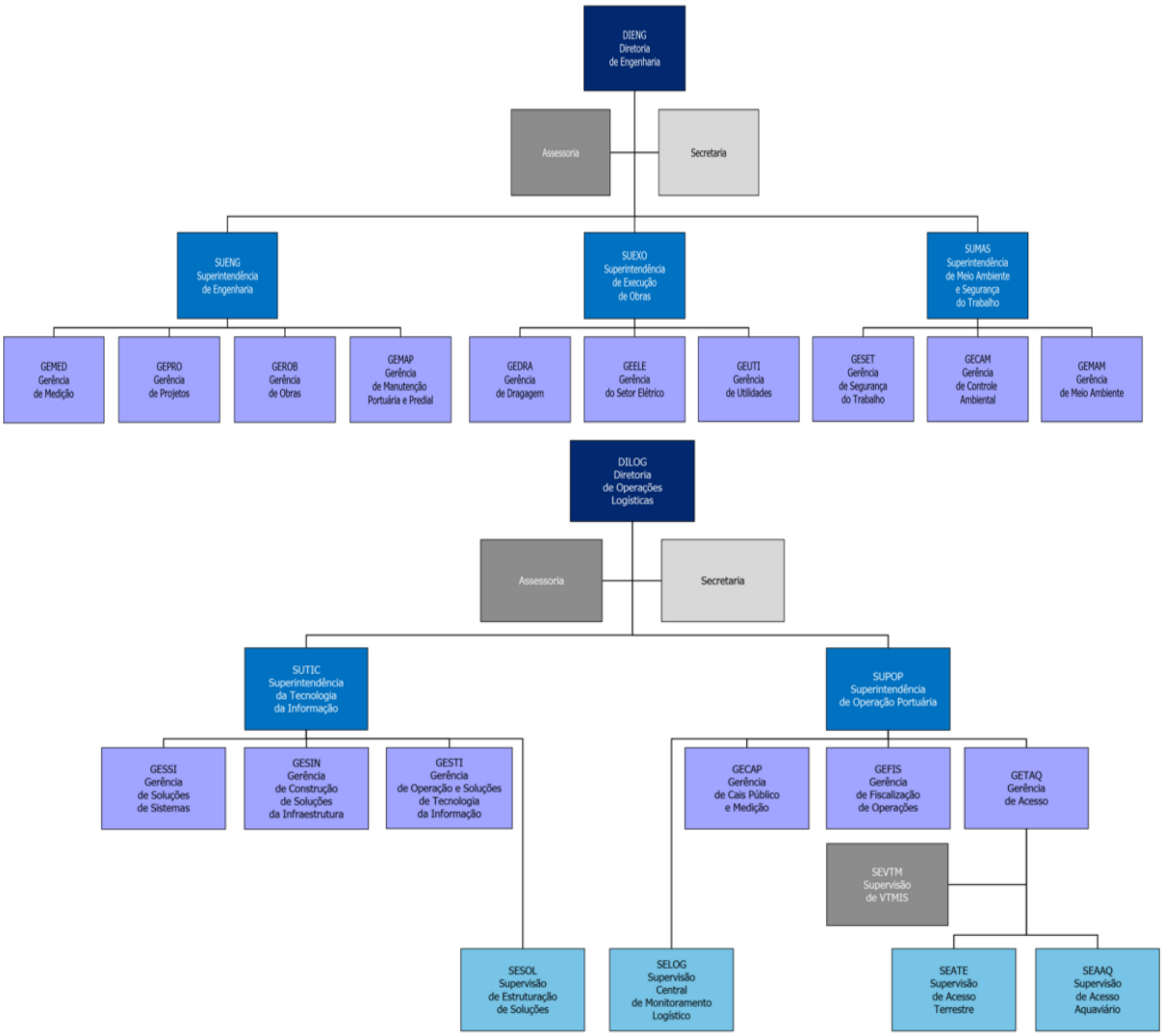
Essas ações contribuem para, em conjunto com o Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, adequar a CODESP ao novo marco regulatório do setor, a Lei nº 12.815, também chamada de "a nova Lei dos Portos". O PMGP tem como objetivo colocar a Codesp em um novo patamar de competitividade e eficiência, aprimorando, inclusive, suas políticas de gestão de pessoas. Esse é o desafio que a SEP lançou para a Codesp e demais Companhias Docas, a partir de um diagnóstico amplo e detalhado para a revisão dos processos portuários.

Outro resultado importante do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), foi a implantação a partir de 1º de setembro de 2015 da nova estrutura organizacional da CODESP. Aprovado pelo Conselho de Administração (CONSAD) em 31 de julho de 2015, o novo organograma preserva a mesma quantidade e níveis salariais de Superintendentes, Gerentes, Assessores e Secretárias, ou seja, prevê 5 (cinco) Diretorias, 15 Superintendências e 37 Gerências. Entretanto, algumas áreas sofreram alterações significativas, pois decorrem dos novos processos mapeados pelo PMGP, contribuindo para o conceito da profissionalização da gestão na empresa.


Assembleia Geral dos Acionistas
CONFIS Conselho Fiscal
CONSAD Conselho de Administração
GEOUV Gerência de Ouvidoria
AUDIT Superintendência de Auditoria
DIREXE Diretoria Executiva


DIPRE Diretoria Presidência
ASCCP Assessoria do Complexo Cultural do Porto de Santos
Assessoria
Secretaria
SUGAB Superintendência de Gabinete da Presidência
SUDEC Superintendência de Desempenho, Riscos e Conformidades
SUJUD Superintendência Jurídica
SUPGP Superintendência da Guarda Portuária
ASCOM Assessoria de Comunicação Social
ASCEN Assessoria do CENEP (Centro de Excelência Portuária)
GECOI Gerência de Riscos e Controles Internos
GEPEP Gerência de Planejamento Estratégico e Projetos
GECIV Gerência do Consultivo Contencioso Cível e Instrumentos Contratuais
GECOT Gerência do Consultivo e Contencioso Trabalhista
GEARE Gerência de Assuntos Regulatórios
GEOPS Gerência de Operação e Segurança
GEINT Gerência de Inteligência e Segurança
SEPRI Supervisão de Processos e Indicadores
SESPP Supervisão de PSPP (Plano de Segurança Pública Portuária)
SEPLA Supervisão de Planejamento da Unidade de Segurança
SEDIS Supervisão da Comissão Disciplinar da Unidade de Segurança


DIAFI Diretoria Administrativa e Financeira
Assessoria
Secretaria
SUADM Superintendência de Administração
SUPRH Superintendência de Recursos Humanos
SUPFI Superintendência de Finanças
GECOL Gerência de Compras e Licitações
GEPAS Gerência de Patrimônio e Serviços
GECAR Gerência de Carreira
GEASO Gerência de Administração de Recursos Humanos e Saúde Ocupacional
GERFA Gerência de Faturamento
GECON Gerência de Contabilidade
GERCO Gerência de Controladoria
SESGA Supervisão de Serviços Gerais e Almoxarifado
SETEC Supervisão de Tesouraria e Contas a Receber


DIENG
Diretoria
de Engenharia
Assessoria
Secretaria
SUENG
Superintendência
de Engenharia
SUEXO
Superintendência
de Execução
de Obras
SUMAS
Superintendência
de Meio Ambiente
e Segurança
do Trabalho
GEMED
Gerência
de Medição
GEPRO
Gerência
de Projetos
GEROB
Gerência
de Obras
GEMAP
Gerência
de Manutenção
Portuária e Predial
GEDRA
Gerência
de Dragagem
GEELE
Gerência
do Setor Elétrico
GEUTI
Gerência
de Utilidades
GESET
Gerência
de Segurança
do Trabalho
GECAM
Gerência
de Controle
Ambiental
GEMAM
Gerência
de Meio Ambiente
DILOG
Diretoria
de Operações
Logísticas
Assessoria
Secretaria
SUTIC
Superintendência
da Tecnologia
da Informação
SUPOP
Superintendência
de Operação Portuária
GESSI
Gerência
de Soluções
de Sistemas
GESIN
Gerência
de Construção
de Soluções
da Infraestrutura
GESTI
Gerência
de Operação e Soluções
de Tecnologia
da Informação
GECAP
Gerência
de Cais Público
e Medição
GEFIS
Gerência
de Fiscalização
de Operações
GETAQ
Gerência
de Acesso
SEVTM
Supervisão
de VTMIS
SESOL
Supervisão
de Estruturação
de Soluções
SELOG
Supervisão
Central
de Monitoramento
Logístico
SEATE
Supervisão
de Acesso
Terrestre
SEAAQ
Supervisão
de Acesso
Aquaviário


DIREM
Diretoria
de Relações
com o Mercado
e Comunidade
Assessoria
Secretaria
SUPPO
Superintendência
de Planejamento
Portuário
SUREC
Superintendência
de Relações Comerciais
e Gestão de Contratos
de Arrendamentos
GETAE
Gerência
de Tarifas
e Estatísticas
GEPDA
Gerência
de Planejamento
e Desenvolvimento
de Acessos
GEDAI
Gerência
de Planejamento
e Desenvolvimento
de Áreas e Instalações
GEPCO
Gerência
de Promoção Comercial
de Áreas e Instalações
e Relação Porto-Cidade
GEDEC
Gerência
de Desenvolvimento
Comercial de Áreas
e Instalações
GERAR
Gerência
de Contratos
de Arrendamento
SEPOP
Supervisão
de Pré-qualificação
de Operadores

Em virtude da implantação da nova estrutura organizacional em, o Regimento Interno da empresa também passou por reformulações. O documento, que tem por finalidade descrever as atribuições de todos os órgãos da CODESP, dividindo-os por áreas fim - aquelas destinadas a produzir o produto ou serviço a que a Companhia se propõe - e meio - aquelas destinadas a dar suporte à área fim, ajudando, assim, na missão empresarial – detalhou as novas competências das áreas, tudo de conformidade com o levantamento de processos realizados como parte do PMGP.

Buscando a efetiva implantação do PMGP, a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) elaborou Plano de Comunicação contendo as ações a serem desenvolvidas para divulgar aos colaboradores o objetivo e benefícios do citado projeto, bem como as mudanças operacionais e organizacionais previstas.

O Plano de Comunicação contempla três campanhas, sendo a primeira para divulgar as linhas gerais do projeto, seus objetivos e processos de desenvolvimento. A campanha 2 envolve a divulgação do processo de treinamento dos colaboradores acerca das mudanças introduzidas, sejam elas sistêmica, processual ou estrutural, visto que geram a necessidade de um aprendizado que vai além da teoria. Assim, através de treinamento os colaboradores poderão se desenvolver de forma que continuem desempenhando suas atividades adequadamente após a consolidação da mudança. A última etapa do Plano de Comunicação é a Campanha 3, através da qual se processa a sustentabilidade da mudança de processo. Nessa fase, será produzido material de divulgação interna visando incentivar a aplicação prática do que foi aprendido em treinamento, para uma mudança de rotina mais tranquila, bem como a sustentabilidade da mudança de processos, por meio de reforço das normas e procedimentos.

Em 11 de setembro, após apresentação ao quadro gerencial do processo de Gestão de Mudança pela empresa Deloitte, foram iniciados os procedimentos para desenvolvimento das ações previstas na campanha 1, sendo veiculados textos no Jornal do Porto, Intranet da Codesp e Mural. Concluída essa etapa foi iniciada, em 11 de novembro, a campanha 2, que trata da mobilização para o treinamento (usuário-final), através do qual estão sendo desenvolvidas ações para informar os processos de treinamento vinculados ao projeto. Essa campanha encontra-se em andamento.

Dando continuidade à Campanha 2 do Plano de Comunicação, iniciou-se a divulgação, a partir do dia 18 de novembro, da Primeira Oficina de Normas da Supervisão de Processos e Indicadores, realizada no dia 19 de novembro, no Centro de Treinamento. Essa ação teve por objetivo reforçar os conceitos definidos pelo Programa de Modernização da Gestão Portuária e esclarecer eventuais dúvidas dos gestores sobre a elaboração dos instrumentos normativos. O evento contemplou dois módulos, trazendo o primeiro uma explanação da SEPRI acerca do conteúdo teórico que envolve o novo modelo de normatização. O segundo módulo, realizado em 7 de dezembro, enfocou a elaboração dos instrumentos normativos pelos gestores da empresa.

No dia 08 de dezembro, através da Intranet e Carta Corporativa ao quadro gerencial, todos os colaboradores foram informamos de que a partir do dia 14 de dezembro entraria em vigor o novo Regulamento Interno de Pessoal (RIP) que hoje encontra-se disponibilizado, na íntegra, na Intranet da Companhia.

Por fim, é válido apresentarmos informações sobre o novo Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança (PCCFC), aprovado pela Decisão DIREXE nº 265.2015, de 22 de julho de 2015 e pela Deliberação CONSAD nº 38.2015, de 31 de julho de 2015. Atualmente, o mencionado plano aguarda análise do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, que é o órgão competente para aprovar a criação de cargos, os requisitos técnicos para a ocupação desses cargos, a dotação de empregados das empresas controladas pela União e os respectivos níveis salariais.

No PCCFC estão alguns dos principais conceitos da melhoria e profissionalização da gestão, resultado do PMGP, como, por exemplo, o limite mínimo de 70% das vagas de cargos comissionados (90% no caso dos Supervisores), para preenchimento por profissionais de carreira da própria Companhia.

Além disso, inclui novos critérios técnicos para preenchimento dos cargos, garantindo a ocupação por pessoas qualificadas e com experiência profissional, mesmo aquelas indicadas que não integram o quadro de carreira da CODESP, de forma a se garantir uma gestão profissional e a obtenção de resultados empresariais compatíveis com os dos melhores portos do mundo.

Especificamente tratando das funções de confiança, o PCCFC tem como um dos principais objetivos, criar condições para uma melhor gestão de pessoas, principalmente depois da revisão dos processos efetuada no PMGP.

Ocorrerá um reforço da camada gerencial, criando-se o cargo de Supervisor, em substituição aos atuais chefes de serviço. A remuneração será a mesma, mas o perfil será um pouco diferente do que é hoje e eles estarão tipicamente vinculados a um gerente, dividindo com ele as atribuições de gestão das equipes e dos processos.

A valorização dos técnicos mais habilitados para uma determinada função fica preservada, com a transformação dos atuais cargos de Coordenador e Encarregado em Assistente Sênior e Assistente Pleno, respectivamente, também mantendo as mesmas remunerações.

Ilustramos abaixo as principais alterações nos cargos do PCCFC, bem como os novos requisitos para designações:

PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS (PCC) - VIGENTE			PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA (PCCFC) - PROPOSTO		
CARGOS COMISSIONADOS	**TEMPO DE EXPERIÊNCIA (MÍNIMO)**	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE (MÍNIMO)**	**CARGOS COMISSIONADOS**	**TEMPO DE EXPERIÊNCIA (MÍNIMO)**	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE (MÍNIMO)**
SUPERINTENDENTE	N/A	Ensino Superior Completo.	SUPERINTENDENTE	8 anos de experiência na área, sendo 4 anos em posição de Liderança e Gestão	Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área de atuação.
GERENTE	N/A	Ensino Superior Completo.	GERENTE	5 anos de experiência na área, sendo 2 anos em posição de Supervisão	Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área de atuação.
			SUPERVISOR	3 anos de experiência na área	Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área de atuação.
ASSESSOR DE DIRETOR-PRESIDENTE	N/A	Ensino Superior Completo.	ASSESSOR DE DIRETOR-PRESIDENTE	5 anos de experiência na área	Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área de atuação.
ASSESSOR DE DIRETOR	N/A	Ensino Superior Completo.	ASSESSOR DE DIRETOR	5 anos de experiência na área	Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área de atuação.
SECRETÁRIA DE DIRETOR	N/A	Ensino Médio Completo.	SECRETÁRIA DE DIRETOR	3 anos de experiência na área	Superior Completo, com registro na SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
CONTROLADOR DO VTMIS	N/A	N/A	CONTROLADOR DO VTMIS	5 anos de experiência na área	Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área de atuação.
FUNÇÕES DE CONFIANÇA	**TEMPO DE EXPERIÊNCIA (MÍNIMO)**	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE (MÍNIMO)**	**FUNÇÕES DE CONFIANÇA**	**TEMPO DE EXPERIÊNCIA (MÍNIMO)**	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE (MÍNIMO)**
CHEFE DE SERVIÇOS	N/A	Ensino médio, técnico ou profissionalizante completo.			
COORDENADOR	N/A	Ensino médio, técnico ou profissionalizante completo.	ASSISTENTE SÊNIOR	3 anos de experiência na área	Formação superior completa.
ENCARREGADO	N/A	Ensino médio, técnico ou profissionalizante completo.	ASSISTENTE PLENO	2 anos de experiência na área	Técnico Profissionalizante

PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS (PCC) - VIGENTE		PCCFC - Proposto
CARGOS COMISSIONADOS	**QUANTIDADE**	**QUANTIDADE**
SUPERINTENDENTE	15	15
GERENTE	37	37
ASSESSOR (A) DE DIRETOR-PRESIDENTE	5	5
ASSESSOR (A) DE DIRETOR	4	4
SECRETÁRIA (O) DE DIRETOR	5	5
SUPERVISOR (A)	0	66
CONTROLADOR (A) DE VTMIS	0	1
FUNÇÕES DE CONFIANÇA	**QUANTIDADE**	**QUANTIDADE**
CHEFE DE SERVIÇOS	45	0
COORDENADOR	67	0
ENCARREGADO	84	0
ASSISTENTE SÊNIOR	0	46
ASSISTENTE PLENO	0	71

CENEP

A Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos - CENEP Santos – foi concebida com a finalidade de promover o aperfeiçoamento e requalificação dos trabalhadores portuários, promovendo a excelência por meio de ensino profissional.

Durante o ano, 13 cursos de capacitação foram realizados, atendendo a mais de 501 participantes, distribuídos em 28 turmas e alcançando um total de 5.795 horas de treinamento. Os cursos oferecidos abrangem os mais variados temas, sejam eles de natureza operacional ou administrativa. Dentre os cursos podemos destacar: Informática Básica, Operação com *Shiploader*, Operação com Pá Carregadeira, Saúde e Segurança no Trabalho Portuário, Ponte Rolante (*SpreaderClamp*), etc.

No mês de setembro, o CENEP passou por mudanças em sua direção, integrando-se à Superintendência de Chefia de Gabinete e à Assessoria do Diretor-Presidente (SUGAB/ASCEN).

O CENEP participou do Pregão Eletrônico nº 06/2015, do qual o objeto eram cursos do Programa do Ensino Profissional Marítimo – PREPOM, da Marinha do Brasil. Dos 19 (dezenove) cursos licitados, o Centro de Excelência ofereceu a proposta mais vantajosa

em 10 (dez). Desse total, foram realizados os de “Operação com Trator e Pá Carregadeira” e “Especial de Saúde e Segurança no Trabalho Portuário”. Por conta de contingenciamento orçamentário do governo federal, os demais cursos licitados devem aguardar um cenário econômico mais favorável para se concretizarem.

Vale destacar também o início do projeto de “inclusão digital” e de “abordagem comportamental”, ambos custeados com recursos próprios. Esses eventos alcançaram 144 (cento e quarenta e quatro) Trabalhadores Avulsos, Portuários e de Atividades Correlatas, por meio dos cursos “Informática Básica” e da palestra “Transformando Comportamentos em Oportunidades”.

Por fim, ressaltamos os cursos customizados aos Terminais Públicos e Privados, com destaque para os cursos de Descarga Ferroviária desenvolvidos para a ADM do Brasil Ltda. e o de Operação com Pá Carregadeira em Operação de Enxofre para a VLi.

Em continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica firmado pelos governos do Brasil e de Benim, foram realizados partes dos módulos “Meio Ambiente e Segurança do Trabalho”, no primeiro semestre e “Marketing Portuário”, no segundo. O referido Acordo é realizado através da Agência Brasileira de Cooperação.

Além destas atividades o CENEP ofereceu apoio para a realização de eventos e encontros para entidades e programas como o projeto“Parceiros do Saber”, em parceria com a Secretaria de Educação de Santos e o Rotary Clube, o projeto “Litoral Sustentável”, desenvolvido pela UNIFESP, em parceria com o Instituto Polis e a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, o Plano de Auxílio Mútuo do Porto de Santos – PAM Porto e o curso “Estudo de Política e Estratégia”, da Escola Superior de Guerra.

Em 2015, os empreendimentos de grande importância para a infraestrutura do Porto de Santos foram, fundamentalmente, a execução da primeira etapa de remodelação do trecho Alemoa/Saboó,da Avenida Perimetral da Margem Direita, a dragagem de manutenção que garantiu a manutenção do calado operacional de todo o trecho I (da Barra até o Entreposto de Pesca) em 13,20 metros, numa extensão de 11,5 quilômetros, além da continuidade das obras programadas e já contratadas como a reforma e recuperação dos píeres, ponte de acesso e tubovias do Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa, a recuperação e reforço do cais entre os armazéns 12A e 23, e as obras de realinhamento do cais de Outeirinhos.

A expectativa para 2016 é que sejam iniciadas as obras e serviços de readequação da Avenida Perimetral da Margem Direita, no trecho entre o canal 4 e a Ponta da Praia, a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa para execução das obras da Avenida Perimetral da Margem Esquerda – 2ª Fase, e a contratação de empresa para execução das obras de recuperação estrutural do cais da Ilha do Barnabé.

Berços de atracação

Reforma e recuperação dos píeres, ponte de acesso e tubovias do TEGLA

Dentre as intervenções de reforma e recuperação, destacam-se os serviços executados em píeres, ponte de acesso e tubovias do Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa. Com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2016, e cerca de 75% dos trabalhos já executados, o empreendimento possibilitará a dragagem dos 4 berços de atracação daquele Terminal até a profundidade de -14,0m, aumentando a capacidade de escoamento das cargas e sua segurança operacional.

As obras já foram concluídas nos píeres 1 e 2 e seguem nos demais berços. Os serviços envolvem recuperação estrutural de estacas e laje, além da reforma e ampliação estrutural de dolfins de amarração e atracação.

Os serviços compreendem o reforço e tratamento de mais de 1400 estacas de concreto armado e aço, recuperação estrutural de componentes deteriorados das lajes, vigas, rótulas metálicas e elementos do pipe-rack das plataformas, dolfins de atracação, dolfins de acostagem e ponte de acesso.

Ao final de 2015, foram concluídos os serviços estruturais dos píeres 1, 2 e o píer de barcaças, faltando a conclusão dos serviços de acabamento (estucamento e pintura das estruturas) e, parcialmente concluídos os píeres 3 e 4 e a Ponte de Acesso.

Recuperação e reforço de cais entre os armazéns 12A e 23

Outra obra relacionada à estrutura de cais é a execução do projeto de recuperação e reforço de 1.700 metros de cais entre os armazéns 12A e 23. As obras estão sendo realizadas de modo que a estrutura do cais resista adequadamente às obras de dragagem que serão realizadas até a cota –15,00 DHN, permitindo ampliar a produtividade dos embarques de açúcar pelos terminais localizados naquela área.

A execução das atividades segue cronograma firmado entre a CODESP e todos os terminais envolvidos, pois depende de janelas entre os períodos de atracação de navios para a execução dos serviços, além de condições meteorológicas e de maré, a fim de acarretar o menor transtorno possível às operações do Porto de Santos.

Os serviços envolvem a inspeção de cerca de 3.500 estacas sob a laje do cais, as quais, em alguns trechos dos 1.700 metros, chegam a apresentar algum nível de comprometimento. Além da recuperação dessas estacas, a realização do chamado *jet-grouting* garantirá o reforço da estrutura do cais a partir da perfuração e injeção de colunas de concreto com perfil metálico junto à beira do cais. As obras seguem mais concentradas no trecho de 630 metros entre os armazéns 12A e 15, com previsão de conclusão do *jet-grouting* e de recuperação de 60% nas estacas nessa extensão.

No ano de 2015, a fim de readequar o fluxo financeiro das obras, os serviços de reforço com colunas de *jet-grouting* e recuperação estrutural foram concentrados nos berços 12A, 13/14 e 15. O reforço desse trecho está concluído e a entrega dos berços está prevista para abril de 2016, condicionada ao término da recuperação estrutural.

Por conta da redução no aporte de recursos do Governo Federal a duração do contrato, que estava prevista para 22 meses, passará para 27 meses. A alteração do prazo contratual será objeto de aditamento.

A partir de outubro de 2015, foram iniciados os serviços nos berços 16/17, 19, 20/21 e 22/23, com previsão de término para dezembro de 2016, data prevista para conclusão das obras.

Recuperação estrutural do cais da Ilha do Barnabé

A revisão do projeto executivo para a recuperação estrutural do cais da Ilha do Barnabé foi concluída e a perspectiva é de lançar, no primeiro trimestre, o edital visando a abertura de licitação para a contratação da empresa que executará as obras.

Cais de Outeirinhos

A construção do cais de Outeirinhos prosseguiu desde as instalações da Marinha do Brasil até o T-Grão, garantindo mais um berço de atracação no novo cais. As obras destacam-se pelos próprios números: 1.283 metros de cais que demandaram cravação de 841 estacas, cerca de 60% em leito rochoso, com comprimentos, em média, de 30 a 40 metros, gerando cerca de 600 empregos diretos.

O principal ganho com a construção do cais, com uma nova configuração de alinhamento, é a possibilidade de atracação de navios de passageiros em trecho contínuo, com estrutura compatível, permitindo uma profundidade de 15 metros no local.

Além disso, existe a possibilidade dos cruzeiros atracarem mais próximos do Terminal de Passageiros, beneficiando a logística do porto como um todo.

Fora da temporada, o novo cais, com maior profundidade para operação comercial de cargas, ampliará a capacidade de movimentação do Porto de Santos, além de oferecer uma instalação moderna para atendimento às embarcações da Marinha.

A expectativa é que até o início de 2016 estejam concluídos os 267 metros que perfazem o total de 779 metros, encerrando a segunda fase da obra, referentes à 1ª Ordem de Serviço. Os primeiros 512 metros foram entregues em junho de 2014.

A execução da 2ª Ordem de Serviço encontra-se em estudo e a previsão para sua execução é de aproximadamente R$ 160 milhões, no prazo de 17 meses. Considerando que esta fase seja iniciada em abril/2016, a previsão de desembolso é de aproximadamente R$ 85 milhões em 2016 e R$ 75 milhões em 2017, não considerados os contratos de gerenciamento e fiscalização da obra, revisão de projeto e apoio logístico.

Sistema Viário

Avenida Perimetral da Margem Direita – Trecho Alemoa/Saboó

Quanto às obras destinadas à melhoria do sistema viário interno do Porto de Santos, o destaque fica com a primeira etapa de remodelação do trecho Alemoa/Saboó. O projeto prevê a execução de duas pistas com mão dupla e total de quatro faixas de rolamento. A grande vantagem dessa intervenção no viário, além de vias estruturadas para a atual carga que os veículos demandam e modernas instalações de drenagem, iluminação e sinalização, é a implantação de acesso exclusivo ao trânsito de passagem, sem conflitar com o tráfego de veículos dedicados aos terminais daquela região. Com a segregação entre veículos que se destinam àqueles terminais e os que entram e saem do porto, eliminamos um significativo gargalo ao escoamento de cargas em Santos.

As obras têm início na Avenida Engenheiro Augusto Barata, na região da entrada do Terminal para Contêineres da Margem Direita – ECOPORTO, seguindo por detrás do pátio 2 deste, até sua interligação com a Avenida Engenheiro Antônio Alves Freire, e consistem em aproximadamente 1.100 metros de troca de pavimento (de paralelepípedo para CBUQ), incluindo sinalização horizontal e vertical, drenagem e iluminação, remoção de 1.800 metros e implantação de 324 metros de linhas férreas, bem como a construção de uma edificação para transferência das instalações da ALL que terá seu atual prédio demolido para passagem da via.

O contrato foi celebrado em 27/07/15 com a Construtora Capellano Ltda., vencedora do processo licitatório, no valor de R$ 7.888.182,56 e com prazo de 6 (seis) meses de execução de obra. A Ordem de Serviço foi emitida em 03 de agosto de 2015.

Até dezembro de 2015 os dispêndios dessa obra somaram R$ 1.471.447,34 (18,65%), referentes basicamente a mobilizações, instalação e manutenção de canteiro, administração local, remoção do pavimento existente, instalação de rede de drenagem, movimentação de terra, remoção e implantação de linhas férreas, remoção de interferências, fundação e superestrutura da Edificação da ALL.

Para 2016, com previsão de conclusão das obras, o faturamento será de R$ 6.416.735,22 (81,35%).

Avenida Perimetral da Margem Direita – Trecho Canal 4 à Ponta da Praia

Outro destaque quanto à remodelação do viário interno do Porto de Santos é a execução das obras e serviços de readequação da Avenida Perimetral da Margem Direita, no trecho entre o canal 4 e a Ponta da Praia. O empreendimento já tem contrato assinado e aguarda apenas a emissão da Licença de Instalação, a chamada LI, pelo Ibama, para assinatura da primeira Ordem de Serviço.

A mencionada obra eliminará um significativo gargalo naquele trecho que é o conflito entre o tráfego de contêineres e de graneis vegetais.

O ponto de destaque do projeto é a construção de viaduto em forma de "Y", concebido para eliminar conflito entre os segmentos de carga conteinerizada e de granéis sólidos de origem vegetal, bem como dar maior fluidez ao tráfego urbano. A obra parte da Avenida Mário Covas, com 2 faixas de rolamento em cada sentido, e vai com gabarito de altura de, no mínimo 6,5 metros. O prazo para execução é de 30 meses. Com o empreendimento, as linhas férreas de acesso ao Corredor de Exportação de Granéis Sólidos de Origem Vegetal, que hoje passam no meio de terminais, serão transladadas para junto da Avenida Mário Covas.

O projeto inclui a disponibilização de quatro linhas férreas, a fim de favorecer a utilização do modal ferroviário, permitindo o adensamento de áreas naquela localidade. Por outro lado, o viaduto eliminará o conflito rodoferroviário naquela região, bem como as filas de caminhões transportando contêineres que se formam na Avenida Mário Covas.

Passagem Inferior do Valongo "Mergulhão"

O projeto executivo cujo trecho se estendia desde o Armazém I, no Valongo, até as proximidades do armazém 8, foi apresentado em 2014, porém face ao seu elevado custo estimado, foi elaborado estudo básico com traçado de menor extensão (do armazém I até a Praça Barão do Rio Branco), também de custo elevado em relação ao valor previsto inicialmente. Esse estudo encontra-se sob a análise da CODESP.

Avenida Perimetral da Margem Esquerda – 2ª Fase

O projeto executivo foi concluído em outubro de 2015 e a expectativa é concluir a revisão do projeto executivo em janeiro de 2016, abrindo o processo licitatório para a contratação da 1ª etapa das obras, compreendendo a execução da ponte estaiada sobre a Rodovia Cônego Domênico Rangoni e o trecho de interligação em nível entre essa ponte e a Avenida Perimetral da Margem Esquerda – 1ª Fase (já executada).

Restauração do Frontispício do Rio dos Soldados e do Canal do Mercado

Tendo em vista a implantação da Avenida Perimetral da Margem Direita do Porto de Santos, no trecho compreendido entre a Praça Barão do Rio Branco e a Praça Nossa Senhora de Fátima (Praça da Santa), que afetou, direta ou indiretamente, o meio ambiente cultural, foi assinado, em 03/11/2009 o Termo de Compromisso Preliminar de Ajustamento de Conduta, com os Ministérios Públicos Estadual e Federal, onde a CODESP reconheceu sua responsabilidade na preservação e restauração dos bens tombados próximos à obra da avenida perimetral, bem como na revitalização das áreas remanescentes, decorrentes da implantação daquela via.

Ficou compromissado que a CODESP executaria, entre outros, a restauração do Frontispício do Rio dos Soldados e do Canal do Mercado (item 5 do referido TCAC) sendo precedida da elaboração de competente projeto de restauro e aprovação do mesmo junto aos órgãos responsáveis pelo tombamento do bem, quais sejam, CONDEPASA – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

O projeto executivo para as obras de restauração foi realizado pela CODESP através do Contrato DP/60.2009 e foi elaborado pela empresa GEPAS – Arquitetura e Restauração Ltda., sendo aprovado pelo CONDEPASA E CONDEPHAAT.

Em 14 de agosto de 2015 foi celebrado contrato junto à empresa Pires & Giovanetti – Engenharia e Arquitetura Ltda., para contratação de empresa para execução das obras, sendo a Ordem de Serviço emitida em 14 de setembro 2015, com duração prevista de 8 meses, a contar de sua emissão.

Dragagem

Três contratos atendem aos serviços de dragagem de manutenção no Porto de Santos. A dragagem do canal de navegação que inclui, ainda, bacias e acessos a berços de atracação está dividida entre o trecho I, situado entre a Barra e o Entreposto de Pesca, e os demais trechos (II, III e IV), daquele local até a Alemoa, totalizando 24,5 quilômetros.

A dragagem realizada ao longo de 2015 garantiu a manutenção do calado operacional de todo o trecho I em 13,20 metros, numa extensão de 11,5 quilômetros. Nos demais trechos, que completam a extensão total do canal de navegação, a dragagem também garantiu calado operacional de 13,20 metros, com exceção do trecho compreendido entre os berços 1 e 2 da Alemoa, com tráfego de embarcações para calado máximo de 11,20 metros. Vale destacar que o calado, em toda extensão do canal de navegação, pode ser ampliado em função da variação da maré. Assim, os calados de 13,20 metros e 11,20 metros no chamado Zero DHN, podem ter acréscimo de até 1 metro na preamar com altura de maré maior ou igual a 1 metro.

Quanto à dragagem de manutenção de berços, o serviço permitiu manter as cotas de projeto em 29 berços de atracação do cais público. No total, o serviço de dragagem atingiu quase 4 milhões de metros cúbicos retirados do leito do canal ao longo do ano em análise.

A manutenção das profundidades tem importância estratégica para a produtividade nas operações de carga e descarga. A partir do aumento do calado, as embarcações podem otimizar sua capacidade de transporte, sendo possível carregar mais carga em

um número menor de navios. A produtividade média, calculada pelo total de carga movimentada em relação à quantidade de embarcações atracadas para operação, apontou crescimento em torno de 7% ao longo deste ano. Foi um crescimento significativo de mercadorias por navio, algo viabilizado pela garantia da profundidade ao longo do canal de navegação e berços de atracação.

Energia

A Usina Hidrelétrica de Itatinga, com capacidade de geração de 15 MVA, tem participação média de abastecimento da ordem de 75% da demanda total do Porto. Tal sistema elétrico conta com um programa de manutenção que atende ao complexo formado pela represa, câmara d'água, cinco tubulações de descida da serra, turbinas e geradores, além de 30 quilômetros de linhas de transmissão em 160 torres, duas grandes torres para transposição do canal do estuário, uma central elétrica e 60 subestações ao longo da margem de Santos. Em complemento, este sistema elétrico está interligado, atualmente, à concessionária local, em, no máximo, mais 8,6 MVA.

Convênio CPFL – Nova Subestação

Para ampliar a garantia de pleno abastecimento, a Codesp e a Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL) celebraram, no dia 06 de novembro, convênio para construção de uma subestação de distribuição de energia elétrica que terá capacidade para suprir toda a necessidade do Porto de Santos. O investimento, estimado em R$ 10 milhões, será viabilizado pela concessionária de energia elétrica e envolverá a cessão de uma área, pela Codesp, de aproximadamente 3.770 m². O convênio vigorará por um prazo de 13 anos.

A nova subestação, com capacidade final de 80 MVA, será construída em área localizada nas oficinas da Codesp. O sistema atual opera no limite e a Codesp precisa disponibilizar, em um prazo muito curto, opções para abastecimento do Porto a fim de garantir a viabilização de futuros projetos de expansão. A CPFL terá o prazo de um ano para apresentar o projeto executivo e a Codesp deverá disponibilizar a área para construção da nova subestação em, no máximo, seis meses. Com esta ampliação o sistema elétrico final será expandido para 95 MVA.

A expansão da usina de Itatinga é inviável tecnicamente e a nova subestação da CPFL será dimensionada para atender as necessidades dos usuários. A concessionária, há cerca de três anos, já vem passando os cabos de transmissão de energia para o novo sistema em toda a região do Porto, desde a subestação Vila Nova, próxima ao Mercado Municipal de Santos, até a subestação Estuário, na Ponta da Praia. O novo sistema elétrico também permitirá padronizar a tensão de distribuição em 13.8 KV. Com isso, haverá ganhos adicionais nos circuitos elétricos de distribuição da Codesp.

Concessão

Conforme deliberação da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), após o atendimento pela Codesp de todas as exigências do órgão regulador, foi decidido recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a cessão à Codesp dos bens vinculados à hidrelétrica e dos ativos de distribuição de energia elétrica para possibilitar a continuidade da prestação dos serviços públicos, determinando o encaminhamento do processo ao MME para as providências necessárias, visando sua regularização.

A Codesp aguarda, com expectativa, a cessão pelo MME. Essa definição é fundamental para o planejamento de investimentos e otimização do complexo no abastecimento de energia para o Porto de Santos.

Geração de energia

Ainda no setor de eletricidade, a companhia adquiriu 4 novos geradores para garantir fornecimento de energia em edificações consideradas estratégicas, como os prédios da área de operações, da área administrativa, da presidência e da área operacional da usina de Itatinga. Até o final deste ano, deve-se concluir a instalação dos equipamentos para entrada em operação.

Tratamento de água e esgoto

Tal qual a energia elétrica, o Porto de Santos também dispõe de sua própria instalação de tratamento de água potável e captação de esgoto nas duas margens do estuário que, ao longo do ano, atingiu fornecimento de água de quase 750 mil metros cúbicos e

tratamento de cerca de 322 mil metros cúbicos de esgoto, além de rede específica para fornecimento de água de reuso.

Planejamento, Desenvolvimento e Inovação

Com vistas à aplicação de projetos científicos aos complexos subsistemas de transportes multimodal de cargas e passageiros do sistema porto, a CODESP implantou, neste ano de 2015, a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento de Acessos, com o intuito de identificar e propor soluções para as demandas de acessibilidades identificadas no Porto de Santos. Comprometida com a modelagem de um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP CODESP), em uma configuração semelhante àquela desenvolvida nos melhores Centros de Pesquisas Portuários do mundo, o novo setor compromete-se, institucionalmente, com a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, valendo-se, para este fim, da parceria com reconhecidas Instituições de Ensino e Pesquisa, como a Universidade de São Paulo – USP e Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, formalmente instituída através dos CONTRATO DP-DC/01.2013, de outubro de 2013, e CONTRATO DP/86.2015, de dezembro 2015.

A cooperação com as instituições de ensino e pesquisa possibilitou a realização de dois cursos de difusões e especializações realizados no Centro de Treinamento da CODESP e na Cidade Universitária da USP, com a participação de 114 empregados, que somaram, aproximadamente, 2.000 h de aula e custos, estimados, de R$ 168.000,00.

Além destes benefícios, os Contratos firmados preveem a instalação de uma Estação Maregráfica e Meteorológica no Armazém 8, a ser empregada em investigações científicas portuárias e de um banco de dados do balanço sedimentar do trecho 1 do canal do porto.

Dentre as diversas atividades empreendidas pela área de planejamento, no ano de 2015, vale destacar o desenvolvimento de projetos para simular e apresentar cenários de localização, dimensionamento e configuração *off shore*, expansão flúvio-marítima do Porto de Santos, com a participação de Instituições de Fomento à Pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo –FAPESP.

Saliente-se ainda, o Projeto de Pesquisa de Obras para a Otimização Morfológica, Náutica e Logística do Canal de Acesso do Porto de Santos, compreendendo investigações econômico-financeiras dos negócios dos transportes hidroviários, modelos físicos e matemáticos, simulações de cenários hidráulicos, hidrológicos e sedimentológicos, manobras e interações hidrodinâmicas da navegação e implemento de um plano diretor hidroviário do porto.

Sustentabilidade

A Codesp tem o compromisso de promover ações de prevenção e controle ambiental que garantam que o desenvolvimento do Porto de Santos não prejudique a preservação do meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural, e a saúde e qualidade de vida dos usuários, operadores, colaboradores e demais atores envolvidos direta ou indiretamente com as suas atividades.

Assim, em 2015 foram realizadas atividades de cunho ambiental como o monitoramento das atividades de dragagem no Porto de Santos, o gerenciamento ambiental e licenciamento das obras, além do gerenciamento de efluentes, gerenciamento de emissões atmosféricas, gerenciamento de ruídos e vibrações, controle de pragas e vetores, comunicação social, educação ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, qualidade do ar, passivos ambientais, comunicação social, regularização fundiária e monitoramento da fauna terrestre, entre outros.

Dragagem

A dragagem de manutenção do canal de navegação e área do polígono de descarte e disposição oceânica demandou a continuidade do programa de monitoramento ambiental de áreas dragadas, bem como dos serviços de caracterização dos sedimentos dos berços de atracação, áreas de acesso e canal de navegação.

Visando garantir a validade da Licença de Instalação nº 961/2013, que ampara as atividades de dragagem de manutenção do canal de acesso ao Porto de Santos (Trechos I a IV, com 15 metros de profundidade e largura aproximada de 220 metros) e dos berços de atracação e respectivas áreas de acesso, foram atendidas as condicionantes preconizadas pelo Ibama, com a contratação e respectiva execução das atividades dos programas de monitoramento ambiental, de monitoramento e controle da qualidade da água, de monitoramento ambiental do Polígono de Disposição Oceânica (PDO), de monitoramento da qualidade dos sedimentos, de Comunicação Social, de Educação Ambiental, entre outros.

Além disso, atendendo solicitação do Ibama, foram executados os programas de monitoramento do perfil praial e de monitoramento dos manguezais, em continuidade às tratativas desenvolvidas no âmbito da dragagem de aprofundamento.

Para 2016, a Codesp tem como perspectiva a retificação e renovação da Licença de Instalação nº 961/2013 junto ao Ibama e a continuidade dos programas de monitoramento ambiental e atendimento às demais condicionantes preconizadas pela referida Licença.

Plano de Disposição Oceânica Específico - PDOE

Ao longo de 2015, por meio dos Planos de Disposição Oceânica Específico – PDOE, a Codesp efetuou as ações necessárias para ordenar e compatibilizar a utilização do Polígono de Disposição Oceânica – PDO, visando garantir o atendimento às condicionantes estipuladas pelo órgão ambiental federal.

As embarcações que realizam os descartes no polígono devem ser dotadas de sistema de rastreamento satelital, que apresente os registros dos momentos e locais das disposições, bem como da rota percorrida pela embarcação, sinais automáticos emitidos por sensores para eventos de abertura e fechamento de cisternas, além da indicação dos horários e coordenadas exatas de ocorrência dos eventos de abertura e fechamento, bem como do quadrante e da quadrícula em que ocorreram os descartes.

Gerenciamento Ambiental e Licenciamento das Obras

O setor de meio ambiente da Codesp atuou neste ano no licenciamento e gerenciamento ambiental das obras de recuperação estrutural de píeres da Alemoa e do trecho de cais entre os armazéns 12A e 23, da melhoria do sistema viário do Saboó e da obra de reconstrução do cais em Outeirinhos.

Com relação ao licenciamento ambiental do Trecho 4 (Canal 4 – Ponta da Praia) da Avenida Perimetral da Margem Direita, foi expedido, em 18/12/15, parecer do Ibama, indicando condições favoráveis para emissão da Licença de Instalação, e a Codesp aguarda, para este ano, a sua emissão.

A obra já possui autorização quanto ao projeto do patrimônio histórico dos órgãos federal, municipal e estadual (IPHAN, CONDEPASA e CONDEPHAAT, respectivamente) restando manifestação favorável do órgão federal para o projeto de monitoramento arqueológico.

A Codesp também aguarda a aprovação, pela Prefeitura de Santos, do Estudo de Impacto da Vizinhança.

Além disso, foi obtida a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) para as árvores isoladas existentes no trecho de obras, restando a definição das espécies e indicação dos locais de plantio compensatório pela Prefeitura de Santos.

A Codesp também irá contratar consultoria ambiental para prestação de serviços de fiscalização ambiental das obras do Trecho 4 (Canal 4 – Ponta da Praia) da Avenida Perimetral da Margem Direita. O processo licitatório depende da definição da modalidade de licitação a ser adotada.

No que diz respeito à 2ª Fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, foram realizadas atividades de diagnóstico, prospecção e educação patrimonial, por meio da empresa ECOSSIS Soluções Ambientais SS Ltda. ME. e será encaminhado relatório final para compor o processo de licenciamento ambiental, junto ao Ibama.

Revisão do PEI

Durante o ano, atendendo solicitação do Ibama, foi feita a revisão do Plano de Emergência Individual (PEI), sendo atualizado o Procedimento de Comunicação de Incidentes, de maneira a se adequar à IN 15/2015, que instituiu um sistema informatizado para comunicação de acidentes ambientais.

Em 23/09/15 foi realizado simulado para verificar o tempo de mobilização do pessoal e o tempo de resposta para atendimento a incidentes com manchas oleosas de origem desconhecida vindas da área de fundeio.

Em 31/12/15 foi protocolado no Ibama a revisão 04 do PEI-Codesp.

Plano de Auxílio Mútuo – PAM do Porto de Santos

Com o objetivo de dinamizar e otimizar os recursos disponíveis, adequando-os aos riscos predominantes em cada área do Porto Organizado, está sendo feita a reestruturação do PAM do Porto de Santos. As principais modificações consistem na divisão da estrutura de coordenação existente e na implantação de procedimentos de controle de materiais fornecidos durante os atendimentos e respectivo ressarcimento ao proprietário.

Plano de Área do Porto de Santos – PAPS

No dia 16 de dezembro, a Codesp participou da oficialização do Plano de Área do Porto de Santos e Região (PAPS), para atendimento a acidentes de poluição por óleo no mar. A organização dos trabalhos é do Comitê do Plano de Área do Porto de Santos e Região, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e Companhia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), com participação da Codesp, dos terminais portuários e da Marinha do Brasil.

O Plano de Área reúne os Planos de Emergência Individual (PEI) de 47 instalações portuárias localizadas em Santos, Cubatão e Guarujá. O PAPS é uma exigência prevista na Lei nº 9.966/00 e regulamentado pelo Decreto nº. 4.871/03, posteriormente complementado pelo Decreto nº 8.127/13, e o seu objetivo é integrar esforços, compartilhando os recursos das 47 instalações portuárias possibilitando respostas à acidentes que envolvam derramamento de óleo, a fim de minimizar possíveis danos.

Drenagem Pluvial

A Autoridade Portuária disponibilizou para os participantes do Comitê de Área signatários do PAPS um software que simula a poluição por óleo de acordo com as condições climáticas e oceanográficas, auxiliando a prevenir e combater com eficiência caso haja algum incidente. A ferramenta foi desenvolvida por empresa contratada pela Codesp para a elaboração do comportamento e destino de produtos derramados em determinados pontos do Porto de Santos e de suas Áreas de Fundeio. Foram realizadas

simulações de derramamentos de óleo diesel e óleo combustível marítimo com volumes de 8m³ e 2100³, em diversos cenários com diferentes condições meteoceanográficas, em 27 pontos da região. O estudo gerado e seus subprodutos já foram entregues e deverão compor o Plano de Emergência Individual (PEI) do Porto de Santos.

Sua principal função é a rápida visualização dos resultados das simulações. O usuário consegue, rapidamente, escolher as variáveis relacionadas a um derramamento de óleo (condições meteorológicas, maré, quantidade de material poluidor, passagem de tempo). Os resultados são mostrados em um mapa interativo, com a possibilidade de visualização da progressão da mancha de óleo, assim como a espessura do óleo flutuante e as áreas em que há toque na linha de costa. A empresa que criou o produto fará um treinamento de uso do software com os colaboradores das instalações portuárias.

Resíduos Sólidos

Mais uma ação da área ambiental da Companhia foi a coleta de resíduos perigosos e especiais. Através do programa, foram retirados para reciclagem quase 10 mil lâmpadas, 99,5 toneladas de madeira, 57 toneladas de pneus e 2.565 toneladas de plástico, além do recolhimento de outros resíduos.

Foi implantada uma versão atualizada da Planilha de Inventário Mensal de Resíduos Sólidos, abrangendo novos itens da Lista Brasileira de Resíduos Sólidos e novas formas de destinação e acondicionamento dos resíduos, a fim de permitir uma melhor interpretação e tabulação das informações declaradas mensalmente pelos terminais.

Estações de tratamento de água e de esgoto

Com relação aos serviços de operação e manutenção das estações de tratamento de água e de esgoto – ETA's e ETE's, localizadas no Porto de Santos, a Codesp efetuou o acompanhamento ambiental das suas atividades através da análise dos laudos de

potabilidade da água e da análise dos efluentes tratados. Foram efetuadas vistorias nas ETA's e ETE's a fim de atestar a eficiência dos processos de tratamento.

Efluentes

Ao longo de 2015, a área técnica da Codesp executou atividades de fiscalização nas áreas dos terminais tendo como objetivo garantir a boa qualidade das águas do estuário e a adequada destinação dos efluentes líquidos gerados em função das operações portuárias. Foi determinado que parte dos terminais encaminhe, periodicamente, os laudos de caracterização dos efluentes gerados, bem como os comprovantes de destinação.

Outorga dos Recursos Hídricos – PCH Itatinga

A Codesp contratou a empresa especializada GEO TAG Engenharia Ltda. para prestar serviços de consultoria e assessoria visando à obtenção da Outorga de utilização dos recursos hídricos do Rio Itatinga, junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE do Estado de São Paulo, para a geração de energia elétrica por meio da PCH Itatinga. Este processo deverá ser concluído até o final de 2016.

Rede de Estações Hidrométricas na PCH Itatinga

Em janeiro de 2015 foi concluído o Termo de Referência para a contratação de empresa especializada para a implantação, operação e manutenção da rede de estações hidrométricas na PCH Itatinga. O contrato com a empresa Ativa Soluções Tecnológicas, Indústria e Comércio Ltda., vencedora do processo licitatório, foi assinado em 28/10/15 e a Ordem de Serviço para início da sua execução foi emitida em 03/11/15.

Para o ano de 2016 é esperada a implantação da rede de estações hidrométricas e da sua estrutura para transmissão de dados, bem como a manutenção periódica dos equipamentos e capacitação de equipe da Codesp para operação da rede.

Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)

A Codesp realizou o cadastramento das edificações e áreas sujeitas à vistoria do Corpo de Bombeiros, conforme Decreto Estadual nº 56819/11. Este documento embasou a elaboração de Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em projetos de instalações de prevenção e combate a incêndios, visando à obtenção e/ou renovação do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros.

Auditoria Ambiental

Em atendimento à Resolução CONAMA 306/02, que institui a realização de auditorias ambientais compulsórias para empreendimentos portuários, foi contatada a empresa Inteligência Ambiental, que é especializada na realização de auditoria ambiental e assessoria técnica, para implantação de Sistema de Gestão Ambiental na Codesp.

No mês de dezembro, foi realizado o primeiro treinamento para formação de auditores internos, através do curso de Interpretação da NBR ISO 14.001.

Gestão Condominal

Tendo como objetivo manter um banco de dados atualizado e público, na página do Porto de Santos, na internet, foram monitoradas as certificações e licenças ambientais dos terminais do Porto de Santos. O sistema encontra-se em desenvolvimento e deverá ser entregue em 2016.

Regularização Ambiental

Quanto à regularização ambiental do Porto de Santos, desde o início do segundo semestre, o setor segue em atendimento às demandas da autoridade ambiental.

A regularização ambiental do Porto de Santos é um processo de licenciamento ambiental estabelecido através de portarias interministeriais e do Ministério do Meio Ambiente. A Codesp protocolou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2012, o estudo ambiental necessário a este

processo. O Ibama emitiu, em julho de 2015, parecer solicitando a revisão e adequação de diversos programas ambientais. A necessidade de revisão decorre, principalmente, do grande espaço de tempo entre o protocolo do estudo ambiental e a análise do Instituto, pois, neste período, muitos instrumentos legais foram instituídos, de forma que as ações propostas à época não atendem aos preceitos legais vigentes hoje, necessitando, portanto, de atualização.

Atendimento a emergências

A Codesp descobriu a existência de 115 cilindros armazenados no Armazém 11, contendo gases perigosos. A carga estava abandonada há quase 20 anos no Porto de Santos.

Após contato com diversas empresas que atuam com a manipulação de gases ou especializadas no tratamento de resíduos e, diante da ausência de informações confiantes sobre os cilindros, a Codesp contratou a empresa SuatransCotec, especializada no atendimento a emergência químicas, visando buscar soluções para a destinação dos cilindros.

Sinistros

Em abril de 2015, durante o incêndio ocorrido na Ultracargo, a Codesp mobilizou equipe para efetuar o acompanhamento ambiental do sinistro pelo lado mar, monitorando o vazamento de efluentes para o estuário, a presença de manchas de óleo ou outros produtos químicos na superfície da água e a mortandade de organismos marinhos no canal do Porto de Santos.

Remoção de tubulações

A Codesp contratou empresa para realização de serviços de desmobilização de dutos desativados das regiões da Alemoa e do Saboó, em Santos. Os serviços iniciaram-se pela Alemoa em 24/08/15, tendo sido retirados cerca de mil metros de tubulação.

O contato prevê escavação, seccionamento e limpeza dos dutos, destinação de resíduos e devolução dos dutos limpos à Codesp. A previsão é que os serviços terminem em 2017 e que sejam removidos 5200 metros de linhas desativadas das duas regiões.

Também foi contratada empresa para realizar os serviços de investigação ambiental em área estratégica a possível traçado da obra do "Mergulhão". O contrato firmado prevê a remoção de eventuais linhas de dutos existentes no trecho dos trabalhos, bem como a investigação ambiental do solo e da água subterrânea.

Passivos ambientais

Foi contratada, às expensas da Petrobrás Distribuidora S.A., empresa para realizar a remediação da área contaminada na área do antigo Posto Cais Combustíveis Ltda., em Outeirinhos. O sistema de remediação de contaminantes foi instalado e teve suas operações iniciadas no primeiro trimestre deste ano.

Terminal Pesqueiro de Laguna

Após a remoção e destinação adequada do solo contaminado no Terminal Pesqueiro de Laguna, foi realizada nova investigação confirmatória, em outubro de 2015, através da empresa WAB Tecnologia, e a Codesp aguarda a entrega do Relatório Técnico, para envio ao órgão ambiental de Santa Catarina (FATMA), a fim de considerar aquela área reabilitada.

Pragas e Vetores

Visando efetuar o controle de pragas e vetores no Porto de Santos uma série de ações foram desenvolvidas, que contemplaram a elaboração de planos de ação e estabelecimento de parcerias com instituições relacionadas às atividades de saúde pública em Santos.

Em 14/12/15 foi assinado contrato para implantação do Plano de Controle e Manejo de Pombos na Margem Direita do Porto de Santos. Também foi elaborado Termo de Referência para contratação de empresa especializada no controle do mosquito Aedes Aegypti.

Socioambiental

A Codesp disponibilizou a utilização do Ginásio de Esportes Inspetor Wagner Cardinal aos seus colaboradores. O objetivo do espaço é estimular o convívio social, a integração e a promoção da saúde dos colaboradores, por meio da prática de atividades físicas, esportivas e recreativas. Para isso são disponibilizadas quadra de esportes, sala de jogos e de atividades, bem como churrasqueira, cozinha e áreas de uso comum.

Relações com o mercado e movimentação de cargas

No que se refere à movimentação de cargas, a expectativa mais otimista da Codesp foi superada em 2015, visto que os números consolidados mostraram o estabelecimento de um novo recorde histórico em nosso porto: 119.931.880 toneladas. Esse resultado expressivo, 7,9% superior ao verificado em 2014 e 5,1%acima do recorde anterior registrado em 2013, ocorreu apesar de a economia mundial apresentar desempenho abaixo do esperado, com expansão estimada em 3,1% pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), inferior à de 2014 (3,4%). As exportações apresentaram aumento de 14,4% em relação à 2014, enquanto as importações registraram uma retração de 6,4%. Os resultados por natureza de carga mostraram que a movimentação de granéis sólidos em nosso porto cresceu 12,0%, enquanto os volumes de carga geral e graneis líquidos se expandiram em 4,3% e 4,1%, respectivamente.

As economias avançadas melhoraram seu desempenho em 2015, com destaque para a gradual recuperação dos Estados Unidos e o maior dinamismo da Zona do Euro, apoiado na renegociação da dívida grega e na adoção de um pacote de estímulos monetários que contribuiu para que o desemprego na região atingisse, em outubro, o menor patamar desde janeiro de 2012 (10,7%). Entretanto, o desempenho dos países emergentes mostrou mais uma vez desaceleração frente ao ano anterior. A situação da economia chinesa foi motivo de intensa preocupação nos mercados internacionais ao longo do ano.

A persistência da desaceleração chinesa e o movimento de apreciação do dólar, derivado da percepção de que o início do processo de elevação das taxas de juros nos Estados Unidos estava próximo, alimentaram a continuidade do ciclo de queda nos preços das *commodities* nos mercados internacionais. As *commodities* agrícolas não ficaram imunes a essa tendência, mesmo após um ano difícil como foi o de 2014, quando os preços caíram, significativamente, em resposta a uma combinação entre demanda retraída e a confirmação de uma super safra norte-americana de soja e milho, que elevou a oferta global.

Os preços da soja em grãos e do farelo foram os que mais sentiram a retração em 2015. No caso da soja em grãos, os preços caíram em torno de 24%, voltando a patamares inferiores aos verificados em 2009. O açúcar também viu sua cotação nos mercados internacionais encolher em torno de 19%. O milho também sofreu com mais um ano de retração nos preços internacionais, em torno de 12%.

O Brasil não passou ileso aos efeitos negativos desse complexo cenário internacional. O real sofreu forte desvalorização, iniciando o ano com uma cotação de R$ 2,65, chegando a R$ 4,24 ao final de setembro, tendo recuado para o patamar médio de R$ 3,87 em dezembro, o que corresponde a uma desvalorização de aproximadamente 46,0% no ano. O que se viu ao final de 2015, portanto, foi um cenário bastante diferente do previsto para a economia brasileira antes do início do ano, o que comprometeu severamente as importações.

A forte desvalorização do real frente ao dólar e às principais moedas estrangeiras trouxe, contudo, efeitos benéficos para as exportações brasileiras, ao aumentar a competitividade dos seus produtos nos mercados internacionais. A soja e o milho foram as primeiras *commodities* a se beneficiarem do novo cenário, tendo em vista que tiveram seus preços elevados no mercado interno ao longo do ano.

Diante disso, os produtores aproveitaram para aumentar a produção e acelerar os embarques. O volume anual de milho embarcado pelo Porto de Santos atingiu a marca recorde de 15,8 milhões de toneladas, ultrapassando o total embarcado de soja, que se situou em torno de 13,0 milhões de toneladas. As condições climáticas excelentes durante o primeiro semestre propiciaram o rápido escoamento da safra de soja pelo complexo santista, contribuindo para antecipar a disponibilidade de infraestrutura para os embarques de milho, que, aliada ao sistema de agendamento de chegada de caminhões ao porto, propiciaram uma logística mais eficiente para escoamento das safras agrícolas, sem o registro de congestionamentos.

A soja foi beneficiada, também, pela safra nacional recorde e pela forte demanda chinesa pelo produto. Os embarques por Santos registraram o segundo melhor resultado da série histórica, ficando abaixo, somente, do volume embarcado em 2013.

No caso do açúcar, Santos manteve a liderança nos embarques no sistema portuário nacional (em torno de 73%) e encerrou o ano com um total de 18,2 milhões de toneladas embarcadas, crescimento de 5,3%. Esse resultado ocorre mesmo com o setor ainda vivenciando dificuldades com a oferta global elevada e os preços internacionais baixos, que motivaram os produtores a privilegiarem a produção de etanol para abastecimento do mercado interno.

O Porto de Santos foi favorecido, também, pela crescente demanda pela movimentação de carga conteinerizada, especialmente, na navegação de cabotagem. Ao longo do ano foram movimentados 2,454 milhões de contêineres, estabelecendo um novo recorde ao superar em3,3% o resultado de 2014. Esse desempenho reflete o crescimento das unidades transportadas pela navegação de cabotagem (+20,7%), que compensou a retração de 0,18% no transporte de longo curso. Assim, a liderança do Porto de Santos no segmento de cargas conteinerizadas no sistema portuário nacional foi ampliada para 39,9%.

No mês de agosto deste ano o complexo santista atingiu um novo recorde mensal histórico de movimentação, chegando a 11,366 milhões de toneladas. Novos recordes também foram estabelecidos para os meses de fevereiro, maio e para todos os meses do segundo semestre. No segmento de contêineres, foi registrado novo recorde histórico mensal em julho, com 236.866 unidades.

Cabe destacar o contínuo fortalecimento da navegação de cabotagem em Santos, cuja participação cresceu de 13,0%, em 2014 para 13,3% em 2015. Esse crescimento é justificado pela grande expansão da quantidade de contêineres transportados por essa modalidade, com crescimento de 27,5%. Tal desempenho reforça a tendência de Santos se consolidar como um importante porto concentrador, corroborada, também, pela evolução do transbordo de contêineres.

Quanto à corrente de comércio, em 2015 o Porto de Santos ampliou sua participação, em valor, para 27,3%, patamar superior à soma dos portos que ocupam da segunda a quinta posições no ranking nacional. Considerando apenas as cargas transportadas através dos portos brasileiros, essa participação sobre para 35,2% (em 2014 era de 32,3%).

2016

Diante do cenário econômico nacional e internacional esperado para 2016 e com base nas informações fornecidas pelos terminais portuários, projeta-se para o próximo ano um movimento em torno de 119,6 milhões t, resultado praticamente estável em relação a 2015. Para a carga geral estimamos aumento de 1,7%, para os granéis líquidos 0,3% e para os granéis sólidos uma retração de 1,9%.

Setores mais vinculados ao desempenho do nível de atividade interno, como os de granéis líquidos e cargas conteinerizadas, tendem a apresentar um desempenho mais próximo à estabilidade em relação a 2015, com o aumento das exportações sendo compensado por nova retração das importações.

Beneficiadas pela elevação dos preços internos e pela demanda internacional ainda em alta, que alimentam a perspectiva de nova safra recorde, as exportações de soja tendem a crescer, significativamente, em 2016. No momento da elaboração dos estudos sobre a movimentação de cargas em nosso porto em 2016, a estimativa mais recente da Conab para a safra 2015/2016 apontava para um novo recorde na produção de grãos, entre 208,6 milhões t e 212,9 milhões t, um acréscimo de até 2,1% em relação à safra 2014/2015.O principal destaque positivo fica para o desempenho da soja, com crescimento estimado entre 5,1% e 6,8% (entre 101,1 milhões t e 102,8 milhões t). A perspectiva para o milho, entretanto, é de baixa, após um ano de desempenho histórico dessa *commodity*.

As projeções da Codesp levam em conta um cenário internacional favorável à expansão do comércio mundial de bens e serviços, com um crescimento estimado em 4,1%, contra 3,2% previsto para 2015, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na visão do FMI, as economias avançadas devem apresentar uma pequena aceleração no crescimento em 2016, principalmente nos Estados Unidos, mas as perspectivas de médio e longo prazos permanecem restritas devido a uma combinação de baixo investimento, demografia desfavorável e fraco crescimento da produtividade. Por outro lado, o significativo declínio no preço do petróleo e de outras *commodities* favorece a elevação do consumo nestas economias.

Para os países emergentes e em desenvolvimento, o FMI também estima uma aceleração do crescimento em 2016, refletindo um quadro menos recessivo em economias fortemente afetadas em 2015 (incluindo Brasil, Rússia e alguns países da América Latina e Oriente Médio). Para a China é previsto a manutenção da trajetória de desaceleração gradual, com um crescimento estimado em 6,3%, ante 6,8% em 2015.

Estimativas por segmento de cargas para 2015 e 2016

Carga geral

O segmento de carga geral no Porto de Santos se manteve em alta durante boa parte do ano, encerrando 2015 com um volume de 45,6 milhões t, 4,3% a mais do que 2014. Para 2016 é esperado um crescimento em torno de 1,7%, devendo chegar a 46,4 milhões t, impulsionado pela movimentação de contêineres, veículos e celulose.

Contêineres

O total de carga conteinerizada movimentada em nosso porto superou em 2,6% o recorde anual registrado em 2014 (3,684 milhões teu), chegando a 3,780 milhões teu. A expectativa para 2016 é que a carga conteinerizada atinja 3,735 milhões teu.

O Porto de Santos se manteve na primeira posição, entre os portos da América Latina, no ranking dos principais portos do mundo na movimentação de contêineres, conforme divulgado pela publicação especializada “OneHundredPorts – 2014”, das revistas britânicas Lloyd’sList e Conteinerisation International, subindo uma posição em relação ao ranking anterior.

As operações de cabotagem registraram forte crescimento em 2015, alcançando uma participação em torno de 19,6% na movimentação de cargas conteinerizadas. Além dos investimentos em embarcações mais modernas e maiores, o setor tem ampliado sua oferta de serviços e rotas, tendo em vista um potencial de movimentação que pode crescer significativamente.

Carga solta

Esse segmento de carga totalizou 4,391 milhões t em 2015, retração de 6,1% em relação a 2014, refletindo a queda de 86,5% nos embarques de açúcar em sacos e de 0,7% nas exportações de celulose. Para 2016 espera-se crescimento em torno de 1,5%, atingindo 4,456 milhões t, impulsionado pela esperada recuperação da celulose e pela tendência de aumento nas exportações de veículos.

Celulose

Embora a desvalorização do real frente ao dólar venha garantindo a competitividade da celulose brasileira no mercado internacional, a movimentação de celulose no Porto de Santos apresentou retração de 0,7% no acumulado de 2015, totalizando 3,411 milhões t. Para 2016 a expectativa é de um cenário internacional bastante favorável ao setor, com demanda fortalecida e uma cotação do real ainda mais favorável à competitividade do produto brasileiro. Esse cenário deve incentivar a indústria do setor a dispor de um volume ainda maior para exportações, levando a Codesp a estimar para o próximo ano um aumento de 2,6% (3,499 milhões t) sobre o resultado de 2015.

De acordo com informações do ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a participação do Porto de Santos nas exportações brasileiras do produto caiu de 24,0%, em 2014, para 22,0%, em 2015. Essa realidade se justifica pelo fato do aumento da produção (e, consequentemente, dos embarques) ter se concentrado em regiões fora da área de influência do Porto de Santos.

Veículos

A movimentação de veículos registrou um crescimento de10,4% em 2015. Esse aumento representa uma recuperação parcial após a queda de 41,2% registrada em 2014. São muitas as incertezas para o setor automobilístico em 2016. Entretanto, as exportações devem ser favorecidas, em função da alta do dólar e diante da perspectiva de recuperação parcial da economia argentina em 2016. Além disso, a possibilidade de ampliação em novos mercados, aproveitando o câmbio favorável e um cenário internacional mais promissor, nos leva a estimar uma elevação de 2,1% nas exportações.

Já as importações devem sentir os efeitos da valorização do dólar e a diminuição da disponibilidade de crédito no mercado nacional, o que deverá provocar uma queda nos desembarques em torno de 6,6%. Somando-se os dois fluxos, espera-se estabilidade na movimentação de veículos em 2016

Líquidos a Granel

A movimentação de líquidos a granel deverá totalizar 15,593 milhões t em 2015, um avanço de 4,1% em relação ao desempenho verificado em 2014. Destacam-se nesse segmento o ácido fosfórico e o álcool, com crescimentos de 39,5% e 30,2% em relação a 2014, respectivamente. Já os xilenos e os óleos de origem vegetal apresentaram quedas de 53,9% e 37,7%. Para 2016 estimamos estabilidade na movimentação deste segmento de cargas. As maiores variações positivas deverão ser registradas nos embarques de sucos cítricos e álcool. As maiores retrações deverão ocorrer nas movimentações de óleo de ácido fosfórico e gás liquefeito de petróleo (GLP).

Álcool

Os embarques de álcool em 2015 apresentaram crescimento de 30,2% em relação a 2014, totalizando 1,718 milhão t. O cenário para o setor sucroalcooleiro está mais promissor com o ciclo de alta nas cotações de açúcar no mercado internacional, em consequência do déficit da safra. Essa conjuntura contagiou, ainda mais, o setor alcooleiro, que já estava em alta com a forte demanda doméstica. Embora a maior abertura do mercado norte-americano ao etanol de cana seja o grande responsável pelo expressivo crescimento dos embarques em 2015, o Brasil não deve se beneficiar muito mais em 2016. Diante deste cenário e do forte crescimento observado em 2015, estima-se que em 2016 haverá um aumento moderado dos volumes exportados de álcool através do Porto de Santos, devendo ficar próximo ao patamar de 1,727 milhão t, crescimento de 0,6%.

Sucos Cítricos

As exportações de sucos cítricos pelo complexo santista deve atingir o volume de 1,817 milhões t em 2015, 0,3% a mais do que em 2014. Após um recuo de 15% entre 2014 e 2015, resultado da queda do consumo global com a substituição por outras bebidas, o consumo mundial de sucos aponta para uma recuperação em 2016.

Segundo dados da CitrusBR, ao final de junho de 2016, os estoques deverão ser 25% menores em relação à safra passada. Considerando essa expectativa de ajuste adequado da oferta à demanda e uma taxa de câmbio benéfica às exportações brasileiras, estimamos um crescimento de 9,3% nos embarques do produto em 2016.

Sólidos a Granel

Essa modalidade encerrou 2015 como o principal destaque na movimentação no Porto de Santos, com alta de 12,0% em relação a 2014, totalizando 58,752 milhões t. Com isso, houve um aumento de 6,296 milhões t no volume de granéis sólidos que passaram pelo complexo santista. Os destaques foram o milho, com aumento de 75,8%, o complexo soja, com 7,4% e o açúcar com 4,8%. A participação dos graneis sólidos no total movimentado pelo Porto de Santos subiu para 49,0%. Em 2014 a participação foi de 47,2%.

Para 2016 estima-se um volume próximo a 57,6 milhões t, o que corresponderia a uma queda de 1,9% em relação a 2015. Dentre as principais mercadorias que integram essa modalidade, devem apresentar as maiores taxas de crescimento o trigo (25,9%), o adubo (8,8%), a soja em grãos (5,4%) e o farelo de soja (4,9%). Já para a movimentação de milho e enxofre estimamos retrações de 12,5% e 3,9%, respectivamente. Com a decisão da Usiminas de interromper a produção de aço em sua planta produtiva de Cubatão, esperamos uma drástica redução na movimentação de minério de ferro e carvão em nosso porto.

Açúcar

O açúcar permaneceu, mais uma vez, como o produto de maior tonelagem movimentada no complexo santista, ao acumular 16,491 milhões t na modalidade granel, alta de 4,8% na comparação com 2014. O volume embarcado em 2015 foi favorecido pelo câmbio e preços favoráveis. Após cinco safras de baixa, o açúcar entra em um ciclo de alta no mercado internacional. As perspectivas da Biosev, segunda maior produtora de açúcar e etanol no Brasil, é de avanço do preço médio do açúcar da safra 2015/2016, na medida em que os embarques internacionais forem realizados. A perspectiva de movimentação do produto para 2016, portanto, é de crescimento, em torno de 2,2%.

Milho

O milho encerrou2015 como a carga de maior crescimento em nosso porto em relação a 2014. O volume escoado atingiu o patamar recorde de 15,581 milhões t, o que significa um avanço de 75,8% em relação ao ano anterior (8,864 milhões t), superando, inclusive, a movimentação de soja em grãos. A forte desvalorização do real em 2015 elevou, significativamente, a competitividade do milho brasileiro nos mercados internacionais, ao mesmo tempo em que reduziu a competitividade do grão produzido nos Estados Unidos. Além disso, elevou os preços pagos ao produtor nacional, que se sentiu estimulado a plantar e colher uma safra muito maior do que a estimada no início do ano.

Para a safra 2015/16, entretanto, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reduziu sua estimativa de exportação global de milho em 2,7 milhões t, devendo se situar em 119,3 milhões t, mesmo com a elevação em 2,3 milhões de toneladas da produção mundial (totalizando 974,9 milhões t). Tais variações refletem, principalmente, os ajustes na safra norte-americana, que teve suas estimativas de produção e exportação revisadas para, respectivamente, 346,8 milhões t e 45,7 milhões t.

Já para a safra brasileira, foi ampliada a projeção de produção em 1,5 milhão t, devendo ficar no patamar de 81,5 milhões t, enquanto a exportação foi mantida em 25,0 milhões t, o que corresponde a uma retração de 19,4% em relação à safra 2014/2015. Segundo o Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2015/2016 – Segundo Levantamento (Novembro/2015) da Conab, a produção nacional do grão deverá cair entre 4,2% e 2,3% na safra 2015/2016, em resposta ao recuo máximo esperado de 3,6% na área plantada. Diante desse cenário estimamos uma retração de 12,5% nos embarques de milho em 2016 (13,630 milhões t).

Soja em grãos

A soja perdeu para o milho a vice-liderança entre as cargas mais movimentadas no porto santista. Apesar da oferta global abundante e os preços em patamares mais baixos, a desvalorização do real frente ao dólar garantiu a competitividade e o bom desempenho do grão brasileiro no mercado internacional. Em 2015, os embarques na

modalidade granel totalizaram 13,025 milhões t, alta de 4,7% ante o resultado obtido em 2014.

Para 2016, as projeções apontam para mais uma safra recorde. Conforme o Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2015/2016 – Segundo Levantamento (Novembro/2014) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de soja da região Centro-Oeste deverá crescer entre 5,1% e 6,2%, enquanto para o Brasil a estimativa é de crescimento de 5,1% a 6,8%, chegando a um volume em torno de 102,0 milhões t. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) elevou para 57,0 milhões de toneladas a estimativa de exportações brasileiras de soja na safra 2015/2016, 11,5% acima do volume estimado para os embarques em 2015 (51,1 milhões de toneladas).

As estimativas apontam que em 2016 serão embarcadas pelo Porto de Santos um total de 13,7 milhões t de soja em grãos, crescimento de 5,3% em relação a 2015.

Farelo de Soja

Os sucessivos recordes na produção nacional de soja em grãos, o aumento do consumo mundial de proteína animal e a forte desvalorização do real levaram a um significativo aumento do volume embarcado de farelo de soja no complexo portuário santista. Em 2015 as exportações do produto chegaram a 4,405 milhões t, incremento de 16,2% sobre o resultado de 2014. Diante da expectativa de novo recorde na safra de soja em 2016 e a manutenção do cenário favorável ao setor, estima-se novo crescimento para 2016, em torno de 4,9%, chegando ao patamar de 4,620 milhões t.

Fluxo de Navios

Após um pequeno recuo na consignação média observado em 2014, o Porto de Santos voltou a apresentar incremento no volume médio de carga transportada por navio em 2015, passando de 22.516 t/navio para 24.471 t/navio, um crescimento de 8,7%. Essa performance é resultado das intervenções realizadas pela Autoridade Portuária e pelos terminais visando à manutenção do calado operacional do porto em 13,2 metros e a continuidade das obras de compatibilização de berços e bacias de evolução, incentivando a presença de navios de maior capacidade.

Outros fatores favoráveis à elevação da consignação média foram a maior demanda pelos embarques de granéis sólidos (especialmente açúcar, milho e soja) e o aumento no porte dos navios dedicados ao transporte de contêineres, cuja consignação média aumentou em 9,97%.

Para 2016 é esperada a continuidade das intervenções, objetivando a manutenção da profundidade do canal e a adaptação dos berços de atracação. Por outro lado, não são esperadas mudanças significativas no perfil dos navios que frequentarão o complexo santista, nem no volume total de cargas movimentadas. Assim, estima-se que o fluxo de navios atracados fique estável em relação a 2015.

RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS

COMPARATIVOS MENSAL E ACUMULADO

em toneladas

DESCRIÇÃO	DEZEMBRO		VAR %	ATÉ DEZEMBRO		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
EXPORTAÇÃO	6.031.431	7.878.260	30,6	76.574.936	87.565.704	14,4
IMPORTAÇÃO	2.991.246	2.237.865	(25,2)	34.584.549	32.366.176	(6,4)
Total	**9.022.677**	**10.116.125**	**12,1**	**111.159.485**	**119.931.880**	**7,9**
PRINCIPAIS PRODUTOS						
EXPORTAÇÃO						
Açúcar	1.491.988	1.754.591	17,6	17.276.544	18.185.744	5,3
- Em sacos	***19.863***	***0***	***(100,0)***	***207.941***	***27.994***	***(86,5)***
- Em contêineres	***77.617***	***106.370***	***37,0***	***1.335.187***	***1.666.259***	***24,8***
- Granel sólido	***1.394.508***	***1.648.221***	***18,2***	***15.733.416***	***16.491.491***	***4,8***
Álcool	101.455	132.734	30,8	1.181.741	1.651.216	39,7
Café em grãos	144.050	145.693	1,1	1.510.993	1.605.972	6,3
Carnes	59.020	92.163	56,2	831.254	806.460	(3,0)
- Bovina	***34.552***	***60.412***	***74,8***	***513.861***	***459.681***	***(10,5)***
- De Aves	***24.171***	***31.407***	***29,9***	***314.042***	***340.271***	***8,4***
- Outras	***297***	***345***	***16,1***	***3.351***	***6.508***	***94,2***
Celulose	288.130	290.323	0,8	3.436.332	3.411.439	(0,7)
Complexo soja	247.243	401.010	62,2	16.464.584	17.772.632	7,9
- Em grãos	***18***	***9***	***(50,0)***	***12.565.907***	***13.152.385***	***4,7***
- Farelo	***247.225***	***401.001***	***62,2***	***3.898.677***	***4.620.247***	***18,5***
Gasolina	86.201	31.676	(63,3)	1.357.964	1.170.666	(13,8)
Milho	1.309.504	2.662.508	103,3	8.967.526	15.786.889	76,0
- Em contêineres	***29.019***	***44.031***	***51,7***	***103.497***	***206.309***	***99,3***
- Granel sólido	***1.280.485***	***2.618.477***	***104,5***	***8.864.029***	***15.580.580***	***75,8***
Óleo combustível	143.327	213.092	48,7	2.094.682	2.259.205	7,9
Óleo diesel e gasóleo	181.851	45.686	(74,9)	1.992.810	1.669.903	(16,2)
Sucos cítricos	200.668	156.754	(21,9)	1.974.095	1.987.259	0,7
- Em contêineres	***20.929***	***16.494***	***(21,2)***	***167.946***	***173.014***	***3,0***
- Granel líquido	***179.739***	***140.260***	***(22,0)***	***1.806.149***	***1.814.245***	***0,4***
Sub-Total Exportação	***4.253.437***	***5.926.231***	***39,3***	***57.088.525***	***66.307.385***	***16,1***
Outros	1.777.994	1.952.029	9,8	19.486.411	21.258.319	9,1
Total Exportação	**6.031.431**	**7.878.260**	**30,6**	**76.574.936**	**87.565.704**	**14,4**
IMPORTAÇÃO						
Adubo	310.674	212.066	(31,7)	3.439.405	2.408.199	(30,0)
Amonia	26.728	34.349	28,5	337.614	353.038	4,6
Carvão	130.643	0	(100,0)	1.545.450	978.682	(36,7)
Enxofre	177.533	163.935	(7,7)	1.870.013	1.972.704	5,5
GLP	79.704	107.744	35,2	924.162	891.627	(3,5)
Minério de Ferro, a granel	75.754	0	(100,0)	616.943	345.067	(44,1)
Nafta	22.498	17.967	(20,1)	278.744	233.917	(16,1)
Sal	86.971	82.454	(5,2)	905.279	940.369	3,9
Soda Caustica	78.871	52.329	(33,7)	894.862	818.837	(8,5)
Trigo (grãos e farelo)	76.633	38.267	(50,1)	1.428.512	643.256	(55,0)
Sub-Total Importação	***1.066.009***	***709.111***	***(33,5)***	***12.240.984***	***9.585.696***	***(21,7)***
Outros	1.925.237	1.528.754	(20,6)	22.343.565	22.780.480	2,0
Total Importação	**2.991.246**	**2.237.865**	**(25,2)**	**34.584.549**	**32.366.176**	**(6,4)**
Total Geral	**9.022.677**	**10.116.125**	**12,1**	**111.159.485**	**119.931.880**	**7,9**
CONTÊINERES (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO)						
Unidades	204.215	189.893	(7,0)	2.374.426	2.453.881	3,3
TEU	315.342	291.158	(7,7)	3.684.845	3.779.999	2,6
Tonelagem	3.470.257	3.279.555	(5,5)	39.046.549	41.196.385	5,5
FLUXO DE NAVIOS						
Atracados	443	438	(1,1)	5.193	5.144	(0,9)

Obs.: (1) Não obstante a movimentação de algumas cargas ocorrer principalmente na exportação, também podem ser importadas e vice-versa. Para efeito de classificação (exp./imp.) e lançamento neste quadro, foi considerada somente a tonelagem de maior incidência. (2) Mesmo quando não especificado, as estatísticas apresentadas nesta tabela consideram a movimentação das mercadorias em todas as modalidades empregadas (granel, carga geral solta e contêineres).

O crescimento experimentado na movimentação de cargas neste ano vem acompanhado por um trabalho de modernização da infraestrutura e da gestão, bem como pela busca de estratégias que incrementem a competitividade do porto.

As novas tecnologias que estão sendo implementadas se converterão em ferramentas de melhora do conjunto dos serviços portuários, a exemplo do Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações, o *VesselTraffic Management Information System* (VTMIS), do sistema de gerenciamento para controle de tráfego terrestre na área portuária e do sistema Porto Sem Papel, da SEP.

Arrendamentos

Além dos investimentos públicos no porto, o setor privado também está investindo maciçamente na transformação das instalações e no parque de equipamentos dos terminais portuários. Os leilões realizados no último dia 9 de dezembro e aqueles previstos dentro do Programa de Arrendamentos da SEP permitirão incrementar, ainda mais esse processo.

A área do STS 04, que totaliza 46.800 m² destinados à operação de granéis sólidos de origem vegetal, na região da Ponta da Praia, foi arrematada pelo Consórcio Cargill-LDC. O lote divide-se, atualmente, em dois contratos, cujos detentores são as empresas Fischer Agroindústria S/A e o Pool do Corredor de Exportação, composto pela Louis Dreyfus, Coinbra-Frutesp e Citrovita. Até o término de 2015, cada empresa deveria movimentar um volume mínimo de 25.000 t/mensais, totalizando 600.000 t/ano.

O novo contrato, no entanto, exige que, após a realização dos novos investimentos previstos para ocorrer a partir do terceiro ano, o vencedor do certame realize uma movimentação mínima da ordem de 3,9 milhões de toneladas. As movimentações passarão a 4 milhões no quarto ano, culminando com o volume de 4,1 milhões no quinto ano.

O lote STS 07**,** que totaliza 33.000 m², esteve ocupado, até o término de 2015, pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa pertencente ao mesmo grupo da vencedora da disputa, a Fíbria Celulose S/A. De acordo com o Contrato vigente até o

fechamento deste Relatório, o terminal teria a obrigação de movimentar 17.620 t/mês, correspondendo a 211.440 t anuais. Os termos para o novo contrato exigirão uma operação de 1,6 milhão de toneladas a partir do quinto ano de vigência.

A área situada no Paquetá, STS 36, possui 22.500 m² e não se encontra em operação. A empresa Marimex, que já explora uma área de 95.543,86 m² no Porto de Santos, foi a única a participar do certame, sagrando-se vencedora.

Enquanto o certame licitatório não se encontra concluído, algumas empresas optaram pela assinatura de um Contrato de Transição com a CODESP, possibilitando a continuidade das operações nos terminais e garantindo a percepção de receitas patrimoniais pela Administração Portuária. O instrumento, elaborado com fulcro no art. 35 da Resolução nº 2.240-ANTAQ e no inciso IV do art. 24da Lei nº8.666/93, foi celebrado com as empresas do Pool do Corredor de Exportação, bem como a Transpetro, CBA, Termares e Fischer e tem validade de até 180 dias. As arrendatárias Pérola, Granel Química, Deicmar e Terminal Marítimo do Valongo declinaram da assinatura do mencionado contrato e continuam a operar por meio de decisão judicial. A Transbrasa também opera em virtude da concessão de liminar, uma vez que a ANTAQ declarou a impossibilidade da assinatura do contrato de Transição.

Ações de Promoção e Patrocínio

A CODESP, por meio de sua, Gerência de Promoção Comercial de Áreas e Instalações e Relação Porto-Cidade, manteve seu foco de atração de potenciais investidores e movimentadores de cargas. Em congruência com tal objetivo, divulgou as ações da Autoridade Portuária de Santos junto à comunidade ligada ao comércio exterior brasileiro, passando por todos os seus atores e segmentos, dentre os quais podemos citar exportadores, importadores, potenciais clientes interessados em se instalar no Porto Organizado, armadores, portos do exterior, etc. Além disso, a empresa manteve contato com entidades internacionais, governamentais, grupos empresariais e acadêmicos, através de recepções, conforme relatado abaixo.

No ano de 2015, a CODESP recebeu 43 delegações comerciais interessadas na Autoridade Portuária, perfazendo um total de 353 profissionais atendidos. No que tange as delegações empresariais nacionais, 94 participantes visitaram o porto em um total de 20 recepções. As delegações empresariais internacionais, por sua vez, representaram 23 visitas, totalizando 259 participantes.

Da mesma forma, o Porto de Santos recepcionou delegações governamentais, nacionais e internacionais, criando assim um total de 22 eventos, nos quais foram atingidos aproximadamente 238 profissionais. As delegações nacionais corresponderam a 171 participantes em 17 visitas. As recepções internacionais foram responsáveis por 67 pessoas em 5 visitas.

Atento à importância do conhecimento gerado no ambiente acadêmico, o Porto de Santos se aproximou, igualmente, das instituições de ensino e pesquisa, gerando assim um total de 32 eventos nos quais aproximadamente 1.031 estudantes e professores participaram de explanações e visitas às instalações portuárias.

No total, a CODESP recebeu, em 2015, 97 visitas, totalizando 1.622 visitantes. Estes números representam aproximadamente um atendimento a cada 2 dias úteis, com uma média de 18 pessoas por recepção.

No ano de 2015, a CODESP manteve ainda estandes, planejados e montados pela própria área comercial, em 5 feiras de negócios, fóruns e congressos. A participação da empresa em seminários, feiras e reuniões comerciais, assim como a recepção às comitivas empresariais, governamentais, acadêmicas e outros eventos em que participem organismos internacionais, é fundamental para demonstrar a grandeza e o potencial do Porto de Santos para os diversos públicos de interesse, principalmente no estado de São Paulo.

Acima de tudo, a divulgação realizada pela Companhia nesse cenário gera uma perspectiva factível de garantir novos clientes e investimentos externos para o complexo portuário santista, além de reafirmar sua imagem como um porto moderno, ágil e eficiente.

No que tange às ações de patrocínio, a CODESP acompanhou e fiscalizou a execução de seis projetos, aprovados em 2014 e executados durante o ano de 2015: a OPOS

2015, da Theotokos Produções Artísticas e Eventos; o projeto Mantas do Brasil, do Instituto Laje Viva; a Descida das Escadas de Santos, da Confederação Brasileira de Mountain Bike; o projeto Guerreiros Sem Armas, do Instituto Elos Brasil; o Santos Jazz Festival, da GPA comunicação; e o FESCETE 2015, da TESCOM Promoções Artísticas e Culturais.

Estes projetos desenvolveram iniciativas culturais e esportivas nas regiões da Baixada Santista e da capital, carregando a marca Porto de Santos em sua comunicação. Como resultado dos mesmos, foram produzidos livros, curtas-metragens e espetáculos musicais, além de eventos públicos, aulas e workshops diversos, os quais foram oferecidos à comunidade local.

No segundo semestre de 2015, a área de promoções conduziu um programa de seleção pública de patrocínios, buscando projetos a serem realizados no ano de 2016. O programa em questão foi desenvolvido por meio de detalhado benchmarking com outras empresas patrocinadoras da administração pública, e dentro das orientações e melhores práticas sugeridas pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM, contemplando diversas etapas tais como: divulgação do programa, publicação de um instrumento de seleção pública, realização de oficina de capacitação para proponentes e interessados, e, finalmente, a concretização de um processo de seleção objetivo, baseado em matrizes de pontuação. Foram recebidas e analisadas 31 propostas de patrocínio, dentre projetos sociais, culturais, esportivos, educacionais e ambientais.

O processo de seleção resultou no patrocínio de oito projetos a serem desenvolvidos durante o ano de 2016: Santos Jazz Festival (GPA Comunicação), Plano Anual Associação Amigos do Projeto Guri 2016 (Projeto Guri), Descida das Escadas de Santos (Confederação Brasileira de Mountain Bike), Festival Elos (Instituto Elos Brasil), O Som das Palafitas (Instituto Arte no Dique), FESCETE 2015 (TESCOM Promoções Artísticas e Cult. Ltda.), Projeto Mantas do Brasil (Instituto Laje Viva) e Pinacoteca Benedicto Calixto (Associação de Amigos da Pinacoteca Benedicto Calixto).

Complexo Cultural

Em 2015, criou-se através da Assessoria do Diretor-Presidente o gerenciamento do Complexo Cultural do Porto, conforme Resolução DP Nº 79.2015, de 15/09/2015. Independentemente das mudanças de estrutura, a CODESP manteve contínuas gestões para a implantação do "Plano de Desenvolvimento, Etapas de Ocupação e Ações" para abrigar as novas instalações administrativas, oficinas e serviços da CODESP, com a consequente desocupação parcial das Casas 2 e 3, reformas e restaurações, para instalação, nos mesmos locais, da Biblioteca, Hemeroteca, Videoteca, Projetos de Responsabilidade Social, Administração e Gerência do Complexo Cultural.

Durante o período, o Museu do Porto promoveu atendimento à, aproximadamente, 50 estabelecimentos de ensino e comitivas diversas, além de visitações avulsas e não programadas, com público total anual estimado em torno de 2.000 visitantes, tendo havido uma diminuição significativa em função do fechamento do Museu aos sábados, domingos e feriados.

Durante o período a Biblioteca do porto foi informatizada e reorganizada com higienização, restauração, reclassificação e acondicionamento dos livros em novas estantes. O setor recebeu ao longo do ano, aproximadamente, 400 livros e publicações diversas, através de doações de terceiros e transferências de outras áreas da Companhia. O acervo da CODESP contou com a visita de, aproximadamente, 100 interessados, entre alunos, professores e visitantes diversos.

Contando com a colaboração de empresas parceiras, o "Programa Fale Bem" atendeu, no ano findo, através de tratamento fonoaudiólogo, à 250 pacientes, entre filhos de portuários e da comunidade carente da região, num total de 2.200 avaliações e triagens.

Ouvidoria

Preocupada em estabelecer um canal de comunicação eficaz e transparente com a comunidade, a CODESP continuou promovendo o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas por sua Gerência de Ouvidoria (GEOUV).

Durante o ano de 2015, marcado pela adesão ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), a área recebeu o total de 186 demandas na GEOUV, valor 14,7% menor que as 218 demandas recebidas em 2014. Do total, 178 (95,7%) foram atendidas e 8 (4,3%) encontravam-se em atendimento ao final do ano. As demandas foram classificadas da seguinte forma:

- **Quanto à natureza:**167 (89,5%) solicitações, 12 (7%) reclamações, 02 (1%) elogios, 04 (2%) denúncias e 01 (0,5%) sugestões.
- **Quanto ao canal de comunicação**: 98,3% (183) das manifestações foram recebidas por meio eletrônico (dos quais 87,6% (163) por e-mail e 10,8% (20) pela ferramenta "Fale Conosco", disponibilizada no site da CODESP). Do restante, 0,5% (01) por telefone, 0,5 %(01) por carta e 0,5% (01) pessoalmente.

É importante destacar que o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) do Governo Federal registrou em 2015, 338 pedidos de informação à CODESP, sendo 333 (98,5%), encaminhados diretamente e 5 reencaminhados pela Secretaria Especial de Portos (SEP). O SIC da CODESP reencaminhou seis pedidos de informação a outros Órgãos (SEP, ANTAQ, ANATEL, MEC, Receita Federal e ECT, 01 cada) competentes para tratar tais pedidos.

Comparando o número de solicitações em 2015 (338) em relação a 2014 (226), representando um aumento de 49,56%. Dentre as demandas, 99,7% (331) foram respondidas dentro do prazo, sendo que o tempo médio de resposta foi de 10,51 dias, 6,08% menor do que a média de 11,19 dias de 2014.

Foram recebidos 53,85% (182) pedidos de informação através do e-SIC e 46,15% (156) pessoalmente no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC da CODESP.

Do total de 332 solicitações respondidas pelo SIC da CODESP, 78,78% (261) foram registradas por pessoa física e 21,22% (71) por pessoa jurídica.

Análise de Mídia

O balanço anual das matérias sobre temas ligados ao Porto de Santos e à CODESP foi muito positivo. As abordagens favoráveis e neutras atingiram 79,06% do total de 1.877 notícias veiculadas, enquanto as negativas chegaram a 20,94%. Durante o período, temas como logística, dragagem, movimentação de cargas, arrendamentos, infraestrutura, greves, ilícitos, gestão e recursos humanos ganharam destaque nas análises mensais de mídia.

Dentre os 12 meses do ano, somente o mês de abril apresentou um índice de favorabilidade menor, em função do incêndio ocorrido no terminal da Ultracargo, de 02 a 10 de abril, que interditou a Avenida Augusto Barata, via de acesso ao porto, prejudicando sobremaneira o fluxo de caminhões e a chegada e saída de cargas do complexo portuário. Em decorrência desse fato, ganharam destaque as matérias sobre logística e movimentação de cargas, que foram afetadas, negativamente, por este sinistro.

Operações Logísticas

O Porto de Santos obteve significativos avanços ao longo de 2015 no que se refere à chegada da carga. O complexo santista registrou novo recorde de movimentação, ficando bem acima da projeção otimista feita pela empresa no início do ano, sem a ocorrência de engarrafamentos. A implantação e aprimoramento do sistema de agendamento de caminhões, inicialmente através do Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Caminhões (SGTC) e, posteriormente, em fase de testes, pelo Portolog, foi estratégica para evitar congestionamentos e proporcionar sincronismo às operações portuárias. É essencial tudo estar em sintonia para que o porto funcione com eficiência.

Uma das medidas que contribuíram para os bons resultados do ano foi a realização, em fevereiro, do fórum "Plano Safra 2016", no qual foram definidas as ações que caberiam a cada um dos diversos agentes intervenientes do Porto durante a chegada da safra. O processo de coordenação dos trabalhos durante o período e intenso e contínuo, abrangendo a Secretaria de Portos, as agências reguladoras de Transportes Aquaviário (ANTAQ) e Terrestre (ANTT), a Codesp, os demais órgãos públicos que atuam no porto, terminais portuários, pátios reguladores, Ecovias, a Polícia Rodoviária Federal, a Companhia de Engenharia de Tráfego, a Polícia Militar, as prefeituras de Santos, Guarujá e Cubatão e governos dos estados envolvidos. Todos atuam juntos para minimizar problemas.

O Porto de Santos vem se preparando para receber volumes cada vez maiores de cargas. Para este fim, a Administração Portuária busca identificar e solucionar pontos de gargalos, a fim de que o embarque da safra agrícola ocorra tranquilamente e sem intercorrências. Além de um planejamento eficiente, uma das principais ferramentas utilizadas para garantir a estabilidade das operações no Porto de Santos é a utilização do sistema de agendamento de caminhões.

Inicialmente proposto pela SEP, o Portolog desempenhou um importante papel colaborativo em 2015, contando com a participação dos terminais e pátios reguladores, tanto no que diz respeito ao processo de treinamento dos usuários

envolvidos, cerca de 120 participantes, bem como na tarefa de promover ajustes do sistema.

Novas melhorias estão sendo implantadas, com o objetivo de ampliar a efetividade e abrangência do sistema. Nesta primeira fase, o Portolog será interligado aos leitores de *Optical Character Recognition* (OCR), já instalados em *gates* públicos e terminais privados. A expectativa é que a plataforma entre em operação definitiva em 2016. Enquanto a mesma segue em fase piloto, o SGTC vem suportando o agendamento dos caminhões.

Os projetos para aprimorar as operações no Porto de Santos, não se restringem apenas ao citado sistema. Em 2016, a Codesp planeja deflagrar as licitações para contratação do projeto básico, executivo e implementação de infraestrutura complementar, no sentido de dotar o porto, seus acessos e *gates* públicos, de equipamentos de antenas de rádio frequência, Rádio-Frequency Identification (RFID), bem como redes e respectivos softwares.

Acessibilidade

Sobre o acesso da malha ferroviária que se destina a Santos, destaca-se a necessidade de construção do Ferroanel, a fim de ampliar a participação desse modal no transporte de cargas. A utilização das ferrovias vem crescendo nos últimos anos, tornando-se primordial criar condições adequadas para que a matriz de transportes do porto chegue a um patamar ideal. Pretende-se, futuramente, estender o agendamento também às composições ferroviárias, conforme ocorre com o modal rodoviário, obedecendo a uma programação conjunta entre as concessionárias, através de uma central de controle. Essa medida poderá eliminar os conflitos observados entre os dois modais de transporte.

O quadro abaixo, reflete o movimento de caminhões e vagões no Porto de Santos de janeiro a dezembro de 2015. A quantidade de caminhões transportando granéis sólidos de origem vegetal cresceu 20,86%, enquanto a quantidade transportando granéis de origem mineral reduziu 17,01%, com carga geral e veículos aumentou

42,09% e com contêineres apresentou retração de 11,64%. No total, o movimento de caminhões registrou queda de 5,79%.

Caminhões em Operação no Porto de Santos		
Produto	2014	2015
	JAN/DEZ	JAN/DEZ
Granel de Origem Vegetal	503.564	608.632
Granel de Origem Mineral	234.390	194.511
Carga Geral e Veículos	36.453	51.796
Contêineres	2.144.039	1.894.469
Total	2.918.446	2.749.408

A quantidade de vagões que passaram pelo Porto de Santos de janeiro a dezembro de 2015 apresentou, por sua vez, um aumento de 5,47%. Esse aumento foi reflexo do crescimento de 7,79% verificado na quantidade de vagões transportando granéis de origem vegetal. O modal ferroviário apresentou queda na quantidade de vagões relativos aos demais segmentos de cargas. Para os granéis de origem mineral a redução foi de 5,88%, para a carga geral e veículos foi de 4,70% e para contêineres foi de 9,45%.

Vagões em Operação no Porto de Santos		
Produto	2014	2015
	JAN/DEZ	JAN/DEZ
Granel de Origem Vegetal	312.633	336.999
Granel de Origem Mineral	6.678	6.285
Carga Geral e Veículos	27.105	25.830
Contêineres	25.017	22.652

Total	**371.433**	**391.766**

Ainda com relação à acessibilidade, foi iniciada neste ano a implantação do sistema de gerenciamento do tráfego de embarcações, o V*esselTraffic Management InformationSystem (VTMIS)*. Esse suporte eletrônico à navegação é dotado de sistema, radares, câmeras de longo alcance e equipamentos meteoceanográficos, com capacidade para prover a monitoração ativa do tráfego e o conjunto de informações necessário à tomada de decisão para o melhor uso dos acessos aquaviários ao Porto de Santos.

O sistema é fundamental para o complexo santista, que opera quase 6 mil navios por ano. Serão disponibilizadas informações para o tráfego marítimo dentro do porto, nos berços de atracação e para controle de questões ambientais, ampliando também a segurança da vida humana no mar e apoio em situações de emergência ou de risco de acidente de grandes proporções. Além disso, o sistema proporcionará melhoria na logística, aumento na eficiência e produtividade do complexo portuário santista.

Assim, durante o ano de 2015, a equipe de Tecnologia de Informação da CODESP trabalhou ativamente para viabilizar a implantação do referido sistema. Em fevereiro, a Empresa INDRA, líder do Consórcio Vencedor da Licitação, entregou o Projeto Executivo de Implantação, o qual demandou uma série de adequações ao longo do ano, culminando no devido ajuste do cronograma inicialmente proposto. Desde o mês de julho, a SEP passou a acompanhar ainda mais atentamente o Projeto VTMIS do Porto de Santos, com a realização de Reuniões Bimestrais de evolução do projeto.

A CODESP está executando as obras no local que abrigará o Centro de Controle do VTMIS, sendo que a conclusão dos trabalhos se encontra programada para março de 2016. A partir de então,será realizada a instalação dos equipamentos oceanográficos e meteorológicos,bem como dos consoles dos operadores eservidores. Além destas ações, a Autoridade Portuária está finalizando a formalização do convênio com a Marinha do Brasil para implantação da estação remota na Ilha da Moela e do Termo de Cessão de Uso com o Exército, no Forte Itaipu. A data de entrega do VTMIS do Porto

de Santos está prevista para fevereiro de 2017, com início dos testes a partir de outubro de 2016.

Porto sem Papel - PSP

O sistema de responsabilidade da SEP e desenvolvido pelo SERPRO, é considerado de uso obrigatório no Porto de Santos desde 12 de março de 2012. Entretanto, mesmo fazendo parte do dia a dia do complexo portuário e sendo considerado totalmente implantado, a plataforma ainda necessita de aperfeiçoamentos, os quais foram considerados durante o ano de 2015.

Neste sentido, ajustes recentes permitiram que Agentes Marítimos passassem a lançar seus dados em um único sistema, eliminando as redundâncias de informações e proporcionando maior agilidade nos processos. Além desta iniciativa, a CODESP vem trabalhando no desenvolvimento deum novo regramento de "Risco Operacional", contemplando a futura eliminação da entrega de Listas de Mercadorias Perigosas - LMP pelas Agências de Navegação. Finalmente, destacamos a recente homologação do novo módulo dedicado aos Operadores Portuários, os quais passarão a integrar, em breve, o PSP.

Com o objetivo de manter a qualidade deste sistema, novas correções já foram solicitadas pela CODESP à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação Portuária da Secretaria de Portos (SEP), as quais encontram-se atualmente em análise por parte daquele órgão.

Tecnologia da Informação

No ano de 2015 ocorreu uma completa reestruturação dos setores de Tecnologia de Informação (TI) da CODESP, dando ensejo à definição de novas responsabilidades da área. Merece destaque, dentre várias ações, a criação de um setor voltado exclusivamente para Governança de TI, no qual serão definidas diretrizes internas, de forma a garantir que todos os planos de tecnologia estejam devidamente embasados e sejam fielmente cumpridos. Exemplo disso é a política de aquisição de equipamentos e

serviços de tecnologia que está em fase final de desenvolvimento e que, baseada em normativos propostos pelos órgãos reguladores, busca trazer para a CODESP não somente um maior planejamento das aquisições de TI, mas também métodos e ferramentas para que gestores e fiscalizadores de contratos possam executar suas funções a partir de um modelo previamente discutido e aprovado.

Além do trabalho desenvolvido no âmbito operacional, podemos citar o apoio da equipe de TI nas atividades administrativas internas da Companhia. A consolidação e aumento de maturidade do sistema ERP-SAP na CODESP é um bom exemplo. Para os processos já implantados, foram empreendidas melhorias não somente para as áreas de negócio da empresa, mas também para a equipe que atua no suporte a estas operações. Desta forma os usuários chave passaram a atuar de forma mais independente no desempenho de suas atribuições dentro do sistema. Iniciaram-se, também, as operações do módulo de Recursos Humanos (HCM), trazendo as funcionalidades do sistema referentes aos dados de funcionários, benefícios e gestão de ponto.

O sistema de ponto da intranet firmou-se em 2015 como uma solução sólida e robusta, conseguindo atingir seus objetivos: alcançar os colaboradores da Companhia de forma que estes façam parte do processo de gestão de tempos de forma informatizada. Contando com uma integração com a plataforma SAP, cada vez mais o sistema adequa-se às necessidades da organização e ganha, aos poucos, novas facilidades, trazendo maior agilidade e confiabilidade ao processo, bem como a economia do custo de execução do processo em comparação à tramitação por meio físico realizada anteriormente.

No que tange à aquisição de novos equipamentos, foi executada em 2015 a primeira compra por registro de preços (SRP) de TI na CODESP. Em suma, desktops, notebooks, monitores e *nobreaks* foram adquiridos de maneira a permitir que grande parte do parque tecnológico fosse atualizada.

Guarda Portuária

Ao longo de 2016, a Guarda Portuária consignou um total de 2.017 Registros Diários de Ocorrências – RDOs, isso representa uma média 06 (seis) registros executados por dia, quantitativo esse que supera em 207 a marca de 1.810 RDOs realizados no mesmo período de 2014;

Sob a mesma premissa, a Guarda Portuária lavrou 5.685 Autos de Infração de Trânsito – AIT's, número esse que expressa um total aproximado de 17 (dezessete) multas diárias, quantitativo inferior em 3.424 autuações aplicadas no ano de 2014, circunstância em que foram consignadas um total de 9.109 A.I.T's;

Igualmente, foram adotados os procedimentos administrativos e operacionais inerentes ao recolhimento e/ou retenção dos veículos que se encontravam abandonados e/ou estacionados irregularmente nas vias de trânsito e nas demais áreas do Porto Organizado Santos, período em que foram executadas 99 (noventa e nove) remoções, quantitativo esse que ultrapassou em 43% (quarenta e três) o total dos 56 guinchamentos realizados em 2014.

A Brigada de Incêndio da Guarda Portuária munida de dois Autos Bomba Tanque - ABT's participou ativamente auxiliando o Corpo de Bombeiros durante os 09 (nove) dias de combate às chamas nos tanques da Empresa Ultracargo.

Entre janeiro e maio por meio da ação denominada "Operação Curto-Circuito", a Guarda Portuária de modo contínuo executou serviço especial de vigilância e de segurança por meio de rondas motorizadas e incursões a pé nas linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica localizadas nos outeiros de Caibura, Iriri e Caetê, bem como em toda extensão da rede, inclusive no âmbito da Usina Hidrelétrica de Itatinga (UHI), com o intuito de coibir furtos de cabos que acarretariam prejuízo as operações portuária.

Em observância às exigências legais Aptidão Psicológica para o manuseio de arma de fogo, os 396 guardas portuários foram submetidos ao Teste de Aptidão Psicológica e receberam capacitação teórica e pratica adequada, visando a obtenção do porte de arma de fogo.

A Unidade de cães da Guarda Portuária cumprindo ações integradas e harmônicas com as demais autoridades, respectivamente detectou e aprendeu 07 (sete) sacolas de cocaína (TECON), 08 (oito) bolsas contendo 200Kg de cocaína (BTP – MSC Cristal) e 12 (mochilas) com aproximados 30Kg cada, perfazendo um total de 360kg de cocaína e outras dezenas de ações assemelhadas com quantitativos apreendidos menos relevantes.

Com relação aos investimentos realizados no setor, podemos destacar, a partir de 15/01/2015, a locação do caminhão Guincho hiperpesado: KABI STRONG MOD KGS 160/650 – H.RINO 2G25. A utilização do equipamento possibilitou à Guarda Portuária iniciar os procedimentos para remoção dos veículos que se encontram abandonados nas áreas do Porto Organizado, utilizando, também, o equipamento para dar maior fluidez ao trânsito portuário, por meio da desobstrução das vias.

Desempenho Econômico

Apresentamos abaixo os demonstrativos econômicos da **Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP**, no período de 2011 a 2015, como segue:

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/2015
PORTO DE SANTOS + CONVENIADO - (TPPL/SC)

Em R$ mil

DESCRIÇÃO	LIMITE A	REALIZADO B	VARIAÇÃO % DA EXECUÇÃO C= B/A*100
RECURSOS	**1.325.608**	**1.189.262**	**89,7**
Receita Operacional Bruta	955.539	940.323	98,4
Tesouro Nacional	370.069	248.939	67,3
Investimento	266.722	145.592	54,6
Dívida do Portus	103.347	103.347	100,0
DISPÊNDIOS	**1.399.123**	**1.219.564**	**87,2**
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	**484.907**	**322.263**	**66,5**
Amortizações	2.980	2.978	99,9
Outros (Portus)	103.347	103.347	100,0
Investimentos	378.580	215.938	57,0
Recursos do Tesouro	321.660	187.376	58,3
Recursos Próprios	56.920	28.562	50,2
DISPÊNDIOS CORRENTES	**914.216**	**897.301**	**98,1**
Pessoal	341.071	332.627	97,5
Materiais e Produtos	4.878	4.002	82,0
Serviços de Terceiros	228.865	195.776	85,5
Tributos	149.035	127.391	85,5
Demais Dispêndios	190.367	237.505	124,8
RESULTADO	**(73.515)**	**(30.302)**	**41,2**

O limite do PDG foi estabelecido pelo Decreto nº 8.383 de 29 de dezembro de 2014, e alterado pelo Decreto nº 8.631 de 31 de dezembro de 2015, e engloba o Porto de Santos e o Terminal Público Pesqueiro de Laguna (TPPL/SC).

Nas variações entre o "Limite" e o "Realizado" destacam-se:

Dispêndios de Capital - realização de 66,5%, devido, principalmente, à não execução de Investimentos no nível previsto, em decorrência de ações que estão sob a responsabilidade e em estudos pela SEP/PR, bem como ações que estão em fase final de contratação, devendo ser iniciadas a partir de 2016.

Dispêndios Correntes - realização de 98,1%, com destaque para o item "Demais Dispêndios" (124,8%), devido a apropriação em dezembro de R$ 52,4 milhões (27,5%) de contingência cível, não prevista.

Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta	
Ano	RO
2011	903.469
2012	796.650
2013	923.131
2014	903.272
2015	943.622
Δ% 2015/2011	4,4%
Δ% 2015/2014	4,5%



2011- Redução de Juros e Multa (Lei 11941/09) - REFIS = R$ 145.097 mil.

2013- Reversão de Provisões = R$ 30.889 mil.

2014- Reversões PORTUS = R$ 10.651 mil e Trabalhistas = R$ 28.129 mil.

2015- Reajuste Tarifário de 31,7% a partir de 08-05-2015.

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida	
Ano	ROL
2011	823.709
2012	711.394
2013	827.632
2014	809.884
2015	839.550
Δ% 2015/2011	1,9%
Δ% 2015/2014	3,7%



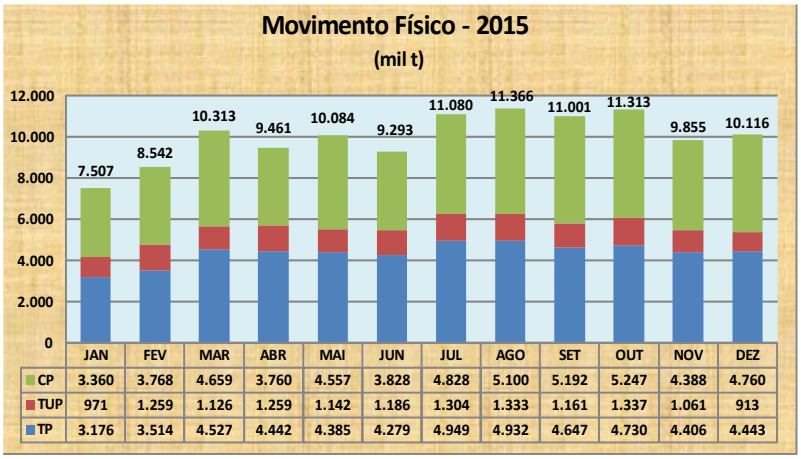
2011- Redução de Juros e Multa (Lei 11941/09) - REFIS = R$ 145.097 mil.

2013- Reversão de Provisões = R$ 30.889 mil.

2014- Reversões PORTUS = R$ 10.651 mil e Trabalhistas = R$ 28.129 mil.

2015- Reajuste Tarifário de 31,7% a partir de 08-05-2015.

Movimento Físico	
Ano	mil ton
2011	97.170
2012	104.544
2013	114.078
2014	111.159
2015	119.930
Δ% 2015/2011	23,4%
Δ% 2015/2014	7,9%



O crescimento da "Receita Operacional Bruta", de 4,5**%,** no citado período ocorreu num período desfavorável para o Mercado Internacional, que atravessa uma crise iniciada econômica, iniciada em 2008, e que persiste até os dias atuais, demonstrando o potencial do Porto de Santos e sua importância para a economia nacional.

Mesmo com o momento desfavorável, a movimentação de cargas no Porto de Santos no transcorrer do exercício de 2015, teve um incremento de 7,9% em relação a 2014, único ano com retração e 23,4% em relação a 2011, e nossas receitas cresceram em 4,5%. Este crescimento em nossas receitas, além do incremento da carga, também foi motivado principalmente pelo reajuste tarifário de 31,7%, autorizado pela ANTAQ/SEP/PR a partir de 08-05-2015.

Dispêndios

Dispêndios	
Ano	RO
2011	758.500
2012 (*)	512.073
2013	685.316
2014	788.222
2015	934.472
Δ% 2015/2011	23,2%
Δ% 2015/2014	18,6%



(*) Dispêndio = (R$ 732.188)

IR/CSLL Diferido = R$ 220.115

Dispêndio Ajustado= (R$ 512.073)

2015 - Dívida com o PORTUS de R$ 103.346 mil, pagos com Recursos do Tesouro Nacional (PUC)

Resultado do Exercício

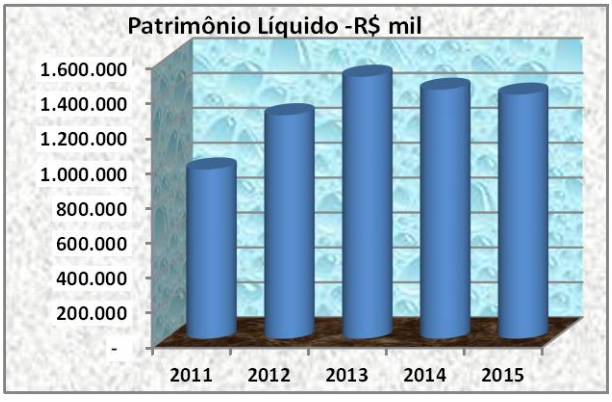
Resultado Exercício	
Ano	RE
2011	65.209
2012	199.321
2013	142.316
2014	21.662
2015	- 94.922
Δ% 2015/2011	-245,6%
Δ% 2015/2014	-538,2%



O Déficit apresentado em 2015, decorreu principalmente do registro na despesa de R$ 103.346 mil, referente ao Termo de Confissão de Dívida das contribuições patronais ao PORTUS, cujo pagamento foi efetivado com Recursos do Tesouro Nacional, como Crédito para Aumento na Participação da União no Capital da CODESP (PUC), e **Ajustes nas Provisões para Contingências Cíveis de R$ 52,4 milhões**. Os demais dispêndios foram mantidos no mesmo patamar de 2014, destacando **nos Serviços de Terceiros** a priorização na **Dragagem de Manutenção no valor de R$ 60,9 milhões**, o que garantiu a operacionalidade no canal de acesso ao Porto de Santos.

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	
Ano	PL
2011	969.278
2012	1.279.947
2013	1.500.734
2014	1.426.272
2015	1.398.375
Δ% 2015/2011	44,3%
Δ% 2015/2014	-2,0%



O desempenho do Patrimônio Líquido da CODESP de 44,3% no período de 2015 a 2011, reflete o esforço da gestão atual em buscar o saneamento de seus encargos.

Quanto à queda de (2,0%) do ano de 2015 em relação a 2014, decorreu principalmente do resultado deficitário do balanço.

Passivo Corrente

Passivo Circulante + ELP	
Ano	PC
2011	563.770
2012	706.459
2013	615.974
2014	880.064
2015	1.173.240
Δ% 2015/2011	108,1%
Δ% 2015/2014	33,3%



Não considera "Receita Diferida"

Desempenho Financeiro

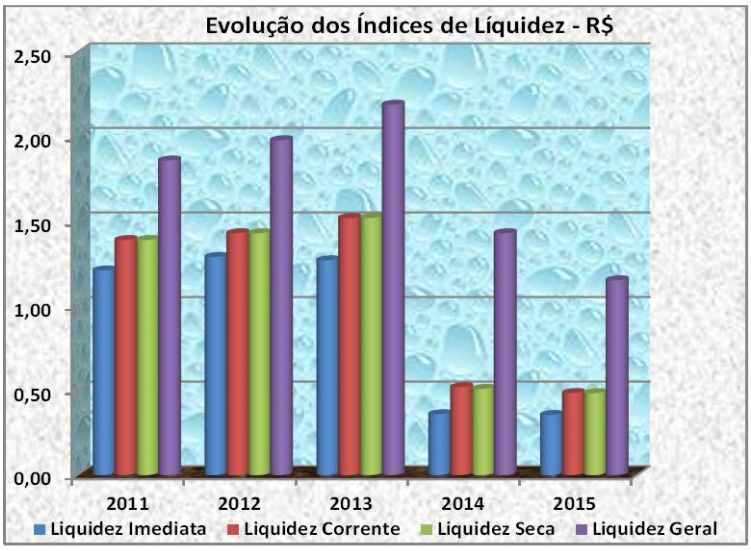
A CODESP mesmo tendo sofrido os reflexos da crise mundial no exercício de 2014, apresentou mudança no cenário em 2015 com: **i)** incremento na movimentação da carga; **ii)** reajuste tarifário de 31,7% a partir de 08-05-2015; **iii)** A assinatura em 02-09-2015 do Termo Aditivo ao Contrato Unificado da Libra Terminal 35, cuja pendência judicial se arrastava desde 1998 e que será julgado por "Arbitragem", com isso, a CODESP deixou de faturar sem a contrapartida de pagamento, o que afetava drasticamente o Fluxo de Caixa; **iv)** mesmo com a Lei 12.815/2013, de 05/06/2013, que atribuiu a SEP/PR a competência de executar a Dragagem de Manutenção, a CODESP desembolsou com Recursos Próprios R$ 60,9 milhões para manter o canal de acesso operacional, não comprometendo na movimentação de carga, e **v)** Investimentos com Recursos Próprios, no valor de R$ 28,6 milhões na Infraestrutura do Porto de Santos. O resultado superavitário esperado só não se concretizou em decorrência das observações constantes no quadro de "Dispêndios".

Para melhor entendimento, apresentamos nos "Quadros" abaixo, as fórmulas de apuração de índices e seus significados, com as respectivas siglas.

Siglas utilizadas
AC - Ativo Circulante
RLP - Realizavel de Longo Prazo
AP - Ativo Permanente
REOB - Receita Operacional Bruta
ROB - Resultado Operacional Bruto
ROL - Receita Operacional Líquida
PL - Patrimônio Líquido
PC - Passivo Circulante
ELP - Exigível a Longo Prazo
RD - Receitas Diferidas

1 – ÍNDICES DE LIQUIDEZ
Liquidez Imediata (LI)= Disponibilidade / Passivo circulante
Expressa a fração de reais que a empresa dispõe de imediato para saldar cada R$ 1,00 de suas dívidas. Tendência desejável = Ascendência
Liquidez Corrente(LC) = Ativo Circulante / Passivo Circulante
Para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa dispõe do resultado da equação acima em reais para quitar. Tendência desejável = Ascendência
Liquidez Seca (LS)= (Ativo Circulante – Estoques) / Passivo Circulante
Mostra a capacidade de liquidação das obrigações sem lançar mão dos estoques.Tendência Desejável = Ascendência
Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo-Receitas Diferidas)
Revela quanto a empresa possui em caixa e a realizar para quitar suas dívidas com terceiros. Tendência desejável = Ascendência

INDICADORES DE LIQUIDEZ - Período 2011 a 2015					
Índices	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Liquidez Imediata	1,21	1,29	1,27	0,36	0,36
Liquidez Corrente	1,39	1,43	1,52	0,52	0,49
Liquidez Seca	1,39	1,43	1,52	0,51	0,48
Liquidez Geral	1,86	1,98	2,19	1,43	1,15



Os indicadores de liquidez apresentavam, até 2013, um crescimento constante, entretanto a partir de 2014 ocorreu uma retração decorrente das novas regras introduzidas, pela Lei 12.815/2013, no modelo de arrendamentos de áreas, onde os recursos provenientes das outorgas, estão sendo enviados ao Tesouro Nacional, fato

este que não ocorria no passado, mas que afeta as disponibilidades da empresa, comprometendo inclusive os Investimentos com Recursos Próprios na Infraestrutura.

Grau de Comprometimento da Receita Operacional com Dispêndios com Pessoal

INDICADORES DE PESSOAL				
Anos	**NE**	**RO**	**DPE**	**CR - %**
2011	1.372	903.469	185.573	20,5%
2012	1.469	796.650	183.460	23,0%
2013	1.522	923.131	276.689	30,0%
2014	1.514	903.272	304.674	33,7%
2015	1.493	943.622	329.292	34,9%

NE = Número de Empregados

RO = Receita Operacional

DPE = Dispêndios com Pessoal

CR = Comprometimento da Receita com Pessoal

A Diretoria de Administração e Finanças, através de uma ação conjunta, cumpriu metas importantes para a empresa:

a) O Novo RIP – Regulamento Interno de Pessoal, foi implantado em 14-12-2015 e teve como principal mudança novas jornadas de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento de 6 horas para os serviços de fiscalização, atracação, amarração e elétrica, com a consequente redução de horas extras, conforme determinado pelo DEST.

b) O Novo Acordo Coletivo de Trabalho foi implantado com diretrizes únicas para as 7 (sete) Companhias Docas Federais, válido para o período de 2015 a 2017, com reajuste equivalente a variação do IPCA acumulado em 12 meses de 8,47%. Prevê ainda um reajuste de 2% em janeiro/2016 e negociação em junho/2016.

c) Implantado a partir de 01-09-2015 a Nova Estrutura Organizacional da CODESP.

Síntese dos Principais Indicadores de Performance e Gestão

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE PERFORMANCE E GESTÃO - PERÍODO APÓS CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE PORTOS - SEP (2011 a 2015)				
DESCRIÇÃO	**2011**	**2015**	**Crescimento Nominal**	**Índice de Crescimento**
RESULTADOS ECONÔMICOS - R$ mil				
Receita Operacional Líquida	823.709	839.550	15.841	1,9%
Receita Operacional	903.469	943.622	40.153	4,4%
Resultado Líquido de Balanço	65.209	- 94.922	- 160.131	-245,6%
Patrimônio Líquido (PL)	969.278	1.398.375	429.097	44,3%
Taxa de Retorno do PL	6,7	- 6,8	- 13,50	-201,5%
RESULTADOS FINANCEIROS - R$ mil				
Caixa e Bancos	165.935	97.207	- 68.728	-41,4%
Passivo Corrente + ELP	563.770	1.173.240	609.470	108,1%
INDICADORES DE LIQUIDEZ = R$ disponíveis para R$ de dívida				
Liquidez Imediata (LI)	1,21	0,36	- 0,85	-70,6%
Liquidez Corrente (LC)	1,39	0,49	- 0,90	-65,1%
Liquidez Seca (LS)	1,39	0,48	- 0,91	-65,2%
Liquidez Geral (LG)	1,86	1,15	- 0,71	-38,1%
RESULTADOS OPERACIONAIS				
Movimentação de Carga em ton/mil				
Total	*97.170*	*119.932*	*22.762*	*23,4%*
Exportação	62.877	87.566	24.689	39,3%
Importação	34.293	32.366	- 1.927	-5,6%
Movimentação de Contêineres - mil				
Em unidades	1.915	2.454	539	28,1%
Em Teus	2.986	3.780	794	26,6%
Em Tonelagem	31.605	41.196	9.591	30,3%
CONSIGNAÇÃO DOS NAVIOS MOVIMENTADOS (Tons/Navios-Viagens)				
Nº Navios - Viagens (*)	5.526	4.901	- 625	-11,3%
Tons/Navios - Viagens (*)	17.584	24.471	6.887	39,2%
TEUS/Navios - Viagens (**)	1.053	1.615	562	53,4%
MOVIMENTO DE NAVIOS - unidades	5.874	5.144	- 730	-12,4%
MOVIMENTO DE PASSAGEIROS - unidades	1.113.640	819.712	- 293.928	-26,4%
MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS - unidades				
Total	*437.540*	*246.241*	*- 191.299*	*-43,7%*
Exportação	311.124	184.367	- 126.757	-40,7%
Importação	126.416	61.874	- 64.542	-51,1%
INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS				
Quadro de Pessoal (nº de empregados)	1.372	1.493	121	8,8%
Dispêndios com Pessoal (R$ mil) (1)	185.573	329.292	143.719	77,4%
Notas: (1) Variação do IPCA no período = 42,08%				
(*) Do número total de navios, foram excluídos os de passageiros e outros.				
(*) Do número total de navios, foram excluídos os de passageiros e outros.				
(**) Somente navios dedicados à movimentação de conteineres.				

Investimentos

INVESTIMENTOS - 2015
- PORTO DE SANTOS + CONVENIADO - (TPPL/SC)

Em R$ mil

DESCRIÇÃO	LIMITE A	REPASSADO	EXECUTADO B	VARIAÇÃO % DA EXECUÇÃO C=B/A*100
RECURSOS DO TESOURO	**249.778**	**145.592**	**187.376**	**75,0**
1C67 - Implantação da Avenida Perimetral - Santos	24.866	-	1.981	8,0
1C66 - Implantação da Avenida Perimetral - Guarujá	2.500	-	2.460	98,4
12LR - Adequação de Cais para Terminal de Passageiros	77.000	106.297	74.246	96,4
12LQ - Reforço de Cais para Aprof. Berços Arm 12 a 23	122.337	39.295	108.689	88,8
143Y - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos	1.000	-	-	-
14KM - Inplant. Sistema Portuário Monitoramento de Cargas	9.270	-	-	-
122T - Estudos e Proj. Infraestrutura de Acessos Terrestres	245	-	-	-
14RC - Implant. Gerenc. de Resíduos e Efluentes	300	-	-	-
7U39 - Inplant. Área Apoio Logístico Portuário	12.100	-	-	-
14KJ - Implant. Sist. Apoio Gestão Tráfego Navios	160	-	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS	**39.962**	**-**	**28.562**	**71,5**
12NJ - Reforço do Pier no Terminal de Alamoa	27.000	-	20.961	77,6
12NK - Reforço e Ampliação dos Berços da Ilha do Barnabé	2.462	-	15	0,6
143Y - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos	1.500	-	1.446	96,4
Manut. Adeq. Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equip.	5.200	-	3.026	58,2
Manut. Adeq. Ativos Informática, Informação e Teleproc.	3.800	-	3.114	81,9
TOTAL	**289.740**	**145.592**	**215.938**	**74,5**

O limite do Orçamento de Investimentos-OI foi estabelecido pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e alterado pelas Portarias-MP 582, 583,584 e 585, de 14 de dezembro de 2015, pela Medida Provisória nº 709 de 30 de dezembro de 2015 e pela Portaria DEST nº 19 de 30 de dezembro de 2015, e engloba o Porto de Santos e o Terminal Público Pesqueiro de Laguna (TPPL/SC).Do limite de R$ 289,7 milhões, foram executados 74,5% (R$ 215,9 milhões).

Do total executado, (i) 86,8% foi realizado com Recursos do Tesouro Nacional (R$ 187,4 milhões) e (ii) 13,2% foi com Recursos Próprios (R$ 28,6 milhões).

Investimentos - Recursos Tesouro	
Ano	RO
2011	28.307
2012	79.899
2013	144.156
2014	93.120
2015	187.377
Δ% 2015/2011	561,9%
Δ% 2015/2014	101,2%



Em 2015, destacamos as obras do Reforço de Cais de Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 ao 23 (PAC) = R$ 108,7 milhões e do Alinhamento de Cais (conclusão de 779 metros de cais – PAC) = R$ 74,2 milhões.

Investimentos - Recursos Próprios	
Ano	RP
2011	7.227
2012	36.245
2013	44.905
2014	199.280
2015	28.562
Δ% 2015/2011	295,2%
Δ% 2015/2014	-85,7%



Em 2015, destacamos as obras do Reforço do Píer da Alamoa = R$ 21,0 milhões.

Perspectivas da CODESP para 2016

Estamos prevendo para 2016 uma movimentação de cargas em torno de 119,6 milhões de toneladas, mantendo-se o mesmo nível de 2015, tendo em vista as perspectivas dos mercados internacional e nacional, com isso, projeta-se uma Receita Tarifária de R$ 575,6 milhões. No que se refere à Receita Patrimonial estimamos uma variação de

reajuste anual de 5% (IGP-M) nos contratos vigentes. Quanto aos itens de Dispêndios (Serviços de Terceiros e Locações) foram estimados com base nas coletas das áreas, limitados as receitas. Em relação aos Dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais, conforme Acordo Coletivo firmado em 2015, projeta-se reajuste salarial de 2% em janeiro de 2016 e 6,8% em junho/2016 (variação acumulada prevista do IPCA de 8,9% em junho/2016 (data-base) descontado o reajuste de janeiro/2016); e 1% decorrente de promoções em outubro/2016.

2015 (Realizado) – 2016 (Previsto)

DESCRIÇÃO	2015	PROJEÇÃO - 2016
1 - RECEITA LÍQUIDA	**839.550**	**797.239**
Tarifária	506.834	575.619
Patrimonial	407.942	308.367
Financeiras e Outras	28.846	17.389
(-) Impostos	- 104.072	- 104.136
2 - DESPESAS	**934.473**	**880.000**
Pessoal + Encargos + Benefícios	329.292	345.288
Material	4.002	6.875
Serviços de Terceiros	189.872	299.265
Depreciação e Amortização	37.896	36.508
Outras	213.832	64.238
Encargos Diversos	38.413	34.112
Financeiras	59.711	79.784
Prov.p/Créditos de Liquidação Duvidosa	40.037	10.392
Não Operacional / IRPJ / CSLL	21.418	3.538
3 - RESULTADO = 1-2	**- 94.923**	**- 82.761**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em reais)

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2015	2014
Circulante		**151.027.640,42**	**162.750.275,57**	***Circulante***		**311.200.943,48**	**315.642.302,48**
Caixa e equivalentes de caixa	5	97.207.190,04	57.896.600,78	Salários e encargos sociais	15	53.060.672,31	50.671.657,88
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	13.518.134,05	55.704.156,62	Fornecedores e prestadores de serviços		30.909.205,64	31.214.920,28
Contas a receber de clientes, líquidas	7	33.655.516,45	34.274.537,49	Impostos e contribuições a recolher	16	20.730.602,77	17.985.105,48
Estoques		630.872,36	343.246,07	Empréstimos e financiamentos	17	3.197.620,34	2.211.617,89
Créditos tributários	8	356.370,86	9.351.839,38	Plano de pensão	19	62.279.483,89	53.383.297,71
Despesas antecipadas		1.465.560,14	1.198.930,27	Juros sobre capital próprio		88,36	5.144.859,18
Outros créditos		4.193.996,52	3.980.964,96	Obras efetuadas por arrendatários	20	14.491.347,28	16.343.158,41
				Provisão p/riscos trabalhistas,cíveis e tributários	18	105.025.256,68	118.248.840,00
				Outras obrigações		21.506.666,21	20.438.845,65
Não Circulante		**2.819.151.165,55**	**2.563.327.968,29**	***Não Circulante***		**1.260.602.953,28**	**984.164.126,96**
Realizável a Longo Prazo		**1.175.849.592,07**	**1.095.842.166,65**	Empréstimos e financiamentos	17	-	2.171.782,08
Contas a receber de clientes, líquidas	7	806.459.749,86	754.074.838,72	Plano de pensão	19	22.897.306,99	31.523.171,58
Valores a receber da União	9	7.475.212,36	6.476.268,25	Provisão p/riscos trabalhistas,cíveis e tributários	18	288.238.350,01	210.272.599,51
Depósitos judiciais	11	86.905.830,71	87.890.534,83	Receita diferida	22	398.563.538,57	419.742.068,71
Bens destinados à alienação	10	3.123.694,72	3.054.711,73	Obras efetuadas por arrendatários	20	139.967.503,81	136.400.277,53
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.1	267.529.397,81	238.259.500,72	Créditos da União para aumento de capital	21	385.188.654,57	168.079.577,68
Outros créditos		4.355.706,61	6.086.312,40	Outras obrigações		25.747.599,33	15.974.649,87
Imobilizado	12	1.632.968.933,64	1.460.842.383,34	***Patrimônio Líquido***		***1.398.374.909,21***	***1.426.271.814,42***
Intangível	13	10.332.639,84	6.643.418,30	Capital social	23	1.414.100.154,80	1.347.073.977,60
				Reservas de lucros		-	79.197.836,82
				Prejuízos acumulados		(15.725.245,59)	-
TOTAL DO ATIVO		**2.970.178.805,97**	**2.726.078.243,86**	***TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO***		**2.970.178.805,97**	**2.726.078.243,86**

explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(em reais)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	24	810.703.819,89	744.051.238,65
Custo dos produtos e dos serviços prestados	25	(439.575.480,19)	(408.507.571,93)
Lucro bruto		**371.128.339,70**	**335.543.666,72**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(412.551.757,56)**	**(272.536.969,18)**
Despesas administrativas e gerais	26	(196.063.725,92)	(167.271.979,90)
Outras receitas operacionais	28	1.732.109,30	31.200.122,89
Outras despesas operacionais	29	(218.220.140,94)	(136.465.112,17)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(41.423.417,86)**	**63.006.697,54**
Resultado financeiro		**(32.081.071,21)**	**(23.835.313,29)**
Receitas financeiras	27	27.113.687,84	34.632.165,59
Despesas financeiras	27	(59.194.759,05)	(58.467.478,88)
Lucro operacional		**(73.504.489,07)**	**39.171.384,25**
Imposto de renda e Contribuição Social		**(21.418.593,34)**	**(17.509.827,35)**
Corrente	30.2	(50.688.490,43)	(37.602.823,63)
Diferido	30.1	29.269.897,09	20.092.996,28
Lucro antes da participação dos empregados		(94.923.082,41)	21.661.556,90
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(94.923.082,41)**	**21.661.556,90**
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,35)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2013	**1.126.307.385,45**	**27.222.510,74**	**234.738.507,13**	-	**1.388.268.403,32**
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	21.480.162,31	-	-	-	21.480.162,31
Aumento de capital por acionistas minoritários	6.691,89	-	-	-	6.691,89
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	199.279.737,95	-	(199.279.737,95)	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.661.556,90	21.661.556,90
Destinação do lucro líquido do exercício:					-
Reserva legal	-	1.083.077,85	-	(1.083.077,85)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	15.433.479,05	(15.433.479,05)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.145.000,00)	(5.145.000,00)
SALDOS EM 31/12/2014	**1.347.073.977,60**	**28.305.588,59**	**50.892.248,23**	-	**1.426.271.814,42**
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	67.005.677,20	-	-	-	67.005.677,20
Aumento de capital por acionistas minoritários	20.500,00	-	-	-	20.500,00
Resultado do exercício	-	-	-	(94.923.082,41)	(94.923.082,41)
Compensação do prejuízo com reserva legal	-	(28.305.588,59)	-	28.305.588,59	-
Compensação do prejuízo com reserva de retenção de lucros	-	-	(50.892.248,23)	50.892.248,23	-
SALDOS EM 31/12/2015	**1.414.100.154,80**	**-**	**-**	**(15.725.245,59)**	**1.398.374.909,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
em reais

	2015	2014
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	819.330.734,11	689.633.291,94
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(218.936.768,30)	(205.586.688,55)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(369.221.940,63)	(257.751.710,55)
Valores pagos de encargos sociais	(75.554.536,11)	(69.694.481,87)
Valores pagos de contigências	(23.048.993,09)	(56.622.179,61)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(87.111.134,08)	(72.272.934,22)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(41.982.737,31)	(29.432.342,92)
Valores pagos de juros	(1.739.490,28)	(26.216.024,48)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	21.804.127,09	(46.360.663,48)
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	**23.539.261,40**	**(74.303.733,74)**
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(219.996.898,16)	(150.039.232,92)
Aquisição de intangível	(5.235.591,20)	(693.286,88)
Alienação de imobilizado	166.372,00	656.110,00
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimento	**(225.066.117,36)**	**(150.076.409,80)**
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.977.774,08)	(2.251.404,32)
Recursos de acionistas	248.959.326,03	60.655.825,94
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	(5.144.106,73)	(33.985.967,83)
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiament	**240.837.445,22**	**24.418.453,79**
Aumento (redução) nas disponibilidades	**39.310.589,26**	**(199.961.689,75)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	57.896.600,78	257.858.290,53
Saldo final de caixa e equivalentes	97.207.190,04	57.896.600,78
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	**39.310.589,26**	**(199.961.689,75)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em reais)

	2015	2014
Receitas (Despesas)	874.315.332,46	808.886.454,17
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	508.091.442,86	424.008.876,32
Arrendamentos operacionais e aluguéis	407.941.750,63	428.270.866,53
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(39.781.397,26)	(43.393.288,68)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(1.936.463,77)	-
Insumos adquiridos de terceiros	(411.948.359,46)	(270.210.834,78)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(210.364.528,75)	(207.656.973,59)
Outros custos	(201.583.830,71)	(62.553.861,19)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	462.366.973,00	538.675.619,39
Depreciação e amortização	(37.896.082,51)	(33.711.724,41)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	424.470.890,49	504.963.894,98
Valor adicionado recebido em transferência	27.113.687,84	34.632.165,59
Receitas financeiras	27.113.687,84	34.632.165,59
Valor adicionado a distribuir	**451.584.578,33**	**539.596.060,57**
Distribuição do valor adicionado	**451.584.578,33**	**539.596.060,57**
Pessoal	**304.627.646,57**	**297.674.196,15**
Remuneração direta	217.982.482,80	201.953.188,39
Benefícios	28.477.900,12	26.651.148,94
Benefícios pós-emprego	25.133.985,54	23.729.947,36
FGTS	17.289.569,27	15.859.355,98
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	13.352.189,11	27.323.705,47
Honorários da diretoria	2.391.519,73	2.156.850,01
Tributos	**171.223.557,57**	**150.674.646,01**
Federais	180.209.560,20	154.167.022,77
IR e CSLL diferidos	(29.269.897,09)	(20.092.996,28)
Estaduais	5.352.410,89	4.520.895,36
Municipais	14.931.483,57	12.079.724,16
Remuneração de capitais de terceiros	**70.656.456,60**	**69.585.661,51**
Despesas financeiras	59.194.759,05	58.467.478,88
Aluguéis	11.461.697,55	11.118.182,63
Remuneração de capitais próprios	**(94.923.082,41)**	**21.661.556,90**
Juros sobre capital próprio propostos	-	5.145.000,00
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(94.923.082,41)	16.516.556,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em reais)

1 - Base de cálculo	**2015**			**2014**		
Receita líquida (RL)			810.703.819,89			744.051.238,65
Resultado operacional (RO)			(73.504.489,07)			39.171.384,25
Folha de pagamento bruta (FPB)			217.982.482,80			201.953.188,39
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.057.160,05	6,45%	1,73%	12.976.480,99	6,43%	1,74%
Encargos sociais compulsórios	76.579.869,12	35,13%	9,45%	70.202.234,29	34,76%	9,44%
Previdência privada	16.631.196,98	7,63%	2,05%	15.599.781,96	7,72%	2,10%
Saúde	12.281.875,78	5,63%	1,51%	11.604.259,07	5,75%	1,56%
Segurança e medicina no trabalho	254.161,49	0,12%	0,03%	203.940,65	0,10%	0,03%
Capacitação e desenvenvolvimento profissional	824.957,95	0,38%	0,10%	607.038,23	0,30%	0,08%
Creches ou auxílio - creche	100.810,44	0,05%	0,01%	75.924,18	0,04%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	1.008.651,38	0,46%	0,12%	1.191.049,52	0,59%	0,16%
Bolsa/estágio	1.458.425,44	0,67%	0,18%	1.334.228,15	0,66%	0,18%
Outros	1.509.064,17	0,69%	0,19%	1.201.439,68	0,59%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	124.706.172,80	57,21%	15,38%	114.996.376,72	56,94%	15,46%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	530.000,00	-0,72%	0,07%	446.000,00	1,14%	0,06%
Esporte	140.000,00	-0,19%	0,02%	100.000,00	0,26%	0,01%
Outros	400.000,00	-0,54%	0,05%	450.000,00	1,15%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	1.070.000,00	-1,46%	0,13%	996.000,00	2,54%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)	155.487.331,02	-211,53%	19,18%	131.110.108,85	334,71%	17,62%
Total - Indicadores sociais externos	156.557.331,02	-212,99%	19,31%	132.106.108,85	337,25%	17,75%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	693.759,65	-0,94%	0,09%	317.447,89	0,81%	0,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	693.759,65	-	-	317.447,89	0,81%	0,04%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%	
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1489			1513		
Nº de admissões durante o período	14			22		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1057			1028		
Nº de estagiários(as)	110			76		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	889			904		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	186			194		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	5,26%			12,28%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	66			65		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	13			13		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		**2015**			**Metas 2016**	
Relação entre a maior e a menor remuneração		28,60			-	
Número total de acidentes de trabalho		3			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 6	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 6	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2015:	451.584.578,33		em 2014:	539.596.060,57	
Distribuição do valor adicionado	37,92% governo; 0,00% acionistas;	67,46% empregados(as); 15,64% terceiros;	(21,02)% retido	27,92% governo; 0,95% acionistas;	55,17% empregados(as); 12,90% terceiros;	3,06% retido

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a Secretaria de Portos - SEP foi autorizada a firmar convênio com a CODESP para descentralizar as atividades de administração do Terminal Pesqueiro de Laguna (SC). Em 29/12/2015, foi assinado novo Convênio sob nº 001/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 12.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 17.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e

(iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 18.

Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240.000,00. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido está em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento encontra-se demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o "contas a receber" liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 27 – Imobilizado: O estudo para revisão da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	13.988.411,91	16.731.682,98
Aplicações financeiras	83.218.778,13	41.164.917,80
Total	97.207.190,04	57.896.600,78

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram

consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2015	2014	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	11.402.800,32	21.934.276,09	96,53% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	71.815.977,81	8.454.201,58	97,79% do CDI
NTN-B	-	10.776.440,13	IPCA + 6% a.a
Total	83.218.778,13	41.164.917,80	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 21 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2015.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional.

No decorrer do ano de 2015 a empresa liquidou obrigações contratuais no montante de R$ 29.158.602,34 (R$ 33.971.076,79 em 2014), com recursos oriundos das suas atividades operacionais, e que deveriam ter sido encaminhados pelo Tesouro Nacional através do Sistema de Administração Financeira – SIAFI, conforme as ações previstas nas obras do Plano de Aceleramento do Crescimento – PAC.

Dessa forma a empresa, em 31/12/2015, é credora da importância acima e os valores após o encaminhamento dos recursos serão transferidos para as disponibilidades financeiras sem nenhuma vinculação ou restrição para sua utilização.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2015	2014
Valores a receber de serviços prestados	1.233.702.829,64	1.148.335.350,24
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(393.587.563,33)	(359.985.974,03)
Total	840.115.266,31	788.349.376,21
Curto prazo	33.655.516,45	34.274.537,49
Longo prazo	806.459.749,86	754.074.838,72

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 93,79% do valor do contas a receber (93,36% em 2014). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02.09.2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000 e na transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foi estipulado os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo será transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. Para atender ao disposto no artigo 9º, § 4º, inciso II do Decreto nº 8.465/2015, as partes pleitearão a desistência de todas as ações, comprometendo-se a encaminhar a questão ao juízo arbitral após a homologação da desistência de todas as ações mencionadas no termo de compromisso arbitral. O prazo para entrar no juízo arbitral foi fixado em 150 (cento e cinquenta) dias, encerrado em 30.01.2016, sendo firmado o terceiro termo aditivo ao contrato PRES/32.98 prorrogando o prazo em mais 150 (cento e cinquenta) dias. A constituição da provisão para perdas estimadas A constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário está constituída e conforme parecer da Superintendência Jurídica da CODESP não necessita de redimensionamento em função da transferência da questão à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2015	2014
Saldo negativo de IRPJ	-	7.329.965,66
Saldo negativo de CSLL	-	1.776.187,76
Outros créditos tributários	356.370,86	245.685,96
Total	356.370,86	9.351.839,38

9. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação são itens do baixados do ativo imobilizado e estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	2015	2014	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO (%)
Mobiliário em geral	3.298.984,15	3.493.691,68	10,0
Veículos	1.253.857,27	341.058,60	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	9.633.058,15	9.582.377,62	3,33 a 10,0

Equipamentos diversos	1.073.050,79	1.225.608,07	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	199.437,58	215.754,34	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	7.786.860,67	9.334.466,58	20,0
Edifícios	34.435.088,88	35.625.824,06	2,0
Instalações	160.498.420,72	164.188.007,07	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	195.246.634,35	129.427.215,30	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	23.682.219,27	24.694.698,68	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.434.773,09	42.594.470,35	-
Outras construções	571.981.175,72	581.619.078,30	1,43 a 6,67
Terrenos	4.424.347,68	4.424.347,68	-
Obras em andamento	476.851.231,78	399.901.066,25	-
Bens móveis industriais	8.096.831,80	10.841.820,93	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	40.072.961,74	43.332.897,83	3,33 a 10,0
Total	1.632.968.933,64	1.460.842.383,34	

13. INTANGÍVEL

O valor de R$10.332.639,84(R$ 6.643.418,30 em 2014) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-15 a 01-05-16.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2015	2014
Riscos operacionais	421.725.023,97	421.725.023,97
Automóveis	8.800.000,00	11.400.000,00
Responsabilidade civil	30.500.000,00	30.500.000,00

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	2015	2014
Salários a pagar	10.871.363,22	10.044.360,49
Provisão de férias	32.229.619,60	31.605.279,91
Encargos sociais	8.007.617,57	7.439.046,17
Outros	1.952.071,92	1.582.971,31
Total	53.060.672,31	50.671.657,88

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2015	2014
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	313.636,52	32.141,74
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	2.794.182,69	3.106.583,85
Retenção para seguridade social – INSS	1.343.264,93	719.219,43
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	8.604.702,50	7.814.060,30
Programa de integração social – PIS	1.013.525,00	935.320,74
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	4.683.529,85	4.308.145,43
Imposto sobre serviços – ISS	1.186.613,35	1.069.633,99
IRPJ e CSLL	791.147,93	-
Total – Curto prazo	20.730.602,77	17.985.105,48

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2015	2014
Moeda estrangeira	**Iene**		
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	3.197.620,34	4.383.399,97
Curto prazo		3.197.620,34	2.211.617,89
Longo prazo		-	2.171.782,08

Contrato de Financiamento, com aval do Governo Brasileiro, firmado com a Japan International Cooperation Agency – JICA – LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2015	2014
Provisão cível **(i)**	213.805.457,12	150.428.638,74
Provisão trabalhista **(ii)**	179.458.149,57	166.683.499,28
Provisão Tributária	-	11.409.301,49
Total	393.263.606,69	328.521.439,51
Curto prazo	105.025.256,68	118.248.840,00
Longo prazo	288.238.350,01	210.272.599,51

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2015, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R$ 241.127.642,66, (R$ 264.427.021,25 em 2014) e para processos cíveis R$ 35.119.186,38 (R$ 51.106.392,57 em 2014).

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificados por nossos advogados como de perda remota.

19. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de riscoa funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de **(i)** 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e **(ii)** o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R$2.271.833.858,00(R$ 1.915.761.137,00 em 2014), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. No decorrer de 2015 foi concluído o pagamento do valor incontroverso de R$ 209.346.942,15 ajustado entre o fundo de pensão e a CODESP em processo judicial, sem prejuízo do juízo para conhecer e julgar a demanda judicial.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2015, foram no montante de R$ 16.860.411,13 (R$ 15.258.343,36 em 2014).

20. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	2015	2014
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	141.579.262,94	139.040.396,11
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	12.879.588,15	13.703.039,83
Total			154.458.851,09	152.743.435,92
Curto Prazo			14.491.347,28	16.343.158,41
Longo Prazo			139.967.503,81	136.400.277,53

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	168.079.577,68	112.465.980,86
Aumento de capital no exercício	(67.005.677,20)	(21.480.162,33)
Créditos da UNIÃO no exercício	248.938.826,03	60.649.134,07
Encargos financeiros – Decreto 2673/98	35.175.928,06	16.444.625,08
Saldo em 31 de dezembro	385.188.654,57	168.079.577,68

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R$ 24.221.263,08 (R$ 24.069.126,48em 2014), conforme composição abaixo:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	419.742.068,71	440.616.325,80
Receita diferida no exercício	3.042.732,94	3.194.869,39
Apropriação à receita no exercício	(24.221.263,08)	(24.069.126,48)
Saldo em 31 de dezembro	398.563.538,57	419.742.068,71

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2015 é representado por 136.882.858.511ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receitas tarifárias		

- Utilização da infraestrutura portuária	378.622.340,82	299.490.232,61
- Utilização da infraestrutura terrestre	87.451.433,76	74.633.374,94
- Fornecimento de energia	29.210.794,00	24.628.137,68
- Outras receitas	11.549.459,89	10.417.471,38
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e aluguel	407.941.750,63	428.270.866,53
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços – ISS	(14.223.804,69)	(11.518.793,30)
- Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(5.257.943,13)	(4.433.065,63)
- Programa de integração social – PIS	(15.089.058,29)	(13.813.077,85)
- Contribuição para financ. seguridade social – COFINS	(69.501.153,10)	(63.623.907,71)
Total	810.703.819,89	744.051.238,65

25. CUSTOS OPERACIONAIS

	2015	2014
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	172.762.847,27	157.224.945,34
Encargos sociais	56.994.992,44	50.926.559,85
Serviços de terceiros	154.798.757,92	152.757.888,95
Depreciação	37.896.082,51	33.711.724,41
Aluguéis	4.336.421,61	3.247.585,81
Utilidades, serviços e materiais	12.786.378,44	10.638.867,57
Total	439.575.480,19	408.507.571,93

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2015	2014
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	98.831.521,19	95.109.339,35
Encargos sociais	19.100.125,26	18.829.024,76
Serviços de Terceiros	15.292.746,06	15.508.345,98
Aluguéis	7.125.275,94	7.870.596,82
Utilidades e serviços, materiais	12.113.210,59	13.378.591,93
Outras despesas	43.600.846,88	16.576.081,06
Total	196.063.725,92	167.271.979,90

27. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2015	2014
Juros e variação monetária	12.624.830,18	6.079.461,57
Rendimentos de aplicações financeiras	13.433.324,82	27.916.474,02
Outras	1.055.532,84	636.230,00
Subtotal	27.113.687,84	34.632.165,59

Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(21.114.972,45)	(15.514.417,53)
Juros pagos ou incorridos	(38.079.786,60)	(42.953.061,35)
	(59.194.759,05)	(58.467.478,88)
Resultado Financeiro, líquido	(32.081.071,21)	(23.835.313,29)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Reversão de provisões	255.122,91	19.552.270,95
Venda de ativo imobilizado e sucata	587.566,81	602.910,00
Recuperação - fundo de pensão dos empregados	-	10.650.825,58
Diversas	889.419,58	394.116,36
Total	1.732.109,30	31.200.122,89

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Plano de pensão – aporte por desequilíbrio atuarial	110.485.244,73	4.710.735,28
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	64.742.167,18	77.549.980,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.036.520,17	51.557.628,45
Outras	2.956.208,86	2.646.768,44
	218.220.140,94	136.465.112,17

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.819.771,54	128.191.049,95
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	133.709.626,27	110.068.450,77
Impostos diferidos	267.529.397,81	238.259.500,72

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

2016	35.708.587,26
2017	27.060.462,57
2018	31.960.514,48
2019	77.807.814,73
2020 em diante	94.992.018,77

30.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda	(73.504.489,07)	39.171.384,25
Imposto de renda e contribuição social à aliquota de 34%	24.991.526,28	(13.318.270,65)
(Adições) e exclusões permanentes		
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	-	1.749.300,00
Incentivos fiscais	1.070.000,00	996.000,00
Outras exclusões permanentes	24.000,00	3.227.802,85
Plano de pensão e beneficios pós-emprego	(40.343.991,26)	(4.259.571,01)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(140.427,87)	(130.473,48)
Outras adições permanentes	(1.223.881,71)	(5.774.615,06)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.622.774,56)	(17.509.827,35)
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	(36.878.104,82)	(27.283.198,64)
Contribuição social corrente	(13.810.385,61)	(10.319.624,99)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.269.897,09	20.092.996,28
Imposto de renda diferido de anos anteriores	5.795.818,78	-
Total	(15.622.774,56)	(17.509.827,35)
Taxa efetiva	-21,25%	44,70%

31. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2015) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	37.116,90
EMPREGADOS	
- maior remuneração	39.183,65
- menor remuneração	1.369,87
- salário médio	10.968,64

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA
Diretor Presidente

CELINO FERREIRA DA FONSECA
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade

CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Operações Logísticas

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Diretor de Engenharia

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP135973/O-6

GRUPO DE TRABALHO

Fernanda Rumblesperger (DIREM) - Coordenadora

Isnardo Ramalho Villarroel (DIREM)

Francisco Vilardo Neto (DIENG)

Daniel dos Santos Silva Costa (DIENG)

Fábio Lucas do Couto (DIAFI)

Gilmar Garcia Simão (DIAFI)

Walter Gomes Carvalho Filho (DILOG)

Luiz Carlos de Lima (DILOG)

Caio Teissiere Moretti da Silva (DIPRE)

Sérgio Saraiva Coelho (DIPRE)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2015

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em reais)

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2015	2014
Circulante		**151.027.640,42**	**162.750.275,57**	***Circulante***		**311.200.943,48**	**315.642.302,48**
Caixa e equivalentes de caixa	5	97.207.190,04	57.896.600,78	Salários e encargos sociais	15	53.060.672,31	50.671.657,88
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	13.518.134,05	55.704.156,62	Fornecedores e prestadores de serviços		30.909.205,64	31.214.920,28
Contas a receber de clientes, líquidas	7	33.655.516,45	34.274.537,49	Impostos e contribuições a recolher	16	20.730.602,77	17.985.105,48
Estoques		630.872,36	343.246,07	Empréstimos e financiamentos	17	3.197.620,34	2.211.617,89
Créditos tributários	8	356.370,86	9.351.839,38	Plano de pensão	19	62.279.483,89	53.383.297,71
Despesas antecipadas		1.465.560,14	1.198.930,27	Juros sobre capital próprio		88,36	5.144.859,18
Outros créditos		4.193.996,52	3.980.964,96	Obras efetuadas por arrendatários	20	14.491.347,28	16.343.158,41
				Provisão p/riscos trabalhistas,cíveis e tributários	18	105.025.256,68	118.248.840,00
				Outras obrigações		21.506.666,21	20.438.845,65
Não Circulante		**2.819.151.165,55**	**2.563.327.968,29**	***Não Circulante***		**1.260.602.953,28**	**984.164.126,96**
Realizável a Longo Prazo		**1.175.849.592,07**	**1.095.842.166,65**	Empréstimos e financiamentos	17	-	2.171.782,08
Contas a receber de clientes, líquidas	7	806.459.749,86	754.074.838,72	Plano de pensão	19	22.897.306,99	31.523.171,58
Valores a receber da União	9	7.475.212,36	6.476.268,25	Provisão p/riscos trabalhistas,cíveis e tributários	18	288.238.350,01	210.272.599,51
Depósitos judiciais	11	86.905.830,71	87.890.534,83	Receita diferida	22	398.563.538,57	419.742.068,71
Bens destinados à alienação	10	3.123.694,72	3.054.711,73	Obras efetuadas por arrendatários	20	139.967.503,81	136.400.277,53
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.1	267.529.397,81	238.259.500,72	Créditos da União para aumento de capital	21	385.188.654,57	168.079.577,68
Outros créditos		4.355.706,61	6.086.312,40	Outras obrigações		25.747.599,33	15.974.649,87
Imobilizado	12	1.632.968.933,64	1.460.842.383,34	***Patrimônio Líquido***		***1.398.374.909,21***	***1.426.271.814,42***
Intangível	13	10.332.639,84	6.643.418,30	Capital social	23	1.414.100.154,80	1.347.073.977,60
				Reservas de lucros		-	79.197.836,82
				Prejuízos acumulados		(15.725.245,59)	-
TOTAL DO ATIVO		**2.970.178.805,97**	**2.726.078.243,86**	***TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO***		**2.970.178.805,97**	**2.726.078.243,86**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(em reais)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	24	810.703.819,89	744.051.238,65
Custo dos produtos e dos serviços prestados	25	(439.575.480,19)	(408.507.571,93)
Lucro bruto		**371.128.339,70**	**335.543.666,72**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(412.551.757,56)**	**(272.536.969,18)**
Despesas administrativas e gerais	26	(196.063.725,92)	(167.271.979,90)
Outras receitas operacionais	28	1.732.109,30	31.200.122,89
Outras despesas operacionais	29	(218.220.140,94)	(136.465.112,17)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(41.423.417,86)**	**63.006.697,54**
Resultado financeiro		**(32.081.071,21)**	**(23.835.313,29)**
Receitas financeiras	27	27.113.687,84	34.632.165,59
Despesas financeiras	27	(59.194.759,05)	(58.467.478,88)
Lucro operacional		**(73.504.489,07)**	**39.171.384,25**
Imposto de renda e Contribuição Social		**(21.418.593,34)**	**(17.509.827,35)**
Corrente	30.2	(50.688.490,43)	(37.602.823,63)
Diferido	30.1	29.269.897,09	20.092.996,28
Lucro antes da participação dos empregados		(94.923.082,41)	21.661.556,90
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(94.923.082,41)**	**21.661.556,90**
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,35)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2013	**1.126.307.385,45**	**27.222.510,74**	**234.738.507,13**	-	**1.388.268.403,32**
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	21.480.162,31	-	-	-	21.480.162,31
Aumento de capital por acionistas minoritários	6.691,89	-	-	-	6.691,89
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	199.279.737,95	-	(199.279.737,95)	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.661.556,90	21.661.556,90
Destinação do lucro líquido do exercício:					-
Reserva legal	-	1.083.077,85	-	(1.083.077,85)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	15.433.479,05	(15.433.479,05)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.145.000,00)	(5.145.000,00)
SALDOS EM 31/12/2014	**1.347.073.977,60**	**28.305.588,59**	**50.892.248,23**	-	**1.426.271.814,42**
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	67.005.677,20	-	-	-	67.005.677,20
Aumento de capital por acionistas minoritários	20.500,00	-	-	-	20.500,00
Resultado do exercício	-	-	-	(94.923.082,41)	(94.923.082,41)
Compensação do prejuízo com reserva legal	-	(28.305.588,59)	-	28.305.588,59	-
Compensação do prejuízo com reserva de retenção de lucros	-	-	(50.892.248,23)	50.892.248,23	-
SALDOS EM 31/12/2015	**1.414.100.154,80**	**-**	**-**	**(15.725.245,59)**	**1.398.374.909,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
em reais

	2015	2014
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	819.330.734,11	689.633.291,94
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(218.936.768,30)	(205.586.688,55)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(369.221.940,63)	(257.751.710,55)
Valores pagos de encargos sociais	(75.554.536,11)	(69.694.481,87)
Valores pagos de contigências	(23.048.993,09)	(56.622.179,61)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(87.111.134,08)	(72.272.934,22)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(41.982.737,31)	(29.432.342,92)
Valores pagos de juros	(1.739.490,28)	(26.216.024,48)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	21.804.127,09	(46.360.663,48)
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	**23.539.261,40**	**(74.303.733,74)**
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(219.996.898,16)	(150.039.232,92)
Aquisição de intangível	(5.235.591,20)	(693.286,88)
Alienação de imobilizado	166.372,00	656.110,00
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	**(225.066.117,36)**	**(150.076.409,80)**
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.977.774,08)	(2.251.404,32)
Recursos de acionistas	248.959.326,03	60.655.825,94
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	(5.144.106,73)	(33.985.967,83)
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	**240.837.445,22**	**24.418.453,79**
Aumento (redução) nas disponibilidades	**39.310.589,26**	**(199.961.689,75)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	57.896.600,78	257.858.290,53
Saldo final de caixa e equivalentes	97.207.190,04	57.896.600,78
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	**39.310.589,26**	**(199.961.689,75)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em reais)

	2015	2014
Receitas (Despesas)	874.315.332,46	808.886.454,17
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	508.091.442,86	424.008.876,32
Arrendamentos operacionais e aluguéis	407.941.750,63	428.270.866,53
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(39.781.397,26)	(43.393.288,68)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(1.936.463,77)	-
Insumos adquiridos de terceiros	(411.948.359,46)	(270.210.834,78)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(210.364.528,75)	(207.656.973,59)
Outros custos	(201.583.830,71)	(62.553.861,19)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	462.366.973,00	538.675.619,39
Depreciação e amortização	(37.896.082,51)	(33.711.724,41)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	424.470.890,49	504.963.894,98
Valor adicionado recebido em transferência	27.113.687,84	34.632.165,59
Receitas financeiras	27.113.687,84	34.632.165,59
Valor adicionado a distribuir	**451.584.578,33**	**539.596.060,57**
Distribuição do valor adicionado	**451.584.578,33**	**539.596.060,57**
Pessoal	**304.627.646,57**	**297.674.196,15**
Remuneração direta	217.982.482,80	201.953.188,39
Benefícios	28.477.900,12	26.651.148,94
Benefícios pós-emprego	25.133.985,54	23.729.947,36
FGTS	17.289.569,27	15.859.355,98
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	13.352.189,11	27.323.705,47
Honorários da diretoria	2.391.519,73	2.156.850,01
Tributos	**171.223.557,57**	**150.674.646,01**
Federais	180.209.560,20	154.167.022,77
IR e CSLL diferidos	(29.269.897,09)	(20.092.996,28)
Estaduais	5.352.410,89	4.520.895,36
Municipais	14.931.483,57	12.079.724,16
Remuneração de capitais de terceiros	**70.656.456,60**	**69.585.661,51**
Despesas financeiras	59.194.759,05	58.467.478,88
Aluguéis	11.461.697,55	11.118.182,63
Remuneração de capitais próprios	**(94.923.082,41)**	**21.661.556,90**
Juros sobre capital próprio propostos	-	5.145.000,00
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(94.923.082,41)	16.516.556,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em reais)

1 - Base de cálculo	2015			2014		
Receita líquida (RL)			810.703.819,89			744.051.238,65
Resultado operacional (RO)			(73.504.489,07)			39.171.384,25
Folha de pagamento bruta (FPB)			217.982.482,80			201.953.188,39
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.057.160,05	6,45%	1,73%	12.976.480,99	6,43%	1,74%
Encargos sociais compulsórios	76.579.869,12	35,13%	9,45%	70.202.234,29	34,76%	9,44%
Previdência privada	16.631.196,98	7,63%	2,05%	15.599.781,96	7,72%	2,10%
Saúde	12.281.875,78	5,63%	1,51%	11.604.259,07	5,75%	1,56%
Segurança e medicina no trabalho	254.161,49	0,12%	0,03%	203.940,65	0,10%	0,03%
Capacitação e desenvenvolvimento profissional	824.957,95	0,38%	0,10%	607.038,23	0,30%	0,08%
Creches ou auxílio - creche	100.810,44	0,05%	0,01%	75.924,18	0,04%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	1.008.651,38	0,46%	0,12%	1.191.049,52	0,59%	0,16%
Bolsa/estágio	1.458.425,44	0,67%	0,18%	1.334.228,15	0,66%	0,18%
Outros	1.509.064,17	0,69%	0,19%	1.201.439,68	0,59%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	124.706.172,80	57,21%	15,38%	114.996.376,72	56,94%	15,46%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	530.000,00	-0,72%	0,07%	446.000,00	1,14%	0,06%
Esporte	140.000,00	-0,19%	0,02%	100.000,00	0,26%	0,01%
Outros	400.000,00	-0,54%	0,05%	450.000,00	1,15%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	1.070.000,00	-1,46%	0,13%	996.000,00	2,54%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)	155.487.331,02	-211,53%	19,18%	131.110.108,85	334,71%	17,62%
Total - Indicadores sociais externos	156.557.331,02	-212,99%	19,31%	132.106.108,85	337,25%	17,75%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	693.759,65	-0,94%	0,09%	317.447,89	0,81%	0,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	693.759,65	-	-	317.447,89	0,81%	0,04%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%	
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1489			1513		
Nº de admissões durante o período	14			22		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1057			1028		
Nº de estagiários(as)	110			76		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	889			904		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	186			194		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	5,26%			12,28%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	66			65		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	13			13		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2015**			**Metas 2016**		
Relação entre a maior e a menor remuneração	28,60			-		
Número total de acidentes de trabalho	3			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 6	No Procon	Na justiça -	Na empresa	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 6	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2015:	451.584.578,33		em 2014:	539.596.060,57	
Distribuição do valor adicionado	37,92% governo; 0,00% acionistas;	67,46% empregados(as); 15,64% terceiros;	(21,02)% retido	27,92% governo; 0,95% acionistas;	55,17% empregados(as); 12,90% terceiros;	3,06% retido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a Secretaria de Portos - SEP foi autorizada a firmar convênio com a CODESP para descentralizar as atividades de administração do Terminal Pesqueiro de Laguna (SC). Em 29/12/2015, foi assinado novo Convênio sob nº 001/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.
Ativos financeiros disponíveis para venda
São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 12.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 17.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são

determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.
O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 18.

Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido
Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240.000,00. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.
Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.
A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme

disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis
Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:
CPC 27 – Imobilizado: O estudo para revisão da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras.
CPC 33 - Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	13.988.411,91	16.731.682,98
Aplicações financeiras	83.218.778,13	41.164.917,80
Total	97.207.190,04	57.896.600,78

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2015	2014	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	11.402.800,32	21.934.276,09	96,53% do CDI
Fundo de Renda fixa - CEF	71.815.977,81	8.454.201,58	97,79% do CDI
NTN-B	-	10.776.440,13	IPCA + 6% a.a
Total	83.218.778,13	41.164.917,80	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 21 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2015.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional.
No decorrer do ano de 2015 a empresa liquidou obrigações contratuais no montante de R$ 29.158.602,34 (R$ 33.971.076,79 em 2014), com recursos oriundos das suas atividades operacionais, e que deveriam ter sido encaminhados pelo Tesouro Nacional através do Sistema de Administração Financeira - SIAFI, conforme as ações previstas nas obras do Plano de Aceleramento do Crescimento - PAC.
Dessa forma a empresa, em 31/12/2015, é credora da importância acima e os valores após o encaminhamento dos recursos serão transferidos para as disponibilidades financeiras sem nenhuma vinculação ou restrição para sua utilização.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2015	2014
Valores a receber de serviços prestados	1.233.702.829,64	1.148.335.350,24
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(393.587.563,33)	(359.985.974,03)
Total	840.115.266,31	788.349.376,21
Curto prazo	33.655.516,45	34.274.537,49
Longo prazo	806.459.749,86	754.074.838,72

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 93,79% do valor do contas a receber (93,36% em 2014). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02.09.2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000 e na transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foi estipulado os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo será transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. Para atender ao disposto no artigo 9°, § 4°, inciso II do Decreto n° 8.465/2015, as partes pleitearão a desistência de todas as ações, comprometendo-se a encaminhar a questão ao juízo arbitral após a homologação da desistência de todas as ações mencionadas no termo de compromisso arbitral. O prazo para entrar no juízo arbitral foi fixado em 150 (cento e cinquenta) dias, encerrado em 30.01.2016, sendo firmado o terceiro termo aditivo ao contrato PRES/32.98 prorrogando o prazo em mais 150 (cento e cinquenta) dias. A constituição da provisão para perdas estimadas A constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário está constituída e conforme parecer da Superintendência Jurídica da CODESP não necessita de redimensionamento em função da transferência da questão à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2015	2014
Saldo negativo de IRPJ	-	7.329.965,66
Saldo negativo de CSLL	-	1.776.187,76
Outros créditos tributários	356.370,86	245.685,96
Total	356.370,86	9.351.839,38

9. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação são itens do baixados do ativo imobilizado e estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	2015	2014	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO (%)
Mobiliário em geral	3.298.984,15	3.493.691,68	10,0
Veículos	1.253.857,27	341.058,60	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	9.633.058,15	9.582.377,62	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.073.050,79	1.225.608,07	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	199.437,58	215.754,34	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	7.786.860,67	9.334.466,58	20,0
Edifícios	34.435.088,88	35.625.824,06	2,0
Instalações	160.498.420,72	164.188.007,07	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	195.246.634,35	129.427.215,30	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	23.682.219,27	24.694.698,68	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.434.773,09	42.594.470,35	-
Outras construções	571.981.175,72	581.619.078,30	1,43 a 6,67
Terrenos	4.424.347,68	4.424.347,68	-
Obras em andamento	476.851.231,78	399.901.066,25	-
Bens móveis industriais	8.096.831,80	10.841.820,93	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	40.072.961,74	43.332.897,83	3,33 a 10,0
Total	1.632.968.933,64	1.460.842.383,34	

13. INTANGÍVEL

O valor de R$ 10.332.639,84 (R$ 6.643.418,30 em 2014) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-15 a 01-05-16.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2015	2014
Riscos operacionais	421.725.023,97	421.725.023,97
Automóveis	8.800.000,00	11.400.000,00
Responsabilidade civil	30.500.000,00	30.500.000,00

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	2015	2014
Salários a pagar	10.871.363,22	10.044.360,49
Provisão de férias	32.229.619,60	31.605.279,91
Encargos sociais	8.007.617,57	7.439.046,17
Outros	1.952.071,92	1.582.971,31
Total	53.060.672,31	50.671.657,88

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2015	2014
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	313.636,52	32.141,74
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	2.794.182,69	3.106.583,85
Retenção para seguridade social - INSS	1.343.264,93	719.219,43
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.604.702,50	7.814.060,30
Programa de integração social - PIS	1.013.525,00	935.320,74
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	4.683.529,85	4.308.145,43
Imposto sobre serviços - ISS	1.186.613,35	1.069.633,99
IRPJ e CSLL	791.147,93	-
Total - Curto prazo	20.730.602,77	17.985.105,48

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2015	2014
Moeda estrangeira	Iene		
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	3.197.620,34	4.383.399,97
Curto prazo		3.197.620,34	2.211.617,89
Longo prazo		-	2.171.782,08

Contrato de Financiamento, com aval do Governo Brasileiro, firmado com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2015	2014
Provisão cível (i)	213.805.457,12	150.428.638,74
Provisão trabalhista (ii)	179.458.149,57	166.683.499,28
Provisão Tributária	-	11.409.301,49
Total	393.263.606,69	328.521.439,51
Curto prazo	105.025.256,68	118.248.840,00
Longo prazo	288.238.350,01	210.272.599,51

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.
(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.
Em 31/12/2015, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R$ 241.127.642,66 (R$ 264.427.021,25 em 2014) e para processos cíveis R$ 35.119.186,38 (R$ 51.106.392,57 em 2014).
O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

19. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através

do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de beneficio definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R$ 2.271.833.858,00 (R$ 1.915.761.137,00 em 2014), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.
A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. No decorrer de 2015 foi concluído o pagamento do valor incontroverso de R$ 209.346.942,15 ajustado entre o fundo de pensão e a CODESP em processo judicial, sem prejuízo do juízo para conhecer e julgar a demanda judicial.
As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2015, foram no montante de R$ 16.860.411,13 (R$ 15.258.343,36 em 2014).

20. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.
A composição do débito está demonstrado no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	2015	2014
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	141.579.262,94	139.040.396,11
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	12.879.588,15	13.703.039,83
Total			154.458.851,09	152.743.435,92
Curto Prazo			14.491.347,28	16.343.158,41
Longo Prazo			139.967.503,81	136.400.277,53

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	2015	2014
Saldo em 1° de janeiro	168.079.577,68	112.465.980,86
Aumento de capital no exercício	(67.005.677,20)	(21.480.162,33)
Créditos da UNIÃO no exercício	248.938.826,03	60.649.134,07
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	35.175.928,06	16.444.625,08
Saldo em 31 de dezembro	385.188.654,57	168.079.577,68

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R$ 24.221.263,08 (R$ 24.069.126,48 em 2014), conforme composição abaixo:

	2015	2014
Saldo em 1° de janeiro	419.742.068,71	440.616.325,80
Receita diferida no exercício	3.042.732,94	3.194.869,39
Apropriação à receita no exercício	(24.221.263,08)	(24.069.126,48)
Saldo em 31 de dezembro	398.563.538,57	419.742.068,71

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2015 é representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	378.622.340,82	299.490.232,61
- Utilização da infraestrutura terrestre	87.451.433,76	74.633.374,94
- Fornecimento de energia	29.210.794,00	24.628.137,68
- Outras receitas	11.549.459,89	10.417.471,38
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e aluguel	407.941.750,63	428.270.866,53
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(14.223.804,69)	(11.518.793,30)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(5.257.943,13)	(4.433.065,63)
- Programa de integração social - PIS	(15.089.058,29)	(13.813.077,85)
- Contribuição para financ. seguridade social - COFINS	(69.501.153,10)	(63.623.907,71)
Total	810.703.819,89	744.051.238,65

25. CUSTOS OPERACIONAIS

	2015	2014
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	172.762.847,27	157.224.945,34
Encargos sociais	56.994.992,44	50.926.559,85
Serviços de terceiros	154.798.757,92	152.757.888,95
Depreciação	37.896.082,51	33.711.724,41
Aluguéis	4.336.421,61	3.247.585,81
Utilidades, serviços e materiais	12.786.378,44	10.638.867,57
Total	439.575.480,19	408.507.571,93

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2015	2014
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	98.831.521,19	95.109.339,35
Encargos sociais	19.100.125,26	18.829.024,76
Serviços de Terceiros	15.292.746,06	15.508.345,98
Aluguéis	7.125.275,94	7.870.596,82
Utilidades e serviços, materiais	12.113.210,59	13.378.591,93
Outras despesas	43.600.846,88	16.576.081,06
Total	196.063.725,92	167.271.979,90

27. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2015	2014
Juros e variação monetária	12.624.830,18	6.079.461,57
Rendimentos de aplicações financeiras	13.433.324,82	27.916.474,02
Outras	1.055.532,84	636.230,00
Subtotal	27.113.687,84	34.632.165,59
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(21.114.972,45)	(15.514.417,53)
Juros pagos ou incorridos	(38.079.786,60)	(42.953.061,35)
	(59.194.759,05)	(58.467.478,88)
Resultado Financeiro, líquido	(32.081.071,21)	(23.835.313,29)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Reversão de provisões	255.122,91	19.552.270,95
Venda de ativo imobilizado e sucata	587.566,81	602.910,00
Recuperação - fundo de pensão dos empregados	-	10.650.825,58
Diversas	889.419,58	394.116,36
Total	1.732.109,30	31.200.122,89

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Plano de pensão - aporte por desequilíbrio atuarial	110.485.244,73	4.710.735,28
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	64.742.167,18	77.549.980,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.036.520,17	51.557.628,45
Outras	2.956.208,86	2.646.768,44
	218.220.140,94	136.465.112,17

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.819.771,54	128.191.049,95
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	133.709.626,27	110.068.450,77
Impostos diferidos	267.529.397,81	238.259.500,72

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

2016	35.708.587,26
2017	27.060.462,57
2018	31.960.514,48
2019	77.807.814,73
2020 em diante	94.992.018,77

30.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda	(73.504.489,07)	39.171.384,25
Imposto de renda e contribuição social à aliquota de 34%	24.991.526,28	(13.318.270,65)
(Adições) e exclusões permanentes		
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	-	1.749.300,00
Incentivos fiscais	1.070.000,00	996.000,00
Outras exclusões permanentes	24.000,00	3.227.802,85
Plano de pensão e beneficios pós-emprego	(40.343.991,26)	(4.259.571,01)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(140.427,87)	(130.473,48)
Outras adições permanentes	(1.223.881,71)	(5.774.615,06)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.622.774,56)	(17.509.827,35)
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	(36.878.104,82)	(27.283.198,64)
Contribuição social corrente	(13.810.385,61)	(10.319.624,99)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.269.897,09	20.092.996,28
Imposto de renda diferido de anos anteriores	5.795.818,78	-
Total	(15.622.774,56)	(17.509.827,35)
Taxa efetiva	-21,25%	44,70%

31. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2015) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	37.116,90
EMPREGADOS	
- maior remuneração	39.183,65
- menor remuneração	1.369,87
- salário médio	10.968,64

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA
Diretor Presidente

CELINO FERREIRA DA FONSECA
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade

CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Operações Logísticas

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Diretor de Engenharia

EUCÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP135973/O-6

ORÇAMENTO

DE

CAPITAL

2016 A 2019

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524.0001-07

ORÇAMENTO DE CAPITAL - EXERCÍCIOS DE 2016 A 2019						
AÇÃO		RECURSOS PRÓPRIOS - R$				
		EXERCÍCIOS				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	TOTAL
26.784.2086.12NJ.0035	REFORÇO DO PIER DE ACOSTAGEM NO TERMINAL DA ALAMOA NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO	13.408.705,00	-	-	-	13.408.705,00
26.784.2086.12NK.0035	REFORÇO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DA ILHA BARNABÉ NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO	15.276.906,00	32.418.086,00	-	-	47.694.992,00
26.784.2086.143Y.0035	ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO	2.500.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	32.500.000,00
26.784.2086.14KJ.0035	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO DE GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS (VTMIS)	8.504.442,00	6.179.581,00			
26.122.0807.4102.0035	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQ. E EQUIPAMENTOS	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00
26.126.0807.4103.0035	MANUTENÇÃO (AQUISIÇÃO) E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	6.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	51.000.000,00
		49.690.053,00	**67.597.667,00**	**29.000.000,00**	**29.000.000,00**	**175.287.720,00**

RECURSOS PRÓPRIOS		
FONTES DE RECURSOS	**VALOR - R$**	**%**
Geração de Caixa das Operações	175.287.720,00	100,00
	175.287.720,00	**100,00**

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA
Diretor Presidente

CELINO FERREIRA DA FONSECA
Diretor Administrativo e Financeiro

PARECER
DA
AUDITORIA
INDEPENDENTE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ(MF) 44.837.524/0001-07
Santos - SP

I – Introdução:

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, (**Companhia**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

II - Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

III - Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto com o Relatório da Administração e as Notas Explicativas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

IV – Base para Opinião com Ressalva:

Conforme Nota Explicativa nº 19, A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de beneficio definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de **(i)** 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e **(ii)** o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R$ 2.271.833.858,00, valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está ajuizada. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. No decorrer de 2015 foi concluído o pagamento do valor incontroverso de R$ 209.346.942,15 ajustado entre o fundo de pensão e a CODESP em processo judicial, sem prejuízo do juízo para conhecer e julgar a demanda judicial. As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2015, foram no montante de R$ 16.860.411,13.

Devido à incerteza acerca do valor total a ser apropriado pela CODESP, relativamente ao déficit do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, inscrito no CNPJ sob nº 29.994.266/0001-89, decorrente do assunto mencionado acima, as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 da Companhia, encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33, que trata do reconhecimento dos Beneficio a Empregados.

V – Opinião com Ressalva:

Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis acima referidas, exceto pelos efeitos do assunto tratado no paragrafo de "Base para Opinião com Ressalva", apresentam adequadamente, em seus os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP,** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio liquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

VI - Outros assuntos:

(a) Demonstração do Valor Adicionado - DVA:

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, ("Companhia"), cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

(b) Informações de Natureza Social e Ambiental – Balanço Social

Examinamos também o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborado na forma da NBC T 15 aprovada pela Resolução nº 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sob a responsabilidade da Administração da **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**, ("Companhia"), cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e portanto considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS's, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria preconizados na NBC TA 805 aprovada pela Resolução nº 1.237/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

(c) Auditoria do Exercício Anterior:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins comparativos foram anteriormente auditados por outros auditores independentes cujo relatório de auditoria sobre tais demonstrações contábeis foi emitido em 27 de Fevereiro de 2015, com modificação de opinião, decorrente de ressalva com os mesmos assuntos tratados na Nota Explicativa nº 19.

Santos-SP, 10 de Março de 2016.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"SP

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"SP

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"SP

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SP
Sócio Sênior – Responsável Técnico

NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

1. Com base na amostragem compreendida no Relatório AC-01.2016, examinamos o Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Liquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo naquela data, que abrangem as operações da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, no Porto de Santos (SP) e do Terminal Pesqueiro Público de Laguna – TPPL (SC) conveniado, sob administração desta Autoridade Portuária.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam:

a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil; e

b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.

c) tomamos como base para os testes o Porto de Santos, não foi aplicado no Terminal Pesqueiro Público de Laguna pela sua irrelevância de participação no Balanço Consolidado.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

3. **PORTUS – Instituto de Seguridade Social**, devido às análises controversas existentes nas consultorias contratadas pelas partes para apurar o aporte atuarial, e a atual intervenção imposta pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, deixamos de nos pronunciar sobre este item.

4. De acordo com os testes efetuados, exceto quantos aos efeitos de eventuais ajustes que poderão advir do referenciado no **"item 3"** desta Nota Técnica, as Demonstrações Financeiras, mencionadas em seu "item 1", representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, em 31 de dezembro de 2015, estando de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e às legislações societária e fiscal em vigor no Brasil, no exercício examinado.

Superintendência de Auditoria, em 07/03/2016.

Adriana Andrea de S. Ferreira
Contadora – CRC 1SP262938/O-7

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, à vista do Parecer da AUDIMEC - Auditores Independentes S/S – EPP, de 10.03.2016, cujo ponto ressalvado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 19. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas, ratifica a ressalva apontada pela Auditoria Independente e recomenda, em face do recorrente desequilíbrio econômico e financeiro da CODESP, que sejam adotadas medidas saneadoras.

Tomou, ainda, conhecimento do orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2016 a 2019, com valor estimado de R$ 175.287.720,00 (cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais), Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão da proposta acima mencionada à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 14 de março de 2016.

Eduardo de Castro
PRESIDENTE

Fabiana Vieira Lima
CONSELHEIRA

Diogo Peres Neto
CONSELHEIRO

Martin Aron
CONSELHEIRO

Marcello Eduardo Ratton Ferreira
CONSELHEIRO

PARECERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos descritos a seguir, recomendando que sejam encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas.

1. As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2015.

2. Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2016 a 2019, com valor estimado de **R$ 175.287.720,00** (cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais).

Santos, 14 de março de 2016.

Luiz Otavio Oliveira Campos
PRESIDENTE DO CONSELHO

Rodrigo Mendes de Mendes
CONSELHEIRO

Noel Dorival Giacomitti
CONSELHEIRO

Egéferson dos Santos Craveiro
CONSELHEIRO

Julio Alvarez Boada
CONSELHEIRO

Marcio Calves
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

"O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembléia Geral dos Acionistas.

Santos, 14 de março de 2016.

Luiz Otavio Oliveira Campos
PRESIDENTE DO CONSELHO

Rodrigo Mendes de Mendes
CONSELHEIRO

Noel Dorival Giacomitti
CONSELHEIRO

Egéferson dos Santos Craveiro
CONSELHEIRO

Julio Alvarez Boada
CONSELHEIRO

Marcio Calves
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO